



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

THAIS EUGÊNIO DE MORAES

EFEITOS DA CONTABILIDADE MENTAL SOBRE OS COMPORTAMENTOS DE  
CONSUMO DE INDIVÍDUOS BRASILEIROS ANTES E DURANTE A PANDEMIA DA  
COVID-19

Rio de Janeiro  
2023

THAIS EUGÊNIO DE MORAES

EFEITOS DA CONTABILIDADE MENTAL SOBRE OS COMPORTAMENTOS DE  
CONSUMO DE INDIVÍDUOS BRASILEIROS ANTES E DURANTE A PANDEMIA DA  
COVID-19

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Contábeis da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro como pré-requisito para obtenção do  
título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Carolina Pimentel  
Duarte da Fonseca

Rio de Janeiro  
2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

M827e MORAES, THAIS EUGÊNIO DE  
EFEITOS DA CONTABILIDADE MENTAL SOBRE OS  
COMPORTAMENTOS DE CONSUMO DE INDIVÍDUOS BRASILEIROS  
ANTES E DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 / THAIS  
EUGÊNIO DE MORAES. -- Rio de Janeiro, 2023.  
154 f.

Orientadora: ANA CAROLINA PIMENTEL DUARTE DA  
FONSECA.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Contábeis,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis,  
2023.

1. Contabilidade Mental. 2. Finanças Pessoais. 3.  
Pandemia. 4. Covid-19. I. FONSECA, ANA CAROLINA  
PIMENTEL DUARTE DA, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

THAIS EUGÊNIO DE MORAES

EFEITOS DA CONTABILIDADE MENTAL SOBRE OS COMPORTAMENTOS DE  
CONSUMO DE INDIVÍDUOS BRASILEIROS ANTES E DURANTE A PANDEMIA DA  
COVID-19

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Contábeis da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro como pré-requisito para obtenção do  
título de Mestre em Ciências Contábeis.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Carolina Pimentel Duarte da Fonseca (PPGCC/UFRJ)

---

Membro Interno: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Filgueiras Sauerbronn (PPGCC/UFRJ)

---

Membro Externo: Prof. Dr. Eduardo Camilo da Silva (PPGAd/UFF)

Dedico este trabalho à Virgem Maria, Nossa Senhora de Fátima, minha mãe consoladora, intercessora e protetora, que se mostrou presente em todas as circunstâncias que vivenciei durante os anos que me dediquei ao curso, sobretudo nas mais desafiadoras.

## AGRADECIMENTOS

Como diria certa pensadora contemporânea, ‘gostaria de primeiramente agradecer a mim mesma’ por ter enfrentado com afinco a todos os desafios que surgiram no decorrer do curso, os quais, por si só, teriam sido bons motivos para desistir, mas com fé em Deus e esperança em Maria Santíssima, superei cada um desses desafios e hoje escrevo estes votos, realmente, com muita gratidão.

Agradeço também aos meus amigos e colegas de turma, que conviveram e viveram os mesmos dramas e compartilharam a mesma rotina de aulas, estudos, provas, artigos e a solitária dissertação. Jamais vou esquecer a tão famosa “Turma Covid”, que tanto se uniu nesses anos e se incentivou mutuamente a continuarmos juntos. Em especial agradecimento, lembro das minhas amigas Pri (Priscyla Furtado) e Lud (Ludmilla dos Anjos), que vou levar para a vida, com grande carinho, com certeza. É o que já manifestei algumas vezes à todos: Se ao final dessa caminhada eu levasse só a amizade de vocês, já teria valido a pena.

Agradeço também a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória, sobretudo à minha orientadora, Profa. Ana Carolina, por toda paciência e compreensão que teve comigo na fase da dissertação. Muito obrigada, Profa!

Agradeço também à minha família, que, mesmo sem muitas vezes entender o motivo do meu isolamento, me apoiava do seu jeito e me consolava nos momentos difíceis. Meu especial agradecimento à minha irmã Thamires, minha companheira de jornada no Rio de Janeiro.

Agradeço ainda aos meus amigos de trabalho Andrey, Ana, Yara, Vanderlei e Rose, que estavam sempre abertos a acolher minhas angústias e dificuldades. Nesta linha, também quero agradecer a meu amigo, mentor e Diretor, Wesley Souza, que sempre me incentivou a buscar este sonho, me orientou, me acalmou e me aconselhou muitas e muitas vezes. Valeu, Wesley! Você é o cara!

Minha sincera gratidão também à Luana, que por boa parte desse tempo esteve comigo, nos momentos bons, ruins, nas alegrias, tristezas, no cansaço e no descanso. Não foi fácil, mas você sabe o quão importante foi para mim ter o seu apoio emocional. Muito obrigada por tudo!

Por fim, gostaria de agradecer a todas as pessoas que de alguma forma me ajudaram nesse tempo, seja com uma palavra de apoio, alguma ajuda acadêmica, ou até mesmo escutando meus desabafos. Muito obrigada a todos!

*"Pouca ciência nos afasta de Deus, muita nos aproxima."*

*(Louis Pasteur)*

## RESUMO

MORAES, Thais Eugênio de. **Efeitos da contabilidade mental sobre os comportamentos de consumo de indivíduos brasileiros antes e durante a pandemia da Covid-19**. Rio de Janeiro, 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A Contabilidade Mental é o processo cognitivo pelo qual um indivíduo, de forma irracional e inconsciente, codifica, categoriza e avalia os eventos econômicos por ele percebidos, sendo o consumo de uma família ou indivíduo um exemplo de evento econômico que é "contabilizado mentalmente". Assim, sabe-se que há alguma relação entre a Contabilidade Mental e os Comportamentos de Consumo das pessoas, mas não há consenso na literatura sobre como essa relação acontece e nem se ela é boa ou ruim para as finanças domésticas. Tampouco se sabe como um contexto situacional pandêmico pode influenciar tais fenômenos. Partindo destas lacunas, esta pesquisa teve como objetivo analisar os efeitos da Contabilidade Mental sobre os Comportamentos de Consumo de indivíduos brasileiros nos contextos de antes e durante a pandemia da Covid-19. Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter descritivo explicativo, realizado por meio de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, utilizando o método de Análise de Conteúdo Categórica Temática, com enumeração de indicadores de acordo com a presença (ou ausência) de fenômenos e contagem de frequência, com categorias de análise pré-definidas. A coleta de dados se deu através de entrevistas semiestruturadas com 27 indivíduos brasileiros, naturais dos 27 estados do Brasil e o *corpus* da pesquisa foi, da mesma forma, composto pelas transcrições das 27 entrevistas. A análise dos dados foi realizada com auxílio do *Software Atlas.ti Qualitative Data Analysis* versão 7. Os resultados obtidos sugerem que a contabilidade mental é aparentemente benigna às finanças domésticas, em suas três dimensões, e se manifesta com maior frequência sobre comportamentos de consumo de categoria equilibrada, sobretudo no período que sucedeu a chegada da Covid-19 no Brasil, ou seja, durante a pandemia. As limitações do estudo ficaram por conta do período em que os dados foram coletados, devido ao fato de alguns entrevistados considerarem que houve um período de "pós-pandemia" e também devido à ambiguidade de algumas respostas dadas durante as entrevistas, que podem ser desde um simples desconhecimento dos entrevistados, como também uma falha de construção do instrumento de pesquisa. Para pesquisas futuras, sugere-se averiguar em maior escala os indícios apresentados neste estudo,

bem como, validar escalas para mensuração dos comportamentos de consumo aqui apresentados, tal qual para a contabilidade mental e para a pandemia.

**Palavras-chave:** Contabilidade Mental, Finanças Pessoais, Pandemia, Covid-19.

## ABSTRACT

MORAES, Thais Eugênio de. **Efeitos da contabilidade mental sobre os comportamentos de consumo de indivíduos brasileiros antes e durante a pandemia da Covid-19**. Rio de Janeiro, 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Mental Accounting is the cognitive process by which an individual, irrationally and unconsciously, codifies, categorizes and evaluates his economic events, and the family's overspending or individual's overspending are an example of an economic event that is "mentally accounted for". Thus, it is known that there is some relationship between Mental Accounting and people's Overspending Behaviors, but there is no consensus in the literature about how this relationship happens or whether it is good or bad for household finances. Nor is it known how a pandemic situational context can influence such phenomena. Based on these gaps, this research aimed to analyze the effects of Mental Accounting on the Overspending Behaviors of Brazilian individuals in contexts of before and during the Covid-19 pandemic. This is a qualitative, descriptive and explanatory study, carried out through bibliographical research and case study, using the Thematic Categorical Content Analysis method, with enumeration of indicators according to the presence (or absence) of phenomena and frequency counting, with pre defined analysis categories. Data collection took place through semi structured interviews with 27 Brazilian individuals, from the 27 states of Brazil and the research *corpus* was, likewise, composed of the transcripts of the 27 interviews. Data analysis was carried out using the *Atlas.ti Qualitative Data Analysis software, version 7*. The results obtained point that mental accounting seems to be benign to household finances, in its three dimensions, and manifests itself more frequently on overspending behavior of a balanced category, especially in the period that followed the arrival of Covid-19 in Brazil, that is, during the pandemic. The limitations of the study were due to the period in which the data were collected, because some respondents considered that there was a period of "post pandemic"; and also because of ambiguity of some answers given during the interviews, which can be from a simple interviewees' lack of knowledge, as well as a flaw in the construction of the research instrument. For future research, it is suggested to investigate the evidence presented in this study on a larger scale, as well as to validate scales for measuring overspending behaviors presented here, as for mental accounting and for the pandemic.

**Keywords:** Mental Accounting, Overspending Behaviors, Pandemic, Covid-19.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação gráfica da TUE.....	24
Figura 2: Evolução temporal das teorias de Finanças Comportamentais.....	26
Figura 3: Representação gráfica da TP.....	28
Figura 4: Variação do PIB Brasileiro e seus subsetores – Taxa acumulada em 2019.....	57
Figura 5: Variação do PIB Brasileiro e seus subsetores – Taxa acumulada em 2020.....	58
Figura 6: Variação do PIB Brasileiro e seus subsetores – Taxa acumulada em 2021.....	58

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Etapas da Contabilidade Mental os vieses a elas relacionados. ....	36
Quadro 2: Perfis financeiros e seus comportamentos de consumo. ....	42
Quadro 3: Categorias de análise utilizadas no estudo. ....	77

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Exemplo de contas mentais utilizadas na categorização de receitas e despesas. ....	34
Tabela 2: Principais indicadores macroeconômicos – Comparação entre 2019, 2020 e 2021.	56
Tabela 3: Categorias de despesas que compõem o consumo das famílias brasileiras e seus respectivos percentuais em relação ao total de despesas. ....	62
Tabela 4: Fontes de renda das famílias brasileiras e o percentual de famílias que as possuem. ....	63
Tabela 5: Indicadores microeconômicos para análise do contexto familiar – Comparação entre 2019, 2020 e 2021. ....	65
Tabela 6: Informações sociodemográficas dos indivíduos entrevistados.....	81
Tabela 7: Perfis financeiros e comportamentos de consumo percebidos pelos indivíduos entrevistados.....	83
Tabela 8: Frequências de ocorrência da Contabilidade Mental em cada uma das Categorias de Comportamentos de Consumo. ....	112

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BCB – Banco Central do Brasil

CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

EUA – Estados Unidos da América

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPCA – Índice de Preços do Consumidor Amplo

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OMS – Organização Mundial de Saúde

PEIC – Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

PIB – Produto Interno Bruto

TCM – Teoria da Contabilidade Mental

TP – Teoria dos Prospectos

TRL – Teoria Da Racionalidade Limitada

TUE – Teoria da Utilidade Esperada

UT – Utilidade de Transação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO .....	16
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS .....	19
1.3 RELEVÂNCIA DO ESTUDO E JUSTIFICATIVA.....	19
1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA.....	22
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>23</b>
2.1 FINANÇAS COMPORTAMENTAIS E VIESES COGNITIVOS.....	23
<b>2.1.1 Teoria dos Prospectos.....</b>	<b>26</b>
<b>2.1.2 Teoria da Contabilidade Mental de Richard Thaler.....</b>	<b>29</b>
2.1.2.1 <i>Etapa de Codificação .....</i>	32
2.1.2.2 <i>Etapa de Categorização .....</i>	32
2.1.2.3 <i>Etapa de Avaliação.....</i>	35
2.2 FINANÇAS DOMÉSTICAS.....	37
<b>2.2.1 Planejamento financeiro doméstico .....</b>	<b>38</b>
<b>2.2.2 Comportamentos de Consumo e os perfis financeiros a que eles se enquadram.....</b>	<b>39</b>
<b>2.2.3 Origens dos comportamentos de consumo excessivos .....</b>	<b>44</b>
<b>2.2.4 Relações entre Contabilidade Mental e Comportamentos de Consumo .....</b>	<b>47</b>
2.3 BREVE RELATO SOBRE FINANÇAS COMPORTAMENTAIS E DOMÉSTICAS NA VISÃO DE AUTORES DA ÁREA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS .....	49
2.4 PANDEMIA DA COVID-19 E SEUS DESDOBRAMENTOS PELO MUNDO .....	51
<b>2.4.1 Cenário econômico brasileiro antes e durante a crise.....</b>	<b>54</b>
<b>2.4.2 Situação econômica das famílias brasileiras antes e durante a crise .....</b>	<b>61</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>68</b>
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	68
<b>3.1.1 Análise de Conteúdo.....</b>	<b>70</b>
<b>3.1.2 Fases da Análise de Conteúdo .....</b>	<b>71</b>
3.2 SELEÇÃO DE INDIVÍDUOS PARA A PESQUISA E O <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE.....	72
3.3 COLETA DE DADOS .....	74
3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS E FERRAMENTAS UTILIZADAS	76
<b>4 ANÁLISE E RESULTADOS.....</b>	<b>80</b>
4.1 INFORMAÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS DOS ENTREVISTADOS .....	80

4.2 PERFIS FINANCEIROS DOS ENTREVISTADOS E SUAS RESPECTIVAS CATEGORIAS DE COMPORTAMENTO DE CONSUMO.....	83
4.3 INDÍCIOS DE OCORRÊNCIA DA CONTABILIDADE MENTAL E SEUS VIESES SOBRE OS COMPORTAMENTOS DE CONSUMO .....	89
<b>4.3.1 Indícios de ocorrência da Contabilidade Mental e seus vieses sobre os comportamentos de consumo na dimensão do Planejamento .....</b>	<b>89</b>
<b>4.3.2 Indícios de ocorrência da Contabilidade Mental e seus vieses sobre os comportamentos de consumo na dimensão da Renda.....</b>	<b>93</b>
<b>4.3.3 Indícios de ocorrência da Contabilidade Mental e seus vieses sobre os comportamentos de consumo na dimensão do Cartão de Crédito.....</b>	<b>105</b>
4.4 EVIDENCIAÇÃO DA CATEGORIA DE COMPORTAMENTO DE CONSUMO COM MAIOR NÚMERO DE INDÍCIOS DE OCORRÊNCIAS DA CONTABILIDADE MENTAL E SUAS POSSÍVEIS CAUSAS .....	110
4.5 ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS INDIVÍDUOS SOBRE SEUS PRÓPRIOS COMPORTAMENTOS CONSUMO E O FENÔMENO DA CONTABILIDADE MENTAL NOS CONTEXTOS DE ANTES E DURANTE A PANDEMIA.....	117
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>125</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>129</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>141</b>
APÊNDICE A – REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	141
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....	145
<b>ANEXOS.....</b>	<b>149</b>
ANEXO 1 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA .....	149

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Historicamente, em tempos de crises mundiais e, especialmente, em épocas de pandemia, as pessoas são mais propensas a manterem-se reservadas em todas as suas áreas comportamentais, seja na espiritualidade, nas relações sociais ou nas finanças. Mas, tipicamente na fase de pós- crise, esta situação tende a se inverter para um período de consumo compulsivo, gastos descontrolados e libertinagem, devido à sensação ilusória que os indivíduos têm de sentirem-se libertos da instabilidade e da tensão antes estabelecidas (CHRISTAKIS, 2020).

Neste sentido, muitos pesquisadores têm chamado atenção para a importância de se promover estudos que investiguem a relação entre investimentos, renda pessoal, consumo excessivo e aspectos comportamentais, e assim tentar entender como os indivíduos e suas famílias lidam com as próprias finanças em contextos de crises mundiais, sobretudo, no calamitoso cenário pandêmico que hoje se enfrenta devido à propagação do novo Coronavírus no mundo (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020; CHRISTAKIS, 2020; EVRIM MANDACI; CAGLI, 2021; NOGUEIRA *et al.* 2021; POMPIAN, 2020; SHAH *et al.*, 2021a; SHAH *et al.* 2021b; VASILEIOU, 2021).

Ainda no que se refere à pandemia da Covid-19, causada pelo novo Coronavírus, no Brasil, de acordo com os dados do Ministério da Saúde, milhões de pessoas foram acometidas pela doença, resultando em superlotação dos hospitais e milhares de mortes (BRASIL, 2021). Além disso, considerando que não se podia prever o fim da pandemia, atividades econômicas dos setores de comércio, turismo e entretenimento foram interrompidas em virtude dos decretos de distanciamento social e quarentena, implantados por alguns estados brasileiros na tentativa de conter o avanço do vírus (BRASIL, 2020a).

Diante de tantas incertezas, a economia brasileira que apresentava uma tímida evolução em 2019, ficou seriamente comprometida com o advento da pandemia, que desencadeou uma crise ontológica generalizada em todo o país, afetando várias áreas da sociedade, e derivando, sobretudo, problemas de cunho econômico, devido à queda do Produto Interno Bruto (PIB), à alta da inflação – que em 2021 chegou a 10,06% –, e à recessão, que provocou ainda o crescimento do desemprego (BCB, 2021b; 2022a; IBGE, 2019a; 2020a; 2021b).

Estes indicadores de nível macroeconômico se refletiram na realidade microeconômica das famílias. Em 2020 e 2021, a taxa de desemprego no Brasil chegou a 13,5%, e 13,2% respectivamente, atingindo cerca de 13 milhões de brasileiros, diminuindo a renda das

famílias e conseqüentemente a capacidade de poupança destas (BCB, 2021b; 2022a; IBGE, 2019a; 2019b; 2020a; 2020c; 2021a; 2021b). A maioria se encontra atualmente endividada, dependendo de políticas públicas governamentais para sobreviver (BCB, 2021b; CNC, 2022). Ainda, de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2022), quase 20,5% dos cidadãos brasileiros que estão atualmente desempregados possuem dívidas em atraso ou não tem condições de honrar com seus compromissos, ou seja, estão inadimplentes. Considerando este panorama, alguns autores convergem em afirmar que a macroeconomia de um país tem forte impacto sobre a microeconomia na qual as famílias se inserem e que por isso, contextos de crise podem gerar decisões financeiras diferentes das quais um indivíduo tomaria em um contexto normal (KRUGMAN; WELLS, 2007; GONÇALVES; GUIMARÃES, 2010; VARIAN, 2015).

Ademais, o endividamento e a inadimplência, conforme apontam os estudos de Campara *et al.* (2016), Khare (2016), Carraro e Merola (2018), Rossato, Beskow e Pinto (2019), Paraíso e Fernandes (2019) e Fan, Zhong e Zhu (2020) estão geralmente associados aos comportamentos de consumo dos indivíduos, sobretudo os comportamentos de consumo considerados excessivos. Os comportamentos de consumo dos indivíduos se manifestam em três dimensões das finanças domésticas: a dimensão do Planejamento, a dimensão da Renda e a dimensão do Cartão de Crédito (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020). Assim, os hábitos e padrões de consumo, praticados dentro destas dimensões, que não prejudicam o equilíbrio financeiro de uma família são considerados comportamentos de consumo equilibrados e se referem a perfis financeiros bons ou ótimos, como por exemplo os perfis denominados Pougador, Reflexivo, Pougador<sup>2</sup>, Desorganizado, Financista, São ou Sólido, Consciente e Estável. Por outro lado, os hábitos e padrões de consumo que são prejudiciais às finanças domésticas, ou seja, quando a família gasta mais do que a renda mensal dos salários de seus membros, não segue ou não estipula um planejamento financeiro e/ou utiliza o cartão de crédito de forma descontrolada, há o que se denomina comportamentos de consumo excessivos e estes se referem a perfis financeiros ruins, como por exemplo, os perfis Gastador, Impulsivo, Gastador<sup>2</sup>, Descontrolado, Mal administrado e Descuidado (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020; FAN; ZHONG; ZHU, 2020; NASHAWATI, 2018; CARRARO; MEROLA, 2018; PARAÍSO; FERNANDES, 2019; KHARE, 2016; CAMPARA *et al.*, 2016). No Brasil, de acordo com a CNC (2022), a inadimplência se dá principalmente pelo mau uso do cartão de crédito, que é justamente uma dimensão das finanças domésticas na qual o comportamento de consumo excessivo pode se manifestar.

No que se refere aos comportamentos de consumo, sobretudo os excessivos, diversos autores afirmam que eles têm origens emocionais, como por exemplo, os sentimentos de compulsão e impulsividade, ou seja, fatores irracionais da mente humana e muitas vezes inconscientes (BAE; HANNA; LINDAMOOD, 1993; FAN; ZHONG; ZHU, 2020; NASHAWATI, 2018; PARAÍSO; FERNANDES, 2019; CARRARO; MEROLA, 2018; KHARE, 2016; CAMPARA *et al.*, 2016; CERBASI, 2016). Além disso, no que se refere aos comportamentos de consumo do brasileiro especificamente, há uma peculiaridade cultural, não necessariamente racional, de se considerar prosperidade como sinônimo de poder de compra ou ostentação (VIEIRA; PESSOA, 2020; CERBASI, 2016). Estes fatores (emocionais, sentimentais e culturais), como já mencionado, ocorrem no campo cognitivo irracional e inconsciente da mente, que é o mesmo campo em que as heurísticas e vieses cognitivos acontecem, como é o caso da Contabilidade Mental.

A Contabilidade Mental, por sua vez, é o processo cognitivo no qual um indivíduo, movido por vieses cognitivos e heurísticas também irracionais e inconscientes, codifica, categoriza e avalia os eventos econômicos por ele percebidos, sendo o consumo de uma família ou indivíduo um exemplo de evento econômico que é “contabilizado mentalmente” por uma pessoa (THALER, 1985; 1999). Desta forma, apesar de se saber que há alguma relação entre a Contabilidade Mental e os comportamentos de consumo das pessoas, não há consenso na literatura sobre como essa relação acontece, nem se ela é boa ou ruim para as finanças domésticas (THALER, 1999; MIOTTO; PARENTE, 2015; CONSTANTINO, 2020; SUI; SUN; GEYFMAN, 2020; LIMA, 2003; SILVA, 2020; AVANZI *et al.*, 2020; KICH *et al.* 2016; ZANETTA, 2016). Entretanto, se, assim como os comportamentos de consumo excessivos, este fenômeno ocorre de maneira irracional e inconsciente, pode-se presumir que pessoas que apresentam comportamentos de consumo excessivos talvez sejam mais propensas à ocorrência da Contabilidade Mental do que as pessoas que apresentam comportamentos de consumo equilibrados (BAE; HANNA; LINDAMOOD, 1993; FAN; ZHONG; ZHU, 2020, NASHAWATI, 2018; KHARE, 2016; PARAÍSO; FERNANDES, 2019; CARRARO; MEROLA, 2018; CAMPARA *et al.*, 2016; CERBASI, 2016).

Mediante o exposto, considera-se importante investigar a relação entre os comportamentos de consumo e o processo cognitivo da Contabilidade Mental, bem como verificar como o contexto situacional no qual os indivíduos estão inseridos, no caso, um cenário pandêmico, influencia tais fenômenos e os processos decisórios que os envolvem.

## 1.2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

Dada a contextualização exposta, este estudo se norteará a partir do seguinte questionamento: *Como a Contabilidade Mental afeta os comportamentos de consumo de indivíduos brasileiros nos contextos de antes e durante a pandemia da Covid-19?*

O objetivo principal da presente pesquisa é analisar os efeitos da Contabilidade Mental sobre os comportamentos de consumo de indivíduos brasileiros nos contextos de antes e durante a pandemia da Covid-19. Para atingir a tal objetivo, foram estabelecidos objetivos específicos, que seguem abaixo descritos:

- (I) Descrever o processo cognitivo da Contabilidade Mental e os vieses a ele relacionados;
- (II) Identificar os perfis financeiros apresentados pelos indivíduos entrevistados e as respectivas categorias de comportamentos de consumo em que eles se enquadram (Equilibrados ou Excessivos) nos contextos de antes e durante a pandemia;
- (III) Identificar indícios da ocorrência do processo de Contabilidade Mental e seus vieses sobre as três dimensões das finanças domésticas (Planejamento, Renda e Cartão de Crédito) dos indivíduos entrevistados e como se dá tal ocorrência;
- (IV) Verificar para qual categoria de comportamentos de consumo dos indivíduos entrevistados (Equilibrados ou Excessivos) há mais indícios de ocorrência da Contabilidade Mental e analisar as possíveis causas para a frequência destas ocorrências;
- (V) Analisar as percepções dos indivíduos entrevistados acerca de seus próprios comportamentos de consumo e do fenômeno da Contabilidade Mental nos contextos de antes e durante a pandemia.

## 1.3 RELEVÂNCIA DO ESTUDO E JUSTIFICATIVA

No último ano, os efeitos da pandemia da Covid-19 e seus desdobramentos têm sido alguns dos temas mais discutidos e pesquisados em todas as áreas do conhecimento, não só no Brasil, mas em todos os países do mundo (GOOGLE TRENDS, 2020; 2021).

Na área de finanças comportamentais, embora ainda haja poucos estudos relacionados à pandemia, alguns autores tentaram explicar como o cenário pandêmico tem influenciado as economias e as decisões financeiras de investidores de alguns países. É o caso dos estudos de

Baker *et al.* (2020), que investigaram o comportamento de consumo das famílias norte-americanas durante a pandemia; de Duan, Liu e Wuang (2021), que investigaram os sentimentos relacionadas aos efeitos da pandemia sobre o mercado de ações chinês; e o dos autores turcos Evrim Mandaci e Cagli (2021), que se propuseram a investigar o efeito manada no mercado de criptomoedas, antes e durante da pandemia.

Outros estudiosos ainda tentaram compreender o impacto da pandemia sobre fatores emocionais e vieses cognitivos que afetam tais decisões financeiras, como por exemplo, Shah *et al.* (2021b), que se propôs a identificar fatores comportamentais e/ou psicológicos na tomada de decisão financeira de indivíduos dos Emirados Árabes, tanto em situação normal, quanto em situação de pandemia. Pompian (2020) e Vasileiou (2021), por suas vezes, se debruçaram sobre os efeitos de vieses cognitivos no comportamento de investidores do mercado de ações norte americano durante a pandemia.

Quanto ao processo cognitivo da Contabilidade Mental especificamente, foram observados apenas quatro estudos que o investigam sob a conjuntura da pandemia (LI *et. al.*, 2021; TALWAR *et al.*, 2021; PARK, 2021; ZHAO; BACAO, 2021), todos realizados fora do Brasil. Li *et al.* (2021) explorou o impacto da Contabilidade Mental sobre a disposição de moradores de cidades turísticas da China a pagar impostos para mitigar os custos sociais do turismo durante a pandemia. Também na China, Zhao e Bacao (2021) usaram, entre outros conceitos, a Teoria da Contabilidade Mental para investigar fatores tecnológicos e mentais que afetaram as intenções de adoção de aplicativos de pagamento móvel por usuários chineses durante a pandemia da Covid-19. Já Talwar *et al.* (2021) investigaram a influência de oito vieses, dentre eles, o processo cognitivo da Contabilidade Mental, sobre atividades de negociação e recomendação de investidores pertencentes à Geração Millenium da Finlândia, durante o período da crise gerada pela Covid-19. Por fim, Park (2021) investigou como a “Contabilidade Emocional” – uma extensão da Contabilidade Mental, segundo o autor – influencia os gastos dos consumidores norte-americanos e suas decisões de distribuição de renda, quando há sentimentos negativos envolvidos no processo de obtenção do dinheiro, como, por exemplo, a raiva diante da pandemia.

Frente aos estudos anteriores nota-se, portanto, que o debate acerca da Contabilidade Mental em meio à crise causada pela pandemia é um tema ainda pouco explorado, especialmente em âmbito nacional, embora a teoria da Contabilidade Mental seja um assunto em ascensão na academia, dado o crescente interesse de pesquisadores em compreender como este fenômeno ocorre na mente humana e quais variáveis, sobretudo comportamentais, podem ser por ele influenciadas (NOBRE *et al.*, 2016; CONSTANTINO, 2020). Sui, Sun e Geyfman

(2020) fazem parte dessa amostra de pesquisadores com interesse na Contabilidade Mental. Os autores investigaram os efeitos da Contabilidade Mental sobre os comportamentos de consumo excessivos dos cidadãos norte-americanos durante o ano de 2016, utilizando uma abordagem quantitativa através de análise de regressão logística.

Já no Brasil, trabalhos recentes têm se disposto a investigar a relação entre a Contabilidade Mental e variáveis tais como a educação financeira e a formação acadêmica (ALMEIDA, 2011; KITCH *et al.* 2016; SILVA *et al.*, 2017; SANTOS, *et al.*, 2019; CONSTANTINO, 2020), o conhecimento tributário e o comportamento dele advindo (BUGALHO, 2021), formas de apresentação das demonstrações contábeis (RENGEL, 2020), desempenho do mercado de ações brasileiro (SILVA, 2020), políticas públicas de distribuição de renda (TRONCARELLI, 2018), decisões financeiras ou de investimento (CAMARGO *et al.*, 2015; CANTO; TRETER CAVALLI, 2017), racionalidade (MACEDO; SOUZA; FONTES, 2009; ZANETA, 2016), idade (RABELO; SILVA, 2016), orçamento doméstico (MIOTTO; PARENTE, 2015) e decisões de compra e venda baseadas no preço dos produtos (AVILA; FIGUEIREDO, 2009; SORDI, 2011; SANTOS; BOTELHO, 2011; ISABELLA *et al.*, 2012; AVANZI *et al.*, 2020).

Estes trabalhos nacionais, embora sejam de extrema importância para a expansão do tema Contabilidade Mental no Brasil, não incluem em suas investigações variáveis relacionadas ao comportamento de consumo dos brasileiros, e tampouco há estudos que expliquem a relação deste com a Contabilidade Mental em um contexto de crise, como a que hoje se enfrenta devido à pandemia da Covid-19. Estas são, portanto, as lacunas que este estudo se propôs a preencher.

O trabalho aqui proposto é relevante, pois, partindo de uma ideia inspirada na temática proposta inicialmente por Sui, Sun e Geyfman (2020), ele contribui para melhor compreender os fenômenos comportamentais em tempos de crise no Brasil. Ou seja, aborda especificamente o processo cognitivo da Contabilidade Mental e sua relação com o comportamento de consumo de indivíduos brasileiros, frente à crise da Covid-19.

Deste modo, portanto, no contexto acadêmico, este estudo se justifica pela necessidade de se aprofundar quanto ao estudo da Contabilidade Mental e sua relação com os padrões financeiros comportamentais de indivíduos brasileiros, principalmente no que se refere ao consumo em épocas de crise, uma vez que, conforme já mencionado, a literatura aponta lacunas a preencher no que concerne a estes aspectos.

Quanto às contribuições práticas e sociais, espera-se que os resultados do estudo sirvam de suporte para que analistas, consultores, educadores financeiros e profissionais afins,

bem como os próprios cidadãos brasileiros, compreendam melhor as implicações da Contabilidade Mental sobre o comportamento humano, sobretudo em processos decisórios financeiros, e assim possam traçar estratégias que otimizem o controle de seus gastos, de modo que consigam diminuir dívidas e equilibrar suas finanças, especialmente em situações de crise. Espera-se ainda que os dados da pesquisa possam, de alguma forma, subsidiar políticas públicas do governo brasileiro para reestruturação do país frente à crise derivada da pandemia da Covid-19.

#### 1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. O Capítulo 1, como pode ser visto, apresenta a contextualização da pesquisa, o problema, seus objetivos e as devidas justificativas. O Capítulo 2 trata da Revisão de Literatura que dá suporte às ideias e proposições apresentadas. O Capítulo 3 aborda a metodologia aplicada ao estudo, evidenciando o delineamento da pesquisa, os métodos, a sistemática para seleção dos indivíduos pesquisados e do *corpus* de análise, bem como a técnica adotada para coleta de dados, os procedimentos de análise e ferramentas que serão utilizadas. O capítulo 4 apresenta os resultados da análise proposta para a pesquisa, introduzindo os principais aspectos revelados por meio das entrevistas. O capítulo 5 traz as considerações finais do trabalho, isto é, as conclusões, as limitações do estudo e sugestões para estudos futuros. Ao final, listam-se as referências utilizadas ao longo do trabalho, os apêndices e anexos.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo são apresentados os conceitos e termos que serão utilizados ao longo da pesquisa, bem como alguns estudos anteriores acerca do tema, os quais embasam as ideias e proposições argumentadas.

A primeira seção trata das finanças comportamentais, vieses cognitivos e heurísticas e evolução até a Teoria da Contabilidade Mental. A segunda seção disserta sobre os comportamentos de consumo dos indivíduos, suas origens e seus respectivos perfis financeiros sob a ótica do planejamento financeiro doméstico, e a relação destes com a Contabilidade Mental. Por fim, a terceira seção introduz o contexto da pandemia no mundo e as visões macroeconômica e microeconômica do Brasil antes e durante a crise econômica advinda da pandemia da Covid-19.

### 2.1 FINANÇAS COMPORTAMENTAIS E VIESES COGNITIVOS

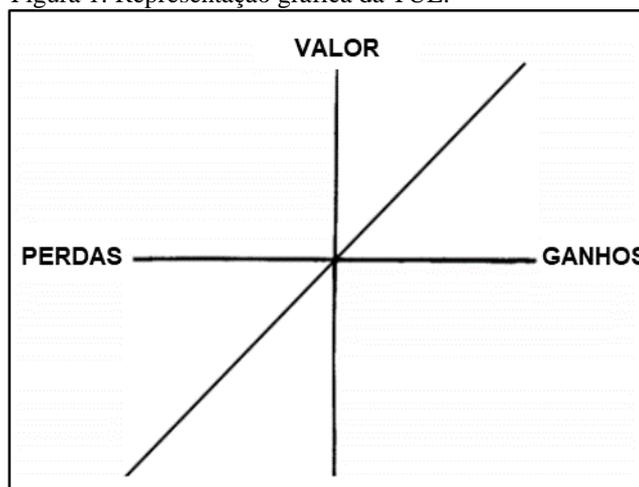
As finanças comportamentais surgiram por volta do século XVIII, como uma crítica ao *mainstream* das teorias econômicas convencionais de linha prescritiva, preconizadas principalmente pela Teoria da Utilidade Esperada (TUE), proposta originalmente por Bernoulli no século XVIII [1738]/(1954) e mais tarde aprimorada por Von Neuman e Morgenstern (1947) (ROGERS; SECURATO; RIBEIRO, 2007; PEREIRA; SILVA; TAVARES JÚNIOR, 2017; RENGEL, 2020).

A TUE, de acordo com Bernoulli (1954), defende que o valor de um bem ou serviço não está no preço dele, mas na utilidade que ele trará consigo. Desta forma, a utilidade esperada de um bem ou serviço pode ser traduzida como a satisfação que o consumo de tais bens ou serviços proporciona a um indivíduo.

Posto isto, a TUE admite que os agentes econômicos agem sempre de maneira racional em processos decisórios, de forma a maximizar a utilidade esperada de um item. Toda e qualquer forma de irracionalidade é, de acordo com a teoria, tratada como uma exceção, um desvio de racionalidade gerado por fatores externos ao agente e que justifica as más decisões (BERNOULLI, 1954; ZANETTA, 2016; PEREIRA; SILVA; TAVARES JÚNIOR, 2017). Em tese, uma pessoa submetida a um cenário econômico de risco ou incerteza, que dispusesse de informações financeiras ou informações a respeito de probabilidades de ocorrência de eventos aleatórios em tal cenário, de forma racional, se utilizaria dessas informações para chegar à decisão que mais a satisfaria. Em outras palavras, tomaria uma decisão que aumentaria sua utilidade esperada, sendo que, qualquer erro nessa decisão seria atribuído a

fatores que não dizem respeito à pessoa, ou ainda, a um acidente irracional, fora do padrão normal de racionalidade. Ademais, a utilidade obtida através de uma decisão de risco, embasada pela TUE, é avaliada pelos indivíduos de acordo com a mudança que ela proporciona no nível de riqueza deste, ou seja, quanto maior o ganho ou perda percebidos, mais ou menos satisfeito fica o indivíduo (BERNOULLI, 1954; FALLEIRO, 2014). A figura 1 é a representação gráfica da TUE.

Figura 1: Representação gráfica da TUE.



Fonte: Adaptado de Rengel (2020).

Essas teorias convencionais, no geral, assumiam em seus modelos financeiros que o homem era um agente econômico de racionalidade ilimitada, ou seja, totalmente racional e apto a processar de forma ótima todas as informações disponíveis, frente a um processo decisório (ROGERS; SECURATO; RIBEIRO, 2007). Tais modelos, no entanto, desconsideravam aspectos comportamentais intrínsecos à natureza humana, o que gerava para o mercado financeiro da época, fenômenos que não se podia explicar, como por exemplo, o costume que alguns investidores têm de atribuir o bom resultado de uma ação às boas notícias a ela vinculadas e ignorar o desempenho de ações em queda, mas que também tiveram boas notícias a elas vinculadas, ou a persistência de alguns investidores em manter ações que os deram prejuízo, ou ainda, a tendência destes investidores a vender ações com retorno positivo em detrimento de ações com desempenho negativo. Estes fenômenos foram constatados pelos estudos Bondt e Thaler (1985), Kahneman e Tversky (1979) e Odean (1998) respectivamente e questionavam a premissa da racionalidade ilimitada, apresentada pela TUE, já que as decisões dos investidores observadas em tais estudos não pareciam ser tão ótimas como se presumia e nada tinham a ver com fatores externos ao tomador de decisão (ROGERS; SECURATO; RIBEIRO, 2007).

Diante de tais contradições e das limitações dos modelos financeiros tradicionais em prever e explicar fenômenos inerentes ao comportamento humano, teorias alternativas começaram a surgir, integrando campos da psicologia às teorias econômicas existentes, dando origem à linha das teorias econômicas descritivas e que correspondem ao que hoje se conhece como finanças comportamentais.

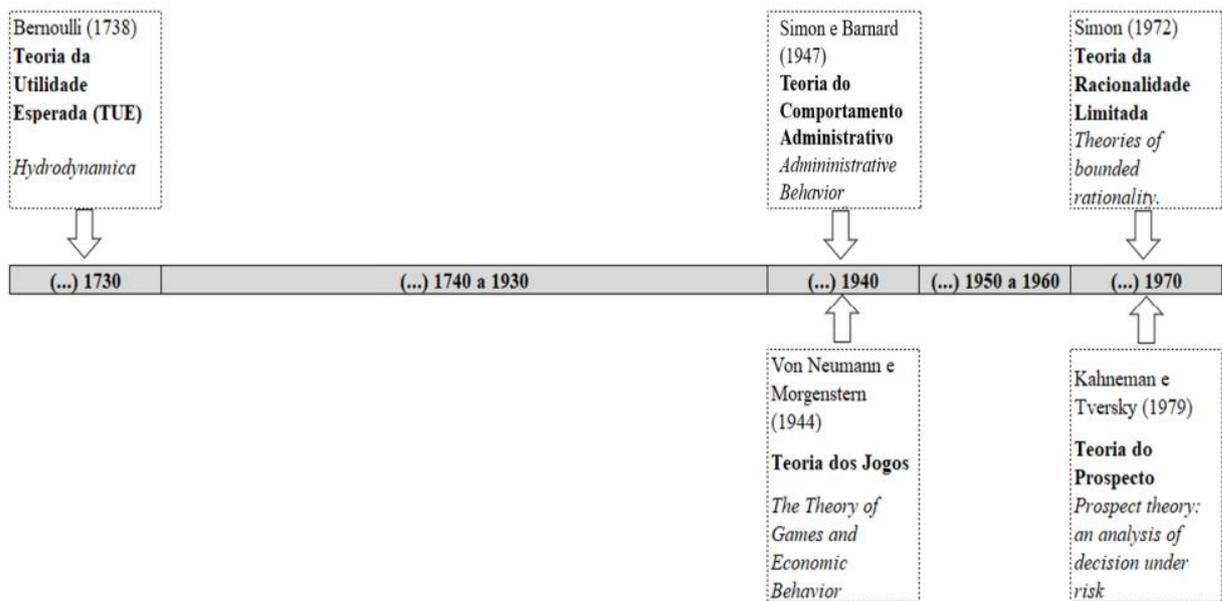
As teorias advindas das finanças comportamentais enfatizam que o homem não é um agente totalmente racional, pois, ao contrário do que a TUE defende, ele não se utiliza apenas de informações racionais para tomar uma decisão, mas de forma irracional, recorre a atalhos mentais simplificadoros, as denominadas heurísticas, ou a padrões de julgamento equivocados, quais sejam os vieses cognitivos, para solucionar problemas complexos (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979; ÁVILA; FIGUEIREDO, 2009; GUBIANI; LAVARDA, 2011; BAZERMAN; MOORE, 2014; PEREIRA; SILVA; TAVARES JÚNIOR, 2017). Isto significa que, diante de uma situação complexa, uma pessoa irá, de forma irracional, simplificar as informações a ela disponíveis baseando-se nas crenças da própria mente ou em suas emoções, para então tomar uma decisão. Este processo, por vezes, resulta em decisões subótimas ou até mesmo erradas (BAZERMAN; MOORE, 2014).

Um dos primeiros pesquisadores a propor um modelo que explicasse a opção irracional por decisões subótimas em processos decisórios foi Herbert Simon (1957; 1972), por meio da Teoria da Racionalidade Limitada (TRL). Essa teoria admite que a maioria das pessoas é apenas parcialmente racional e está sujeita a impulsos emocionais na hora de decidir. Por mais, segundo o autor, a limitação da racionalidade humana está relacionada a três principais fatores: disponibilidade de informações e/ou critérios para o julgamento; restrição de tempo para análise das informações; e limitação da inteligência humana. Dados estes fatores, Simon (1957) argumenta que os agentes econômicos, ao tomar uma decisão, reduzem um problema de difícil compreensão a algo mais simples para a mente processar, reduzindo desta forma também a quantidade de informações a analisar e o tempo despendido para esta tarefa. Assim, utilizando este processo mental simplificador, quando o indivíduo chega a uma alternativa minimamente satisfatória, ele se contenta com ela, sem buscar por outras melhores ou mais ideais (SIMON, 1972).

Apesar do pioneirismo de Simon em tentar explicar o processo decisório por meio da TRL, os maiores contribuintes para a propagação das pesquisas em finanças comportamentais foram seus sucessores Kahneman e Tversky (1979), que desenvolveram uma teoria capaz de explicar as escolhas dos indivíduos frente a alternativas de risco com probabilidades de resultado incertas. Essa teoria ficou conhecida como a Teoria dos Prospectos e é até hoje

muito discutida e estudada na área de finanças comportamentais e processos decisórios. A Figura 2 ilustra a evolução temporal das teorias de finanças comportamentais até a Teoria do Prospecto.

Figura 2: Evolução temporal das teorias de Finanças Comportamentais.



Fonte: Adaptado de Rengel (2020).

A subseção seguinte irá explicar acerca da Teoria dos Prospectos com mais detalhes.

### 2.1.1 Teoria dos Prospectos

A Teoria dos Prospectos (TP) ou Teoria das Prospectivas segue a linha das teorias descritivas e foi desenvolvida por Daniel Kahneman e Amos Tversky em 1979 como uma continuação do trabalho de Simon (1957) e uma proposta alternativa contrária ao modelo prescritivo da TUE, tendo em vista que também admite a irracionalidade dos indivíduos e que estes recorrem às heurísticas e vieses cognitivos no processo de tomada de decisão.

Assim, a TP procurava compreender o que de fato acontecia no processo decisório, e não o que deveria acontecer em um cenário ideal, como sugerido na TUE (PEREIRA; SILVA; TAVARES JÚNIOR, 2017). A TP tinha o intuito de elucidar fenômenos que ocorriam em processos decisórios econômicos e financeiros que envolviam riscos e incertezas, considerando as perspectivas dos tomadores de decisão (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979).

Segundo Pereira, Silva e Tavares Júnior (2017), um prospecto é uma consequência de um evento com uma probabilidade a ele associada. A palavra “prospecto” se refere a algo provável de acontecer, ou seja, uma perspectiva, a qual está relacionada ao modo como se analisa determinada situação ou objeto. É um ponto de vista sobre uma situação específica.

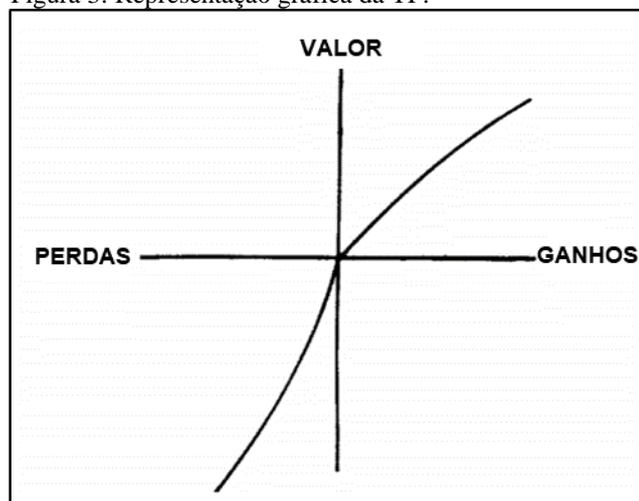
Assim sendo, Rengel (2020) salienta que as decisões são subjetivas e variam de indivíduo para indivíduo, pois cada um trará consigo perspectivas distintas sobre um problema, as quais serão acionadas por meio das heurísticas ou dos vieses cognitivos na hora de decidir. Além disso, de acordo com Kahneman e Tversky (1981), a forma como o problema é apresentado também influencia na decisão a ser tomada, pois uma informação introduzida de formas diferentes pode gerar emoções diferentes em cada pessoa. Este efeito é chamado de enquadramento, ou efeito *framing* (KAHNEMAN; TVERSKY, 1981).

Posto isto, a TP admite que o processo decisório individual acontece em duas fases: a fase de edição do problema e a fase de avaliação (KAHNEMAN; TVERSKY; 1979). A fase de edição do problema tem o objetivo de reduzir a complexidade dele, recorrendo implicitamente às heurísticas e vieses cognitivos. Desta etapa resulta a perspectiva do tomador de decisão acerca do problema apresentado, na forma como ele é apresentado. Já na etapa de avaliação, o indivíduo deve avaliar a alternativa que, de acordo com sua perspectiva, será de maior utilidade para si, ou seja, a que o trará mais satisfação (AVILA; FIGUEIREDO, 2009; PEREIRA; SILVA; TAVARES JÚNIOR, 2017).

Ainda, a avaliação da utilidade, segundo a TP, é baseada na variação entre possíveis perdas e ganhos que o indivíduo pode obter, considerando um ponto de referência segundo sua perspectiva. Contudo, diferente da TUE, na TP, segundo Kahneman e Tversky (1979), cada unidade de ganho traz menos satisfação ou utilidade que a unidade anterior, formando uma curva convexa para os ganhos. Da mesma forma, no campo das perdas, cada unidade perdida diminui a satisfação em menor valor do que a unidade anterior, formando uma curva côncava para perdas (KAHNEMAN; TVERSKY; 1979). Em resumo, uma pessoa avalia ganhos e perdas de acordo com sua realidade, e em casos de ganhos ou perdas sucessivas, a cada ganho ou perda que acontece, o prazer (no caso de ganho) ou a dor (no caso de perda) são menores do que o que foi sentido inicialmente, e vão diminuindo até que não se sinta mais nada quando se ganha ou se perde, ou seja, há uma sensibilidade marginal decrescente para ambos os lados. Por mais, esses prazeres ou dores variam de pessoa para pessoa, pois cada uma possui uma realidade (perspectiva) diferente sobre ganhos e perdas. Alguém que possui R\$ 1.000,00 (ponto de referência do indivíduo A), por exemplo, e em um evento aleatório ganhe R\$ 100,00, ficaria menos satisfeito que um outro alguém que possui R\$ 100,00 (ponto

de referência do indivíduo B) e ganhe os mesmos R\$ 100,00 propostos para aquele que possuía R\$ 1.000,00, porque seu ponto de referência é menor. A figura 3 representa o modelo gráfico da TP.

Figura 3: Representação gráfica da TP.



Fonte: Adaptado de Kahneman e Tversky (1979).

Este modelo de processo decisório, embora tenha um poder explicativo mais robusto do que os modelos das teorias convencionais devido à inserção de fatores comportamentais, pode muitas vezes resultar em decisões equivocadas, justamente por incorporar aspectos do comportamento humano e da irracionalidade, como as heurísticas e os vieses cognitivos. De acordo com Kahneman e Tversky (1979), efeitos ilusórios podem decorrer do uso de processos cognitivos enviesados. Os três efeitos mais típicos são o efeito certeza, o efeito reflexão e o efeito isolamento.

O efeito certeza diz respeito à tendência das pessoas em atribuir maior importância a possibilidades que têm alta probabilidade de ocorrer, mesmo que estas possibilidades não tragam tanta satisfação (KAHNEMAN; TVERSKY; 1979). Neste sentido, se as pessoas tivessem de escolher entre um cenário de ganho certo com alguma utilidade esperada (100% de probabilidade de receber R\$ 800,00, por exemplo) e um cenário com possibilidade de perda mas com maior utilidade esperada (arriscar receber R\$ 1.000,00, com 90% de probabilidade), elas provavelmente iriam optar pelo ganho certo.

Já o efeito reflexão ocorre devido à tendência que os indivíduos têm de evitar risco em um contexto de ganhos e assumir riscos em um contexto de perdas. Isto significa que entre duas possibilidades de ganho com a mesma utilidade, uma pessoa optará sempre pela que tiver maior probabilidade de acontecer, evitando qualquer risco possível. Já em um contexto

em que ela tenha de escolher entre duas possibilidades de perda, optará pela que tiver maior risco, na esperança de que ao apostar, ela tenha um retorno financeiro maior que amenize a dor da perda (KAHNEMAN; TVERSKY; 1979). Mediante estas constatações, Kahneman e Tversky (1979) concluíram que os agentes econômicos não são avessos a riscos, mas sim à perda, pois a dor a ela relacionada gera um impacto emocional de cerca de 2,5 vezes maior do que o sentimento de prazer relacionado a um ganho geraria. Dessa forma, as pessoas irão sempre preferir não sofrer a dor de uma perda em detrimento de sentir o prazer de um ganho. Exemplificando isto em números, significa dizer que é preferível não perder R\$ 1.000,00 a ganhar R\$ 1.000,00.

Por fim, o efeito isolamento diz respeito à tendência dos agentes econômicos em desconsiderar partes importantes de um problema, como uma forma de simplificá-lo, dando maior enfoque a pontos divergentes entre as opções de escolha disponíveis (KAHNEMAN; TVERSKY; 1979). É como se o indivíduo isolasse as características específicas de cada uma das possibilidades e decidisse com base nelas ao invés de considerar o todo das alternativas disponíveis.

Perante as discussões de Kahneman e Tversky (1979), Constantino (2020, f. 15) parafraseia que a TP “avalia como os indivíduos percebem, processam e avaliam as probabilidades em julgamentos de eventos incertos, as decisões tomadas e as conclusões a que chegam utilizando-se das heurísticas.”.

Já Macedo, Souza e Fontes (2009), consideram que a TP abriu caminho para diversos estudos comportamentais na área das finanças, como por exemplo, os estudos relacionados à Teoria da Contabilidade Mental (TCM). Esta por sua vez, tem sua estrutura fundada nos conceitos da TP, dando continuidade às pesquisas inicialmente propostas por Kahneman e Tversky. A subseção seguinte irá explicar acerca da TCM, a qual é tema central deste trabalho.

### **2.1.2 Teoria da Contabilidade Mental de Richard Thaler**

Richard H. Thaler é um economista, professor, pesquisador e autor de vários trabalhos do ramo comportamental desde 1974, ano em que defendeu sua tese de doutorado, intitulada “*The Value of Saving A Life: A Market Estimate*”, em português, “O Valor de Salvar Uma Vida: Uma Estimativa de Mercado”. A tese, defendida na Universidade de Rochester nos Estados Unidos, tinha como ideia central o desenvolvimento de técnicas para estimar o valor da vida a partir da relação entre salário e o risco das várias ocupações, sob a perspectiva de

trabalhadores norte-americanos. Este trabalho teve grande impacto sobre as políticas públicas e direitos trabalhistas da época (SUNSTEITF, 2019; CHICAGO BOOTH, 2021).

O autor trabalhou com Kahneman e Tversky em meados da década de 70, ainda na Universidade de Rochester, pouco após se formar no doutorado. Atualmente ele é professor da Faculdade de Negócios da Universidade de Chicago (SUNSTEITF, 2019; CHICAGO BOOTH, 2021).

Sempre preocupado com questões sociais e inquieto com alguns pontos não abordados em estudos anteriores da área de finanças comportamentais, Thaler queria propor uma teoria que explicasse cientificamente e empiricamente o processo decisório de consumidores comuns e não só aqueles que estavam envolvidos com o mercado financeiro, como abordado na TP por Kahneman e Tversky (1979) (THALER, 1980). Além disso, Thaler (1985) também observou que nos estudos anteriores sobre processos decisórios não havia uma forma de avaliar ganhos e perdas quando estes ocorriam em conjunto e/ou sucessivamente, já que a função de valor de utilidade, proposta por Kahneman e Tversky (1979) na TP, só podia ser usada quando as perdas e os ganhos ocorriam isoladamente.

Partindo dessas lacunas, o autor desenvolveu uma nova teoria comportamental para descrever os processos decisórios dos consumidores, que incluía uma nova fórmula para avaliar perdas e ganhos de forma combinada e assim descobrir como tais combinações entre ganhos e perdas eram percebidas pelas pessoas (THALER, 1985). Esta nova teoria ficou conhecida como a Teoria da Contabilidade Mental (TCM) e com ela foram identificados alguns vieses cognitivos e heurísticas antes não relatados nas pesquisas comportamentais da época e que eram, da mesma forma, decorrentes da irracionalidade contida no comportamento dos indivíduos (THALER, 1980; 1985; 1999).

Assim, a TCM nasceu como uma evolução da TP, com o intuito de explicar como os indivíduos consumidores comuns e suas famílias registram, resumem, analisam e relatam os resultados de um conjunto de transações e outros eventos financeiros sucessivos com os quais lidam dia após dia, utilizando inconscientemente os vieses cognitivos e heurísticas.

Os novos vieses e heurísticas identificados por Thaler (1999) na TCM foram captados através de testes empíricos com consumidores reais e ficaram conhecidos como efeito dotação, viés do custo afundado, psicofísica dos preços, aversão ao arrependimento e viés do autocontrole. Os conceitos desses vieses são abordados a seguir, pois são as bases da Teoria da Contabilidade Mental (THALER, 1980; 1985; 1999).

O efeito dotação diz respeito à tendência que as pessoas têm de atribuir maior valor a itens de sua propriedade do que os itens de propriedade dos outros, gerando uma

supervalorização de seu patrimônio por conta do apego emocional envolvido a ele (THALER, 1980).

O viés do custo afundado acontece quando se investe em algo (seja com dinheiro, tempo ou qualquer outra forma de investimento) e mais tarde se observa que o resultado obtido não foi o esperado. Mediante tal situação, os indivíduos tendem a continuar investindo com o propósito de tentar recuperar o investimento perdido, mesmo sabendo que as tentativas talvez sejam vãs (THALER, 1980).

O princípio da psicofísica se refere às diferentes percepções dos indivíduos frente a estímulos de preços com pesos de economias diferentes. Isto quer dizer que a diferença percebida entre R\$ 10 e R\$ 20 parece ser maior do que a diferença entre R\$ 1000 e R\$ 1.010, independentemente do sinal, porque as pessoas seguem a tendência de enxergar valores relativos e não absolutos (THALER, 1980; 1985). Este viés se relaciona fortemente com o pressuposto da sensibilidade decrescente para ganhos e perdas na função de valor descrita na TP (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979; THALER, 1985)

A aversão ao arrependimento admite que sempre que uma escolha envolver alguma possibilidade de arrependimento, os indivíduos irão evitá-la (THALER, 1980). Diante do receio de fazer uma escolha errada e mais tarde arrepender-se, o indivíduo pode estagnar suas decisões, incorrendo inclusive em outro viés: o viés do *status quo*, ou seja, deixar as coisas como estão (KAHNEMAN; KNETSCH; THALER, 1991).

O viés do autocontrole presume que as pessoas não têm disciplina para se manterem constantes nas mais variadas áreas da vida, como saúde, educação e finanças. Por isso, elas criam ferramentas de autocontrole para se comprometer com os investimentos positivos de se alimentar bem, fazer exercícios físicos, estudar, poupar dinheiro, etc. Essas ferramentas podem ser, por exemplo, programas de fidelização em academias, programação automática da conta corrente para poupar dinheiro, entre outros. (THALER, 1980).

Para Thaler (1999), assim como na realidade empresarial a Contabilidade é uma ciência com convenções próprias, a Contabilidade Mental também possui princípios próprios que podem ser observados através do comportamento humano (THALER, 1999). Desta forma, a Contabilidade Mental é definida como o processo cognitivo irracional e muitas vezes inconsciente pelo qual as pessoas codificam, categorizam e avaliam os eventos econômicos que acontecem em seu cotidiano (THALER, 1999). A seguir, são detalhadas essas três etapas.

### 2.1.2.1 Etapa de Codificação

A etapa de codificação descreve como as pessoas percebem e experimentam ganhos e perdas em sua forma combinada (THALER, 1999). Essa etapa tem fundamento na nova fórmula escrita por Thaler (1985) para avaliação de perdas e ganhos combinados. De acordo com o autor, há quatro formas de combinar perdas e ganhos:

- 1) No caso de ganhos sucessivos, um indivíduo irá sempre preferir segregá-los, pois uma pessoa fica mais feliz quando sente o prazer do ganho várias vezes.
- 2) Para as perdas, a utilidade percebida por um indivíduo aumenta por meio da integração, pois a dor de várias perdas seria sentida uma única vez.
- 3) Para ganhos mistos (misturados às perdas), a utilidade percebida aumenta se eles forem integrados às perdas, pois a dor de pequenas perdas seria cancelada pelo prazer de ganhos maiores.
- 4) No caso de perdas mistas (misturadas aos ganhos), uma pessoa fica menos infeliz quando separa as perdas dos ganhos, pois estes, em proporções menores, serviram como “um forro de prata” para amenizar grandes perdas.

A estas modalidades de agrupamento de perdas e ganhos, Thaler deu o nome de Edição Hedônica, pois um indivíduo sempre irá preferir o agrupamento ou a segregação dos eventos de ganho ou perda em função da maximização da utilidade percebida, ou seja, o aumento de seu prazer ou diminuição de sua dor (THALER, 1985).

Essa etapa do processo cognitivo da Contabilidade Mental, de acordo com Avanzi *et al.* (2020) está intimamente ligada ao princípio da psicofísica, pois ele age diretamente na percepção de utilidade percebida pelos indivíduos e conseqüentemente nas formas de edição hedônica, de modo a convencer o consumidor de que um negócio foi bom, mesmo quando não foi, reforçando um comportamento de consumo excessivo.

### 2.1.2.2 Etapa de Categorização

A etapa de categorização se refere à rotulação de receitas e despesas e ambas seguem regras de rotulações próprias, pois as receitas são restritas ao tempo e as despesas são restritas às receitas e às categorias (SHEFRIN; THALER, 1988; THALER, 1999). Em outras palavras,

a fase de categorização tem por objetivo, categorizar o orçamento, isto é, classificar as receitas e despesas em contas mentais de ativos e passivos, seguindo uma lógica própria para cada categoria.

As receitas, por exemplo, fazem parte da categoria de contas mentais dos ativos e são rotuladas tanto pelo seu fluxo temporal (regular ou inesperado), como pela sua disponibilidade de liquidez. Neste sentido, as receitas são restritas ao tempo, pois a maioria delas segue um fluxo mensal, como por exemplo, o salário. Além disso, a forma como uma receita é obtida (regularmente ou inesperadamente) também influencia no modo como ela será gasta, logo, o tipo de despesa depende do tipo de receita, ou seja, a receita é uma restrição à despesa. Por fim, quanto maior a liquidez de uma receita, maior a tentação de gastá-la (THALER, 1999). Seguindo tal raciocínio, Thaler (1985; 1999) e Shefrin e Thaler (1988), propõem que as receitas podem ser rotuladas como ativo circulante, renda atual e renda futura. Na interpretação de Kitch *et al.* (2016), uma nomenclatura de mais fácil compreensão para o ativo circulante seria “salário mensal” e para renda atual seria “renda de ativos”. Para renda futura não há sugestão de outro termo.

Assim sendo, o ativo circulante ou salário mensal se refere a todo tipo de receita, regular ou inesperada, que tenha disponibilidade imediata ou alta liquidez, como por exemplo, dinheiro em espécie e/ou em conta corrente, proveniente de alguma atividade laboral contínua. Já os ativos de renda atual ou renda de ativos englobam todos os demais ativos do indivíduo, não necessariamente de natureza regular, exceto os investimentos que visem sua aposentadoria. Exemplos deste tipo de ativo podem ser: poupança e/ou reserva de emergência, ações, fundos imobiliários, títulos, entre outros. Por fim, os ativos de renda futura são de natureza regular e dizem respeito às metas de economia para o futuro e que servirão de segurança para quando o indivíduo decidir se aposentar (SHEFRIN; THALER, 1988; THALER, 1999).

As despesas, por sua vez, compõem a categoria de contas mentais do passivo de um indivíduo e são rotuladas em categorias orçamentárias potenciais (THALER, 1999), designadas de acordo com as áreas de sua vida pessoal, conforme proposto por Adams e Cuecuecha (2010) e Li *et. al.* (2010). Dessa forma, as categorias de passivo, ou de despesas, podem ser entretenimento, saúde, habitação, bens de consumo duráveis, apoio à família, serviços jurídicos e pessoais e necessidades empresariais, por exemplo (ADAMS E CUECUECHA, 2010; LI *et. al.*, 2010). Essas categorias, segundo Thaler (1985) também funcionam como uma restrição às despesas.

Um exemplo de rótulos utilizados na categorização de receitas e despesas nas “caixinhas” das contas mentais de ativos e passivos, conforme as propostas de Sui, Sun e Geyfman (2020), Shefrin e Thaler (1988), Thaler (1999), Lee e Hanna (2015); Xiao e Anderson (1977), Adams e Cuecuecha (2010) e Li et. al. (2010) poderia ser ilustrado conforme se apresenta na Tabela 1.

Tabela 1: Exemplo de contas mentais utilizadas na categorização de receitas e despesas.

<b>ATIVOS</b>	<b>PASSIVO</b>
<b>RECEITAS</b>	<b>DESPESAS</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>Entretenimento</b>
Dinheiro em espécie	<b>Saúde</b>
Conta Corrente	<b>Habitação</b>
<b>Renda Atual</b>	<b>Bens de Consumo Duráveis</b>
Poupança	<b>Apoio à Família</b>
Investimentos	<b>Serviços Pessoais e Jurídicos</b>
<b>Renda Futura</b>	<b>Necessidades Empresariais</b>
Economias para o Futuro e	
Aposentadoria	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos estudos de Sui, Sun e Geyfman (2020), Shefrin e Thaler (1988), Thaler (1999), Lee e Hanna (2015), Xiao e Anderson (1977), Adams e Cuecuecha (2010) e Li et. al. (2010).

Frente ao exemplo do demonstrado na Tabela 1, cabe salientar que, o processo de Contabilidade Mental como um todo depende da subjetividade e percepção dos indivíduos e desta forma, os rótulos atribuídos a cada conta mental e a configuração destas contas podem variar de indivíduo para indivíduo (KAHANEMAN; TVERSKY, 1979; THALER, 1985; SUI; SUN; GEYFMAN, 2020) de forma que as contas ilustradas no exemplo podem não ser fixas, uma vez que se adequam à realidade de cada pessoa. Por mais, a fase de categorização, nas visões de Miotto e Parente (2015), Constantino (2020) e Sui, Sun e Geyfman (2020) tem estreita relação com o viés do autocontrole, uma vez que as categorias atribuídas às receitas permitem rastrear o fluxo e a disponibilidade destas e as categorias das despesas permitem mapear a destinação dos recursos disponíveis, funcionando como um dispositivo para controle das despesas domésticas e contribuindo para um comportamento de consumo equilibrado.

Por outro lado, Lima (2003), Kitch et al. (2016) e Zanetta (2016) consideram que o ato de categorizar receitas e despesas afasta os indivíduos ainda mais da racionalidade, de modo que eles tratarão seus problemas financeiros de forma segmentada, mesmo que isso os prejudique e reforce um comportamento de consumo excessivo. Um exemplo disto é quando

uma pessoa contrata um empréstimo a juros altíssimos para pagar uma dívida, mesmo quando ela tem dinheiro investido. Este fenômeno, de acordo com os autores (LIMA, 2003; KITCH *et al.* 2016; ZANETTA, 2016), pode ser decorrente do efeito dotação, no qual um indivíduo tende a supervalorizar um item que seja de sua propriedade (no caso, o próprio dinheiro, que está investido) do que itens que são de terceiros (dinheiro emprestado do banco).

### 2.1.2.3 Etapa de Avaliação

A etapa de avaliação diz respeito à frequência com que as contas mentais são avaliadas e se utiliza do conceito da Utilidade de Transação (UT) para avaliar e decidir sobre os eventos de ganho ou perda.

A UT tem relação com a percepção da qualidade de um negócio. Assim, se o valor de um item é percebido como sendo menor que o preço pago por ele, a utilidade da transação é negativa, visto que o item adquirido não atendeu a expectativa criada. Por outro lado, se o valor do item é percebido como sendo maior que o preço pago por ele, a utilidade da transação é positiva, mesmo que tal item não traga tanta satisfação assim (THALER, 1985). De acordo com Thaler (1999), isso explica o motivo pelo qual muitas vezes as pessoas compram coisas que não usarão no dia-a-dia, mas por causa do “preço bom”, a compra se tornou um “negócio imperdível”. Ademais, as avaliações realizadas por meio da UT, segundo Thaler (1999), ocorrem em duas fases: a fase de julgamento, na qual são analisadas as potenciais transações; e a fase de decisão, na qual se aprova ou desaprova a transação em potencial (THALER, 1985).

Avaliar uma conta mental significa equilibrar tal conta diariamente, semanalmente, mensalmente ou anualmente. A etapa de avaliação geralmente ocorre em caráter *ex ante*, ou seja, de acordo com a expectativa que se tem acerca de um evento. As avaliações *ex post*, quer dizer, de acordo com um fato consumado, não são tão comuns, mas podem aumentar de frequência considerando o tamanho de uma transação ou à medida em que uma compra ou transação atípica se torne mais comum. Além disso, a etapa de avaliação pode ocorrer de forma restrita ou ampla, considerando três níveis: mínimo, tópico e abrangente. O nível mínimo observa apenas informações monetárias de custo-benefício de um evento. O tópico avalia os prospectos de acordo com um nível de referência estabelecido pelo contexto da decisão. E finalmente, o nível abrangente considera todos os fatores envolvidos no processo decisório, incluindo outras contas mentais, outros eventos e transações e outras probabilidades (THALER, 1999).

Esses níveis de avaliação têm fundamento no efeito isolamento tratado na TP, no qual os indivíduos seguem a tendência de ignorar partes importantes de um problema a fim de simplificá-lo (KAHNEMAN, TVERSKY, 1979). Esta tendência, de acordo com Silva (2020) e Zaneta (2016) pode trazer efeitos negativos para as finanças domésticas e reforçar comportamentos de consumo excessivos, pois na visão dos autores, os indivíduos chegam a decisões financeiras subótimas porque frequentemente realizam avaliações tópicas, focadas num único item de interesse ao invés de fazer uma avaliação abrangente.

O princípio da psicofísica também está presente nesta etapa do processo da Contabilidade Mental, dado que, conforme já mencionado, ele pode influenciar a percepção de utilidade de transação verificada pelos indivíduos, os convencendo de que um negócio foi bom mesmo quando não foi (AVANZI *et al.*, 2020). Ademais, a etapa de avaliação está também relacionada ao viés do custo afundado, pois, é nesta fase que um indivíduo geralmente percebe, através da UT, a ocorrência de um possível mal negócio irreversível e com isto ele provavelmente tentará recuperar o investimento perdido, repetindo todo o processo cognitivo por várias e várias vezes, mesmo que não tenha sucesso, o que pode também contribuir para o prejuízo das finanças domésticas e o comportamento de consumo excessivo (THALER, 1980).

Por último, conforme explica Lima (2003), a aversão ao arrependimento se relaciona com todo o processo cognitivo da Contabilidade Mental, podendo acontecer em qualquer uma das três fases, pois ao codificar, categorizar ou avaliar algum evento econômico, o indivíduo pode, por força do viés, evitar alguma alternativa que lhe pareça arriscada ou mesmo manter as coisas como elas estão, sem nada fazer ou decidir, o que, dependendo da situação, pode, favorecer um comportamento de consumo equilibrado ou reforçar um comportamento de consumo excessivo.

Explicadas as etapas do processo cognitivo da Contabilidade Mental e os vieses que estão por trás deste fenômeno, o Quadro 1 resume a TCM:

Quadro 1: Etapas da Contabilidade Mental os vieses a elas relacionados.

<b>Etapa</b>	<b>Conceito</b>	<b>Vieses Relacionados</b>
Codificação	Etapa cognitiva que capta como as pessoas percebem e experimentam ganhos e perdas advindos de seus eventos econômicos, combinando-os ou segregando-os, para posteriormente categorizá-los.	Princípio da psicofísica; Aversão ao arrependimento.
Categorização	Etapa cognitiva que categoriza eventos econômicos em contas mentais de ativos ou passivos, ou seja, atribui rótulos às receitas e despesas de acordo com suas regras específicas.	Viés do autocontrole; Efeito dotação; Aversão ao arrependimento.

Avaliação	Etapa cognitiva que equilibra frequentemente as contas mentais por meio de julgamento e decisão em níveis de avaliação.	Efeito isolamento (TP); Princípio da Psicofísica; Viés do Custo Afundado; Aversão ao arrependimento.
-----------	---	--

Fonte: Elaborado pela autora com base nos estudos de Thaler (1980; 1985; 1999), Miotto e Parente (2015), Constantino (2020), Sui, Sun e Geyfman (2020), Silva (2020), Avanzi *et al.* (2020), Kitch *et al.* (2016) e Zanetta (2016).

Ainda, para cumprir os propósitos deste estudo, faz-se necessário discorrer acerca dos conceitos de finanças domésticas e os comportamentos de consumo para melhor compreender a relação destes com o processo cognitivo da Contabilidade Mental.

## 2.2 FINANÇAS DOMÉSTICAS

O conceito de finanças domésticas ou finanças familiares surge da área de finanças pessoais e se refere ao agrupamento das finanças de indivíduos de uma mesma família, ou seja, é um coletivo de finanças pessoais (PIRES, 2006). Neste sentido, as finanças domésticas tratam das “condições de financiamento das aquisições de bens e serviços necessários à satisfação das necessidades e desejos de uma família.” (PIRES, 2006, p. 13).

As finanças domésticas têm como principal objetivo ajudar as famílias a fazer uso adequado de sua renda, de modo a garantir a sobrevivência de seus membros e atender a suas demandas secundárias, de acordo com as prioridades estabelecidas e considerando as características da família, como o número de membros que a compõem, as idades, os planos futuros e os diversos eventos financeiros a que estará sujeita. Em resumo, o dinheiro de uma pessoa ou família serve para sua sobrevivência e desfrute (PIRES, 2006; JORGE; FERREIRA, 2011).

A área que trata das finanças pessoais e domésticas, diferentemente das finanças empresariais, dispõe de poucos conceitos formais e fundamentos de cunho educacional, com exceção de alguns materiais de autoajuda e assessoramento que facilmente são encontrados na mídia e nas redes de comunicação (PIRES, 2006. JORGE; FERREIRA, 2011). Desta forma, para apoiar as decisões do contexto familiar, as finanças domésticas aplicam alguns dos conceitos empresariais para gerir os recursos de indivíduos e suas famílias, uma vez que não se observa um desenvolvimento correspondente de instrumentos para tratar especificamente deste nicho de finanças (PIRES, 2006. JORGE; FERREIRA, 2011). Isto, para Pires (2006), por si só, torna o estudo das finanças pessoais e domésticas um assunto de extrema importância e uma necessidade contemporânea latente, o que vai de encontro com o crescente

número de trabalhos dedicados a este assunto, como por exemplo, os estudos de Paraíso e Fernandes (2019), Carraro e Merola (2018), Campara *et al.* (2016) e Cerbasi (2016).

### **2.2.1 Planejamento financeiro doméstico**

A capacidade de identificar a melhor forma para alocar a renda disponível em um núcleo familiar e otimizar a relação desta com o fator tempo é o que determina o sucesso das finanças domésticas (JORGE; FERREIRA, 2011). Por mais, a realização dessas tarefas com profissionalismo e responsabilidade, permite às famílias garantir o equilíbrio de seu orçamento e atingir metas de curto, médio e longo prazo. Essa excelência na gestão doméstica pode ser encontrada através do planejamento financeiro, pois ele direciona o rumo que as decisões financeiras seguirão (JORGE; FERREIRA, 2011; CVM, 2019).

O planejamento financeiro, de acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), “é o processo que permite desenvolver estratégias para ajudar pessoas na gestão de assuntos financeiros, visando alcançar seus objetivos de vida” (CVM, 2019, p. 262). Em outras palavras, é a programação das despesas de acordo com todas as receitas recebidas no mês, de modo a manter o equilíbrio financeiro e poupar sempre que possível para atingir metas futuras (JORGE; FERREIRA, 2011; CVM, 2019).

Estabelecer um orçamento doméstico, nada mais é do que listar as receitas e fixar as despesas de uma família. O orçamento é a principal etapa do planejamento financeiro, pois quando se confrontam as receitas com as despesas, entende-se mais claramente como cada decisão financeira irá refletir em outras áreas das finanças da família (PIRES, 2006; JORGE; FERREIRA, 2011; CERBASI, 2016; CVM, 2019).

O orçamento doméstico, segundo Thaler (1985), está sujeito a restrições relacionadas à renda, ao tempo e às categorias de despesa, como brevemente mencionado na seção anterior. De acordo com o autor, a renda é a restrição orçamentária que mais influencia o comportamento financeiro das pessoas, pois é ela quem dita o limite do orçamento, ou seja, as despesas serão limitadas à renda. Além disso, Pires (2006) salienta que, quando apenas um indivíduo da família é provedor de renda, os demais são considerados seus dependentes e o provedor fica incumbido de administrar os recursos e atender aos interesses de sua família, estando o processo decisório centralizado nele. Por outro lado, quando há mais de uma pessoa com renda, as despesas podem ser divididas entre as rendas disponíveis, no entanto, o poder de decisão também é descentralizado entre todos os que possuem renda. Assim, argumenta Nashawati (2018), uma vez que as decisões financeiras estão compartilhadas dentro de um mesmo contexto, conflitos podem surgir na hora de seguir o planejamento financeiro traçado,

pois, de acordo com Barrafre, Västfjäll e Tinghög (2020), indivíduos pertencentes a uma mesma família são heterogêneos frente aos vieses cognitivos que afetam as decisões financeiras da família. Isso quer dizer que cada um possui sua subjetividade mediante o processo decisório relacionado a eventos econômicos e financeiros, conforme mencionado anteriormente por Kahneman e Tversky, (1979), Thaler e Shefrin, (1988) e Thaler (1980; 1985; 1999). Por isso, é necessário avaliar cada decisão individual como parte do todo familiar, considerando seus efeitos no curto e no longo prazo (CVM, 2019).

No que se refere à restrição orçamentária temporal, para muitas famílias, o horizonte de tempo mais relevante em um orçamento é o mês, já que muitas contas regulares são pagas mensalmente. Assim, o mês é uma restrição orçamentária, pois as despesas serão agrupadas dentro deste período (THALER, 1985). A esse respeito, Sui, Sun e Geyfman (2020) consideram que o ideal para o planejamento financeiro doméstico seria que as famílias adotassem um horizonte de tempo maior, visando contemplar objetivos e metas de longo prazo.

Já a restrição orçamentária de categoria, segundo Thaler (1985), se refere ao rótulo atribuído às despesas durante o processo orçamentário, como explicado na subseção que versa sobre a Contabilidade Mental. Essas rotulações, segundo o autor, podem ferir o princípio da fungibilidade relacionada ao dinheiro, a qual é violada sempre que se considera que o dinheiro reservado para certa categoria de despesa não é considerado substituto perfeito para liquidar uma despesa de outra categoria. Isto acontece porque cada pessoa tem uma percepção diferente sobre o valor do dinheiro e sobre como ele deve ser usado (THALER, 1985).

Para Jorge e Ferreira (2011), quando um orçamento é seguido à risca, é possível verificar quais contas estão em equilíbrio e quais precisam ser ajustadas. O controle dos gastos se torna mais simples, a definição de objetivos e metas fica mais assertiva e os padrões de consumo e/ou hábitos financeiros adotados pela família ou por qualquer um de seus membros são mais facilmente identificados, permitindo ao administrador do lar fazer as modificações necessárias para assegurar o bem-estar de sua família.

No mesmo sentido, Sui, Sun e Geyfman (2020) verificaram em estudos anteriores que famílias que possuem um planejamento financeiro consolidado têm menos probabilidade de gastar em excesso, o que comprova a eficácia das estratégias de planejamento aplicadas às finanças domésticas.

### **2.2.2 Comportamentos de Consumo e os perfis financeiros a que eles se enquadram**

Como mencionado na subseção anterior, o orçamento doméstico, realizado dentro do planejamento financeiro, permite a identificação de uma série de fatores que podem influenciar as finanças de uma família e um deles é o padrão de consumo e os hábitos financeiros adotados pela família como um todo ou por qualquer um de seus membros (JORGE; FERREIRA, 2011).

Assim, tendo em vista que cada indivíduo que compõe a família possui subjetividade própria frente aos eventos econômicos e financeiros domésticos, ou seja, cada membro da família pode ter uma percepção diferente quanto às decisões financeiras que devem ser tomadas (BARRAFREM; VÄSTFJÄLL; TINGHÖG, 2020; KAHNEMAN, TVERSKY, 1979; THALER; SHEFRIN, 1988; THALER, 1980; 1985; 1999), e considerando ainda que, em uma família que tenha mais de um provedor de renda, haverá mais de um tomador de decisão (PIRES, 2006), então, em uma mesma família pode haver membros com perfis financeiros diferentes, e portanto, padrões de consumo e hábitos financeiros que variam de acordo com os comportamentos intrínsecos de cada indivíduo. Estes comportamentos são também chamados de comportamentos de consumo, ou ainda, comportamentos de gastos nas traduções de trabalhos internacionais (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020; FAN; ZHONG; ZHU, 2020; NASHAWATI, 2018; CARRARO; MEROLA, 2018) e podem impactar as decisões financeiras e, conseqüentemente, atingir o planejamento financeiro da família como um todo (CVM, 2019).

De acordo com Sui, Sun e Geyfman (2020), os comportamentos de consumo dos indivíduos podem se apresentar principalmente em três dimensões das finanças domésticas: a dimensão do planejamento, a dimensão da renda e a dimensão das despesas com cartão de crédito.

A dimensão do planejamento se refere às estratégias de controle e programação de gastos que permitem às famílias garantir o equilíbrio de seu orçamento e atingir metas de curto, médio e longo prazo, como mencionado por Jorge e Ferreira (2011) e pela CVM (2019), tendo em vista que famílias que possuem um planejamento financeiro consolidado têm menos probabilidade de gastar em excesso e portanto estão sempre em equilíbrio financeiro, gastando apenas dentro do que foi previsto (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020).

A dimensão da renda diz respeito à restrição orçamentária descrita por Thaler (1985) de que o orçamento é restrito à renda da família. Para essa dimensão específica, no entanto, Sui, Sun e Geyfman (2020) salientam que o termo “renda” se refere apenas a receitas de fluxo contínuo e com alta disponibilidade de liquidez, ou seja, é o que Thaler (1985; 1999) chama de ativo circulante, ou conforme Kitch (2016), os salários atuais. Assim, as despesas, ou

passivos, devem ser compatíveis com os ativos circulantes, ou salários atuais para que se mantenha o equilíbrio financeiro do lar no curto prazo. Caso contrário, o orçamento doméstico ficaria deficitário, uma vez que as despesas excederiam as receitas (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020). Em resumo, a dimensão da renda trata do equilíbrio entre as receitas provenientes dos salários mensais dos membros de uma família e suas despesas mensais. Em outras palavras, é o equilíbrio do orçamento mensal.

Por último, a dimensão das despesas com cartão de crédito, embora seja uma despesa rotineiro para muitas famílias, nas visões de Carraro e Merola (2018), Paraíso e Fernandes (2019), Khare (2016) e Campara *et al.* (2016), este tipo de despesa deve ser observado com maior atenção, pois, em vários países, ele é o fator que mais impulsiona os indivíduos ao endividamento e, em muitos casos, também à inadimplência. Thaler (1999) e Khare (2016) explicam que isto ocorre porque, no momento em que uma pessoa realiza uma compra utilizando o cartão de crédito, ela não sente a dor da perda, representada pela saída de dinheiro naquele momento, e tem a sensação ilusória de que não irá pagar por essa compra, ou seja, há uma dissociação entre a compra e o consumo, que parece reduzir o custo percebido pelo evento da compra. Sui, Sun e Geyfman (2020) corroboram essa ideia ao afirmarem que os gastos com cartão de crédito não parecem ser tão dolorosos quanto gastar dinheiro vivo. Os autores ainda relatam que a decisão por usar o cartão de crédito geralmente surge de uma falsa percepção de receita e do acesso à internet.

Posto isto, Sui, Sun e Geyfman (2020) e Khare (2016) ponderam que os comportamentos de consumo relacionado à despesa com cartão de crédito são considerados equilibrados quando este recurso é utilizado de forma consciente, e sobretudo, quando os indivíduos e/ou famílias, dentro do orçamento estabelecido, têm condições de pagar as faturas mensais, preferencialmente, em sua totalidade e sem atrasos em relação a seu vencimento. O oposto a este cenário seria se o indivíduo e/ou sua família nunca ou quase nunca tivesse condições de pagar a fatura dentro do vencimento e/ou em sua totalidade, o que incorreria em um comportamento de consumo excessivo, prejudicial às finanças domésticas.

Com relação aos comportamentos de consumo, encontram-se na literatura alguns estudos que tentam traçar os perfis financeiros aos quais eles se enquadram, é o caso das obras de Eker (1992) e Cerbasi (2016) e dos trabalhos de Carraro e Merola (2018), Ortega e Rodríguez-Vargas (2004) e Dew e Xião (2011). Nesses estudos, nota-se que os perfis financeiros descritos pelos autores apresentam comportamentos de consumo que, em suma, se qualificam em dois grupos: os que não prejudicam as finanças domésticas e são considerados comportamentos de consumo equilibrados; e os que prejudicam e são considerados

comportamentos de consumo excessivos (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020; FAN; ZHONG; ZHU, 2020; NASHAWATI, 2018; CARRARO; MEROLA, 2018). O Quadro 2 traz um resumo dos perfis financeiros sugeridos pela literatura e os comportamentos de consumo que cada perfil apresenta.

Quadro 2: Perfis financeiros e seus comportamentos de consumo.

<b>Autor</b>	<b>Perfis Financeiros Sugeridos</b>	<b>Comportamentos de Consumo típicos de cada Perfil</b>	<b>Categoria dos Comportamentos</b>
Éker (1992)	Poupador	Indivíduo com despesas compatíveis com sua renda e que pensa a longo prazo, poupando dinheiro sempre que possível para um futuro tranquilo.	Equilibrado
	Gastador	Indivíduo que geralmente excede sua renda e não segue qualquer planejamento. Está preocupado apenas com o presente, viver o dia de hoje.	Excessivo
Ortega e Rodrigues-Vargas (2004)	Reflexivo	Indivíduo com despesas racionais e planejadas, que mantém eficiência no uso do dinheiro. Nunca gasta além de sua renda, nem consome mais do que realmente precisa.	Equilibrado
	Impulsivo	Indivíduo que, embora possua um planejamento, não tem disciplina para cumpri-lo. Sempre cede aos impulsos emocionais e gasta mais do que ganha, e frequentemente usa o cartão de crédito de forma ineficaz.	Excessivo
Carraro e Merola (2018)	Poupador <sup>2</sup>	Indivíduo com despesas compatíveis com sua renda e que geralmente leva uma vida simples, sem excessos, visando poupar dinheiro para o futuro. Segue os mesmos princípios do perfil Poupador, de Éker (1992).	Equilibrado
	Gastador <sup>2</sup>	Indivíduo que geralmente excede sua renda e não segue qualquer planejamento. Justifica seus gastos com base na ideia de que "só se vive uma vez". É muito semelhante ao perfil Gastador descrito por Eker (1992).	Excessivo
	Descontrolado	Indivíduo que não tem nenhum tipo de controle ou planejamento sobre suas rendas ou despesas. Apenas vive conforme as circunstâncias que as rotinas da vida lhe impõem.	Excessivo
	Desorganizado	Indivíduo que raramente excede o limite de sua renda, no entanto, não possui planejamento financeiro e poupa dinheiro apenas quando sobra.	Equilibrado
	Financista	Indivíduo que raramente excede o limite de sua renda e, além disso, controla detalhadamente seu orçamento, poupa dinheiro e está sempre tentando otimizar seu planejamento financeiro para atingir seus objetivos futuros	Equilibrado
Dew e Xião (2011)	São ou Sólido	Indivíduo que não possui dívidas e que, acima de tudo, mantém um planejamento com hábitos financeiros que focam no longo prazo, visando a geração de renda de ativos, como por exemplo, investimentos, poupança e economias.	Equilibrado

	Mal administrado	Indivíduo endividado, que não segue qualquer planejamento, e que principalmente, não pratica hábitos financeiros com foco no longo prazo.	Excessivo
Cerbasi (2016)	Descuidado	Indivíduo que geralmente excede sua renda, não segue qualquer planejamento, está sempre endividado, nunca poupa dinheiro e frequentemente usa o cartão de crédito como fonte alternativa de receita.	Excessivo
	Consciente	Indivíduo que tenta seguir um planejamento mínimo com relação a suas finanças. Suas despesas praticamente se igualam a sua renda, mas nunca ultrapassam. Tenta ao máximo evitar dívidas e raramente poupa dinheiro.	Equilibrado
	Estável	Indivíduo com sólido planejamento financeiro que procura segui-lo objetivamente. Suas despesas estão sempre abaixo de sua renda, evita dívidas e está em constante pesquisa por bons investimentos para acumular economias para o futuro.	Equilibrado

Fonte: Elaborado pela autora com base nos estudos de Éker (1992), Ortega e Rodríguez-Vargas (2004), Carraro e Merola (2018), Cerbasi (2016) e Dew e Xião (2011).

Conforme se verifica no Quadro 2, os comportamentos que envolvem hábitos financeiros e padrões de consumo bons ou ótimos, são considerados comportamentos de consumo equilibrados, uma vez que não causam problemas à saúde financeira do indivíduo e/ou de sua família. Os perfis Pougador, Reflexivo, Pougador<sup>2</sup>, Desorganizado, Financista, São ou Sólido, Consciente e Estável se enquadram nessa categoria, pois os comportamentos inerentes a eles não geram despesas que ultrapassam a renda no curto prazo, logo, entende-se que o cartão de crédito é usado de forma consciente e o planejamento financeiro é geralmente respeitado (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020; FAN; ZHONG; ZHU, 2020; NASHAWATI, 2018; CARRARO; MEROLA, 2018; PARAÍSO; FERNANDES, 2019; KHARE, 2016; CAMPARA *et al.*, 2016).

Já os comportamentos de consumo que apresentam hábitos e padrões de consumo dispendiosos e que desestabilizam as finanças domésticas reforçam a tendência ao endividamento das famílias e à inadimplência e por isso são considerados comportamentos de consumo excessivos. Os perfis Gastador, Impulsivo, Gastador<sup>2</sup>, Descontrolado, Mal administrado e Descuidado se enquadram nesta categoria, tendo em vista que seus comportamentos não permitem seguir qualquer planejamento financeiro, geram sempre mais despesas do que o planejado e com isso o orçamento estabelecido não é seguido, logo, as despesas frequentemente ultrapassam os salários mensais e o cartão de crédito é utilizado de forma descontrolada, como se fosse um complemento à renda que falta, além da fatura ser raramente paga dentro do vencimento e/ou em sua totalidade. (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020;

FAN; ZHONG; ZHU, 2020; NASHAWATI, 2018; CARRARO; MEROLA, 2018; PARAÍSO; FERNANDES, 2019; KHARE, 2016; CAMPARA *et al.*, 2016).

No contexto apresentado referente aos comportamentos de consumo, alguns autores tentam explicar o motivo de alguns indivíduos apresentarem o comportamento de consumo excessivo e por conta disso estarem sempre endividados e inadimplentes. A subseção a seguir irá tratar deste assunto.

### **2.2.3 Origens dos comportamentos de consumo excessivos**

Conforme descrito na subseção anterior, os comportamentos de consumo excessivos podem ser de três tipos: relativo à renda familiar, relativo ao planejamento financeiro e relativo às despesas com cartão de crédito.

Uma pessoa revela ter um comportamento de consumo excessivo na dimensão do planejamento sempre que ela gasta mais do que o valor que planejou gastar em um determinado período de tempo, geralmente o período de um mês, no caso das famílias, incorrendo na desorganização da programação de curto e longo prazo. Já o comportamento de consumo excessivo referente à dimensão da renda ocorre sempre que suas despesas excedem o valor do seu salário mensal, quer dizer, a pessoa gasta mais do que ganha, desrespeitando o orçamento mensal estabelecido. Por fim, o comportamento de consumo excessivo relativo às despesas com cartão de crédito se apresenta quando um indivíduo ou família nunca ou raramente consegue pagar a fatura do cartão em sua totalidade e/ou dentro de seu vencimento (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020; FAN; ZHONG; ZHU, 2020; NASHAWATI, 2018; CARRARO; MEROLA, 2018; PARAÍSO; FERNANDES, 2019; KHARE, 2016; CAMPARA *et al.*, 2016).

É importante salientar que o comportamento de consumo excessivo na dimensão da renda e o comportamento de consumo excessivo na dimensão do planejamento não se confundem, pois um indivíduo ou família pode gastar além do planejado para um mês, sem depender necessariamente apenas de seu salário mensal (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020; BAE; HANNA; LINDAMOOD, 1993). Por exemplo, uma pessoa que tenha dinheiro investido pode estabelecer suas despesas mensais com base na renda proveniente desse investimento, somada a seu salário mensal, que é de cunho contínuo. Desse modo, gastar mais que o planejado não necessariamente quer dizer gastar apenas mais que o salário, porque o planejamento é algo mais abrangente do que um simples orçamento (receitas e despesas). No entanto, gastar mais que a renda disponível no mês, ou seja, exceder o salário mensal, impacta diretamente no

planejamento, uma vez que o orçamento é parte fundamental do planejamento, e se estiver desequilibrado, irá desorganizar também o planejamento.

Da mesma forma, o comportamento de consumo na dimensão do cartão de crédito diz respeito às despesas com cartão de crédito e essas despesas são parte do passivo doméstico, logo, fazem parte do orçamento (THALER, 1999; CARRARO; MEROLA, 2018; PARAÍSO; FERNANDES, 2019; KHARE, 2016; CAMPARA *et al.*, 2016). Assim, se as faturas do cartão atingirem um patamar dispendioso a ponto de a família não ter fôlego financeiro para pagar as faturas em sua totalidade e/ou dentro do vencimento, estas despesas contribuirão para que o passivo familiar exceda as receitas, reforçando o comportamento de consumo excessivo na dimensão do cartão de crédito. Mediante tais raciocínios, se constata que o cartão de crédito, quando utilizado de forma descontrolada, é o fator de maior prejuízo às finanças domésticas, pois ele pode aumentar as despesas, desequilibrar o orçamento e desestabilizar o planejamento.

Por fim, considerando a nocividade dos comportamentos de consumo excessivos ora descritos, alguns pesquisadores se propuseram a investigar as possíveis causas e origens desses comportamentos. Bae, Hanna e Lindamood (1993) analisaram os comportamentos de consumo excessivos de famílias norte americanas e constataram que estes comportamentos são originados por fatores como a mudança do estilo de vida das pessoas, ou mesmo a fase da vida que ela está vivendo, como por exemplo, um desemprego inesperado ou a velhice. A falta de uma reserva de emergência para possíveis imprevistos também contribui para o comportamento de consumo excessivo na visão dos autores. E por último, a impaciência dos indivíduos para eventos de curto prazo, pois quanto mais impaciente, maior o consumo no tempo presente.

Fan, Zhong e Zhu (2020) discutem sobre as origens patológicas dos comportamentos de consumo excessivos de consumidores chineses e os atribuem à regulação emocional deficiente e autocontrole disfuncional, os quais implicam em posturas impulsivas, materialistas e imediatistas, que estão sempre em busca do prazer ao gastar dinheiro.

Nashawati (2018) explica que, no contexto sueco, os comportamentos de consumo excessivos ocorrem devido à necessidade de um indivíduo em sentir uma gratificação instantânea, imediata. É semelhante ao que Bae, Hanna e Lindamood (1993) mencionam sobre a impaciência no curto prazo. O autor concorda que este comportamento também se dá em algum grau por causa da impulsividade que alguns indivíduos têm em gastar.

Khare (2016) verificou que os comportamentos de consumo excessivos dos indianos, principalmente na dimensão do cartão de crédito, são influenciados pela necessidade de

ostentar poder financeiro. Essa necessidade, de acordo com a autora, pode desencadear compulsão por gastar. A compulsão por gastar é o ato repetitivo e crônico de gastar mesmo que isso não traga prazer algum ao indivíduo devido à sensibilidade ao prazer ficar reduzida pelo hábito frequente. É semelhante à sensibilidade marginal que vai diminuindo a cada dor ou prazer, como explicam Kahneman e Tversky na TP (1979). Ainda de acordo com Khare (2016), a compulsão pode estar relacionada à ansiedade e baixa autoestima.

Em um contexto brasileiro, Paraíso e Fernandes (2019), Carraro e Merola (2018), Campara *et al.* (2016) e Cerbasi (2016) atribuem os comportamentos de consumo excessivos a fatores como falta de planejamento, desemprego, influência das mídias, descontrole emocional, compulsão, impulsividade por gastar e sentir um prazer imediato, necessidade de ostentar e até mesmo à cultura do brasileiro, que não tem a tendência de cultivar hábitos financeiros equilibrados, sobretudo no longo prazo. A este respeito, alguns autores que se propuseram a estudar a cultura brasileira descrevem o povo brasileiro como indivíduos que denotam certa dificuldade em conviver com o planejamento de atividades cotidianas, para as quais não se prevê metas e tampouco se avalia o próprio desempenho, mas há uma constante a busca por resultados imediatos e maior orientação ao curto prazo (CHU; WOOD JR., 2008; JUNQUILHO, 2003). Tanure (1992) explica que isso se deve à flexibilidade do brasileiro, pilar cultural que rege a resiliência e criatividade do mesmo, mas que se dosado de forma sombria, pode levar à indisciplina, inconstância e frequente improvisação.

Por mais, algo comum notado em praticamente todos estes estudos aqui citados, sejam internacionais ou brasileiros, é a atribuição dos comportamentos de consumo excessivos à satisfação imediata de alguma necessidade, que por sua vez é relacionada à impulsividade de acordo com a maioria destes autores (BAE; HANNA; LINDAMOOD, 1993; FAN; ZHONG; ZHU, 2020; NASHAWATI, 2018; PARAÍSO; FERNANDES, 2019; CARRARO; MEROLA, 2018; CAMPARA *et al.*, 2016; CERBASI, 2016). Para Ortega e Rodrigues-Vargas (2004), a impulsividade contempla a ausência de previsão no ato de consumir e a escassa atenção aos recursos financeiros disponíveis.

Outra coincidência encontrada em mais de um estudo é o fato da compulsão por gastar ser relacionada ao materialismo e a necessidade de ostentar (KHARE, 2016; CERBASI, 2016). De acordo com Ortega e Rodrigues-Vargas (2004), a compulsão é a manifestação extrema da impulsividade e pode ser um transtorno tão letal ao ser humano quanto a bulimia e a tricotilomania, por exemplo.

Além disso, os fatores descritos pelos autores como originários dos comportamentos de consumo excessivos, como pode-se observar, manifestam-se principalmente a partir de

sentimentos, emoções e expectativas dos indivíduos, ou seja, são fatores irracionais. Portanto, o modo como as pessoas gastam dinheiro está intimamente ligado a como elas percebem um evento no campo irracional e inconsciente da mente, que é o mesmo campo em que o processo cognitivo da Contabilidade Mental acontece. Por isso, entende-se que talvez pessoas com tendência a comportamentos de consumo excessivos estejam mais suscetíveis aos vieses da Contabilidade Mental e seu processo como um todo do que pessoas com comportamentos de consumo equilibrados.

Mediante o exposto, a subseção seguinte discute as possíveis relações entre a Contabilidade Mental e os comportamentos de consumo das pessoas, propostas com base no que a literatura já sabe sobre estes dois fenômenos e que se pretende elucidar com a pesquisa executada.

#### **2.2.4 Relações entre Contabilidade Mental e Comportamentos de Consumo**

Na literatura disponível sobre a Contabilidade Mental e os Comportamentos de Consumo das pessoas não há consenso sobre como o processo cognitivo da Contabilidade Mental influencia as finanças domésticas e os comportamentos de consumo.

Alguns autores dizem que a Contabilidade Mental é benigna às finanças domésticas e que ela promove o comportamento de consumo equilibrado (MIOTTO; PARENTE, 2015; CONSTANTINO, 2020; SUI; SUN; GEYFMAN, 2020). Outros autores porém, afirmam que a Contabilidade Mental é prejudicial às finanças domésticas e que ela reforça comportamentos de consumo excessivos (LIMA, 2003; SILVA, 2020; AVANZI *et al.*, 2020; KITCH *et al.* 2016; ZANETTA, 2016). O próprio Thaler (1999) questiona se a Contabilidade Mental como um todo é boa para a rotina das pessoas, e sugere pesquisas futuras nesta direção para tentar dizimar tal controvérsia (THALER, 1999). No entanto, o que todos os autores citados concordam é que há alguma relação entre o processo cognitivo da Contabilidade Mental e os comportamentos de consumo dos indivíduos e que os vieses decorrentes da TCM estão presentes nessa relação.

Dessa forma, se, conforme mencionado anteriormente, o comportamento de consumo na dimensão do planejamento abrange a dimensão da renda, que por sua vez engloba a dimensão do cartão de crédito (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020; BAE; HANNA; LINDAMOOD, 1993, THALER, 1999; CARRARO; MEROLA, 2018; PARAÍSO; FERNANDES, 2019; KHARE, 2016; CAMPARA *et al.*, 2016), entende-se então que as dimensões do planejamento, da renda e do cartão de crédito seguem a tendência de, no

processo cognitivo da Contabilidade Mental, serem codificadas todas juntas, já que estão todas sob abrangência do planejamento.

Além disso, como explicado anteriormente, o planejamento é um conjunto de estratégias e eventos econômicos que visam atingir um objetivo futuro, podendo incorrer em ganhos (em caso de sucesso) e perdas (no caso de fracasso) (JORGE; FERREIRA, 2011; CVM, 2019; NASHAWATI, 2018); assim como a dimensão da renda também tem o intuito de registrar receitas e despesas mensais, de forma combinada, a fim de equilibrar o orçamento (THALER, 1999; SUI; SUN; GEYFMAN, 2020). Essas duas dimensões, portanto, estão sujeitas à edição hedônica na forma de ganhos e perdas mistas, seja segregando quando as perdas são maiores que os ganhos ou integrando quando os ganhos são maiores que as perdas. A dimensão do cartão de crédito por sua vez pode ser vista como uma combinação de várias perdas menores, que são integradas em um pagamento mensal único, ou seja, a edição hedônica seria na forma de integração de perdas (THALER, 1985; 1999).

Ademais, quando se fala em orçamento doméstico, automaticamente se fala em categorizar ativos e passivos visando um objetivo futuro, dentro de um planejamento maior. Desta forma, sempre que um indivíduo traça um orçamento doméstico mensal, ele está categorizando contas mentais para rotular ganhos e perdas advindos de seus eventos econômicos (THALER, 1999). Essa relação entre orçamento e categorização de ativos e passivos, segundo Thaler (1999) é mais explícita para algumas famílias do que para outras, porque algumas têm o hábito de se planejar (comportamento de consumo equilibrado) e outras não (comportamento de consumo excessivo). Ademais, as contas mentais traçadas se adaptam ao contexto da família, podendo variar de acordo com subjetividade de cada uma (THALER, 1999; KAHNEMAN; TVERSKY, 1999).

Por fim, a avaliação referente aos comportamentos de consumo, isto é, o julgamento e decisão sobre o que fazer em relação às dimensões do planejamento, renda e cartão de crédito, seguem a restrição de tempo imposta pelo orçamento, ou seja, as análises e decisões sobre as finanças de uma família ocorrem mensalmente, embora este período devesse ser maior para permitir um planejamento mais consolidado, conforme a teoria de Thaler (1999). Além disso, a etapa de avaliação, executada por indivíduos com comportamentos de consumo equilibrados, tende a acontecer em caráter *ex ante*, pois estes geralmente seguem um planejamento prévio que permite julgar e decidir sobre seus eventos financeiros antes deles acontecerem. Diferentemente dos indivíduos que apresentam comportamentos de consumo excessivos, os quais, em virtude de seus maus hábitos e padrões de consumo, que não permitem seguir qualquer planejamento, só conseguem analisar seus resultados após a

consumação deles, ou seja, *ex post* (THALER, 1999). Por mais, quanto aos níveis de avaliação, devido a irracionalidade e aos vieses cognitivos, todos os indivíduos estão sujeitos a realizar avaliações mínimas, tópicas ou abrangentes, dependendo do evento econômico que está sob julgamento (THALER, 1999).

Salienta-se novamente que as relações aqui propostas podem variar de indivíduo para indivíduo, e de família para família, dada a subjetividade de cada um frente aos eventos econômicos e a heterogeneidade no que diz respeito aos vieses e processos cognitivos (THALER, 1999; KAHNEMAN; TVERSKY, 1979; BARRAFRE, VÄSTFJÄLL E TINGHÖG, 2020).

Nesse sentido, Sui, Sun e Geyfman (2020) e Niazi e Malik (2020) sugerem que o comportamento das pessoas varia de acordo com a realidade delas ou o contexto em que vivem, ou seja, em diferentes países com demografias e contextos distintos, originam-se comportamentos também distintos, subjetivos a cada realidade. Essa premissa pode ser um indício de que o contexto em que um indivíduo ou família está inserido pode também interferir em suas decisões financeiras, já que o ambiente macroeconômico de um país, ou seja, a economia como um todo, influencia o ambiente microeconômico ao qual as famílias pertencem por fazerem parte do todo (KRUGMAN; WELLS, 2007; GONÇALVES; GUIMARÃES, 2010; VARIAN, 2015).

Face ao exposto, a seção 2.4 a seguir irá discorrer acerca do contexto da pandemia da Covid-19, que tem assolado o Brasil e o mundo nos últimos dois anos e afetado as economias de praticamente todos os países, o que se reflete nas finanças domésticas de suas famílias. No entanto, antes de abordar o contexto situacional, ressalva-se que o presente estudo trata em sua temática central sobre as finanças comportamentais e sua relação com comportamentos de consumo dos indivíduos em períodos de crise, ou seja, assuntos vinculados em grande parte à área de economia doméstica e economia comportamental, sendo, portanto, a maioria dos estudos citados ao longo do trabalho de autores destas áreas do conhecimento. No entanto, considerando que o título acadêmico a ser atribuído à autora após a conclusão da pesquisa é na área de Ciências Contábeis, cabe verificar o que autores desta área tem pesquisado sobre finanças comportamentais, finanças domésticas e assuntos correlatos. Assim sendo, a seguir são apresentados alguns desses autores e suas respectivas pesquisas.

### 2.3 BREVE RELATO SOBRE FINANÇAS COMPORTAMENTAIS E DOMÉSTICAS NA VISÃO DE AUTORES DA ÁREA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Conforme descrito na subseção anterior, alguns autores da área de Ciências Contábeis têm pesquisado sobre fatores que influenciam as decisões de indivíduos comuns em seus contextos cotidianos e a relação da Contabilidade com estes fatores.

Bay (2008, 2012), por exemplo, investigou o papel da contabilidade na educação financeira das pessoas e verificou que, para que os conceitos financeiros e contábeis se tornem compreensíveis para as pessoas, eles precisam estar de alguma forma vinculados aos valores, aos ideais e até às preocupações delas. Em outras palavras, o processo decisório financeiro de uma pessoa comum acontece sob a ótica de seus valores, ideais e preocupações, ou seja, é particular e constitutivo de cada pessoa. Isso muito se assemelha à ideia das decisões baseadas nas heurísticas de julgamento, explicada por Bazerman e Moore (2014) e à ideia de que os indivíduos são heterogêneos frente a um processo decisório, como elucidam Barrafre, Västfjäll e Tinghög (2020).

Em outros estudos, Bay (2010, 2011) se aprofunda em discussões de contabilidade aplicada a questões domésticas e discute o conceito do que seria uma pessoa "financeiramente responsável" na visão de autoridades governamentais e como isso afeta as decisões financeiras dos jovens. A autora salienta ainda que o primeiro fator para que uma pessoa assuma responsabilidades financeiras na vida é que ela tenha o poder de fazer escolhas, poder este que não é originado pela capacidade da pessoa analisar contabilmente sua situação financeira, mas de uma série de outros fatores de cunho social, uma vez que, para a contabilidade ser efetiva, seus números precisam fazer sentido para o indivíduo que a pratica e cada indivíduo associa tais números a valores, ideais e preocupações diferentes. Essa questão levantada por Bay (2010, 2011) já era discutida também por Pires (2006) quando este afirma que para que um indivíduo tenha poder de decisão, deve haver uma responsabilidade de prover renda à sua família.

Ainda, em um estudo um pouco mais recente, Bay, Svärdesten e Sundström (2018) verificaram por meio de testes empíricos que fatores cognitivos e emocionais têm influência sobre a forma de leitura e interpretação das contas financeiras das pessoas. Isso também corrobora os estudos de finanças comportamentais aqui citados.

Já no que tange aos efeitos da Contabilidade Gerencial sobre o comportamento humano, Catasús, Ferri e Von Laskowski (2016) consideram que as tecnologias contábeis configuram um instrumento de intervenção capaz de influenciar pessoas, objetos e processos. Segundo os autores, a tecnologia contábil pode moldar o comportamento das pessoas de modo a trazer otimismo e esperança a ambientes que já não os possui.

Esses estudos demonstram um pouco do que as Ciências Contábeis têm a dizer sobre as finanças comportamentais, domésticas e os efeitos da contabilidade sobre o comportamento humano. Mas salienta-se que, no contexto desta pesquisa, a autora irá se abster de aprofundar o assunto, pois a linha teórica aqui adotada segue as teorias econômicas comportamentais, conforme já mencionado.

#### 2.4 PANDEMIA DA COVID-19 E SEUS DESDOBRAMENTOS PELO MUNDO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020), uma pandemia acontece quando um determinado agente patológico consegue se disseminar por diversos países ou continentes, propagando uma enfermidade a nível mundial e afetando um elevado número de pessoas.

A pandemia da Covid-19 surgiu no final do ano de 2019 na cidade de Wuhan, na China, devido a um novo vírus, da classe Corona, até então desconhecido. Esse vírus, que foi mais tarde denominado SARS-CoV-2, ficou mundialmente conhecido como Novo Coronavírus. Em fevereiro de 2020, a OMS nomeou a doença por ele causada como Doença do Coronavírus 2019, ou Covid-19 (BARCELOS *et al.* 2021; OLIVEIRA *et al.* 2021; SHAEFER *et al.* 2020; BOTH *et al.* 2021; MELO *et al.* 2020; LEITE 2020).

A Covid-19 é uma síndrome respiratória aguda grave e seus sintomas iniciais envolvem tosse seca, febre, fadiga e dificuldade de respirar, e geralmente estão associados a quadros clínicos de pneumonia. Nos casos graves, a doença pode levar a insuficiência respiratória, paralisia de órgãos vitais como pulmões e rins e, em casos extremos, o doente pode vir a óbito (MELO *et al.* 2020). Além disso, a Covid-19 pode variar de acordo com o histórico de saúde da pessoa acometida, sendo que as pessoas idosas ou portadoras de doenças pré-existentes como HIV, câncer, obesidade, pressão alta ou diabetes têm maiores chances de desenvolver a sua forma grave (LAUXMANN; SANTUCCI; AUTRAN-GOMEZ 2020). Em outros casos, no entanto, a pessoa pode estar infectada com o vírus e não apresentar sintoma algum, o que deve ser verificado com atenção, pois estas pessoas podem estar transmitindo o vírus sem nem terem ciência disso (LAUXMANN; SANTUCCI; AUTRAN-GOMEZ 2020). Dessa forma, no que se refere à transmissão, esta ocorre facilmente de pessoa para pessoa através do contato direto com gotículas contaminadas ou secreção, originadas pela tosse ou espirro, ou ainda, por meio do contato com as membranas mucosas oral, nasal e ocular (MELO *et al.* 2020; LAUXMANN; SANTUCCI; AUTRAN-GOMEZ 2020).

Tendo em vista a facilidade com que o vírus se propaga, pouco tempo depois dos primeiros casos de Covid-19 em Wuhan, na China, diversos países também confirmaram casos da doença em pessoas que haviam viajado recentemente para a China, e em semanas o vírus se alastrou pelo mundo todo, causando uma pandemia generalizada e um estado de calamidade mundial. Em decorrência disso, no dia 11 de março de 2020, a OMS declarou estado pandêmico global por causa do Coronavírus (OMS, 2020; OLIVEIRA *et al.* 2021, SHAEFER *et al.* 2020).

O mundo estava então lidando com uma doença desconhecida, para a qual ainda não havia medicação específica e nem vacina. Muitos foram os países que enfrentaram colapsos em seus sistemas de saúde, devido à superlotação de seus hospitais. Com isso, as únicas recomendações da OMS eram, quanto à contenção do vírus e desaceleração do contágio, por meio de isolamento social em quarentena, distanciamento social e precauções individuais como a higienização das mãos com água e sabão ou álcool e o uso de máscaras. Mesmo assim, até o final de 2022, a Covid-19 acometeu cerca de 660 milhões de pessoas em todo o mundo e matou 6,8 milhões delas. Os países mais atingidos pela doença foram Estados Unidos (EUA), Índia, Brasil, Reino Unido e Rússia (BOTH *et al.*, 2021; SHAEFER *et al.*, 2020; NEWS GOOGLE, 2022). Para Melo *et al.* (2020) e Vommaro (2021), o maior impacto da doença nos EUA, Brasil e Reino Unido se deve em parte pelas posturas negacionistas adotadas por seus governantes, o que contribuiu para o contágio acelerado e atraso na implantação das medidas preventivas.

Frente ao cenário pandêmico e diante de tantas incertezas, governantes do mundo todo decretaram estado de emergência nacional, tornando a quarentena e o distanciamento social obrigatórios para todos os seus cidadãos e impondo o fechamento de escolas, universidades e a maioria de locais de trabalho, com exceção de estabelecimentos essenciais, ou seja, aqueles que prestam serviços de saúde, segurança, imprensa e alimentação (BOTH *et al.*, 2021; SHAEFER *et al.*, 2020; VOMMARO, 2021; PECI; AVELLANEDA; SUZUKI, 2021; SILBER, 2020). Essas medidas, embora tivessem o intuito de conter o avanço do vírus e salvar vidas, trouxeram consequências drásticas para muitos países, principalmente sob o aspecto econômico, já que praticamente todos os estabelecimentos comerciais se encontravam fechados e impossibilitados de movimentar a economia (BOTH *et al.*, 2021; SHAEFER *et al.*, 2020; VOMMARO, 2021; PECI; AVELLANEDA; SUZUKI, 2021; SILBER, 2020).

Com isso, diversas estratégias foram adotadas pelos governos ao redor do mundo para controlar a economia, que, agora, também estava em crise. As ações mais comuns entre os países foram a adoção dos protocolos de segurança recomendados pela OMS para contenção

do vírus, como o distanciamento social e o uso obrigatório de máscaras, políticas públicas de distribuição de renda para cidadãos menos favorecidos, e, logo, mais vulneráveis à crise, incentivos fiscais a empresas, por meio da diminuição de impostos, sobretudo para empresas de pequeno porte, e políticas monetárias para controle da inflação, como a elevação de taxas de juros e conseqüente queda no consumo e nos preços dos produtos. Essas estratégias foram adotadas por países como Suécia, Itália, Espanha, Alemanha, Reino Unido, China, Argentina, Estados Unidos (EUA) e Brasil (MELO *et al.* 2020; VOMMARO, 2021). No caso do Brasil, especificamente, não houve uma política central dirigida pelo governo federal com orientações de combate à pandemia. Os governos de cada unidade federativa tomaram as medidas que julgaram necessárias para enfrentar a crise, o que incluía a restrição de viagens, fechamento de escolas e comércio, restrição a atividades produtivas e, nos casos mais extremos, *lockdowns* com restrição a movimentação da população. Essas medidas, assim como no mundo todo, tiveram grande impacto na atividade econômica e, em particular, no mercado de trabalho (IPEA, 2021).

Diante do exposto, nota-se que uma pandemia é um problema perverso, porque consegue se alastrar por vários domínios de um país, podendo assumir várias nuances dentro de um mesmo contexto e afetar sociedades das mais diversas formas (PECI; AVELLANEDA; SUZUKI, 2021). E no caso da Covid-19, instalou-se sobre o planeta uma crise generalizada de cunho ontológico que mudou a dinâmica econômica, social, política e cultural do mundo todo em poucas semanas (VOMMARO, 2021). Segundo Alencar Júnior, Crespo e Gonçalves (2021) a preocupação com os impactos sociais, econômicos e ambientais passou a ser uma constante no dia a dia das pessoas, trazendo ansiedade e insegurança para os indivíduos no que se refere à sua visão de ordem, de futuro e de continuidades das coisas, fatores os quais são essenciais ao estado mental estável do ser humano (GIDDENS, 1991). No entanto, como salientam Peci, Avellaneda e Suzuki (2021), seja na saúde, na política ou na economia, uma doença de nível pandêmico exige ações dos mais variados níveis de governo para contornar a crise estabelecida e, no contexto deste trabalho, se dará maior enfoque sobre as questões econômicas relacionadas à crise da Covid-19.

Nesse sentido, com relação às medidas econômicas de combate à Covid-19, Silber (2020) constata exatamente o que foi observado nas economias dos países atingidos pela doença: em tempos de grandes crises, os países têm a tendência de se tornarem mais conservadores em suas políticas, favorecendo a proteção do comércio nacional em detrimento da importação de produtos estrangeiros, elevando as taxas de juros para conter a inflação e promovendo políticas de renda básica para os menos favorecidos. Isso, de acordo com o autor,

aconteceu na crise de 1929 e também na de 2008, e tende a se repetir para os anos de 2020 e 2021, por causa da crise gerada pela pandemia da Covid-19. Vieira, Potrich e Bressan (2021), corroboram com essa ideia, sugerindo que durante a crise, muitos produtos importados sofreram aumento nos preços, o que pode ser resultante de políticas protecionistas adotadas frente à crise. Christakis (2020), por sua vez, explica que, historicamente, em épocas de pandemia, assim como nas economias nacionais, as pessoas de modo individual também são mais propensas a manterem-se reservadas em todas as suas áreas comportamentais, seja na espiritualidade, nas relações sociais ou nas finanças, porque há um cenário mundial de instabilidade, tensão e medo que as envolve.

Mediante essas constatações e no âmbito deste estudo, se faz necessário discorrer acerca de indicadores específicos da economia e também das famílias brasileiras no período que antecedeu a crise da pandemia, isto é, o ano de 2019 e como esses indicadores foram afetados pela crise, a partir de seu primeiro ano, ou seja, 2020. Isso permitirá compreender melhor como o ambiente pandêmico influencia a economia como um todo e como as famílias se comportam em contextos normais e em contextos de crise. Dessa forma, as duas próximas subseções tratarão destes aspectos.

#### **2.4.1 Cenário econômico brasileiro antes e durante a crise**

De acordo com Krugman e Wells (2007) e Gonçalves e Guimarães (2010), quando se considera a economia de um país como um todo, está se falando de macroeconomia. A macroeconomia trata de fenômenos econômicos amplos que abrangem todo o país e seu maior objetivo é o crescimento econômico com foco na prevenção e/ou amenização de recessões.

Os indicadores macroeconômicos são as formas que o governo utiliza para mensurar seus resultados e a partir deles adaptar suas políticas econômicas, fiscais e monetárias para atingir suas metas e objetivos. Os principais indicadores macroeconômicos de um país são seu Produto Interno Bruto (PIB), a Balança Comercial e Corrente do Comércio, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), o consumo de bens e serviços, sobretudo pelas famílias e pelo governo, as taxas de desemprego, de inflação e as variações nas taxas de juros, (KRUGMAN; WELLS, 2007; GONÇALVES; GUIMARÃES, 2010; IBGE, 2019a; 2020a).

O PIB é usado para medir o desenvolvimento de uma economia. Ele é o valor final de todos os bens e serviços produzidos em escala nacional por um determinado período de tempo, geralmente trimestre ou ano. A Balança Comercial e a Corrente do Comércio se referem às atividades de exportação e importação de um país, sendo a Balança Comercial a diferença entre tais atividades, enquanto a Corrente do Comércio é a soma. Quando o volume

de exportações é maior que o de importações, a Balança Comercial fica positiva e o quando o contrário ocorre, ela fica negativa. Quanto à Corrente do Comércio, nota-se que, quanto maior o volume de atividades de exportação e importação, maior é o índice da Corrente do Comércio. Já o FBCF mede o investimento corrente ou atual em ativos fixos, ou ativos duradouros, isto é, bens de capital como imóveis, máquinas e equipamentos que serão utilizados na produção de outros bens no período de um ano. De forma simples, esse indicador, em âmbito nacional, serve para estimar o cenário industrial do próximo ano (ANTONIONI; FLYNN, 2012; KRUGMAN; WELLS, 2007; GONÇALVES; GUIMARÃES, 2010).

Quando o PIB de um país diminui, significa que uma recessão, um retrocesso está acontecendo na economia, e com isso a Balança Comercial, a Corrente do Comércio e o FBCF também são negativamente atingidos, o que aumenta a taxa de desemprego, pois há uma diminuição de atividades econômicas, logo, há demissão de pessoas (ANTONIONI; FLYNN, 2012; KRUGMAN; WELLS, 2007; GONÇALVES; GUIMARÃES, 2010).

Para tentar controlar esses períodos de retrocesso, o governo pode lançar mão de políticas monetárias ou fiscais. Ambas visam estimular a economia, seja abaixando as taxas de juros de crédito ou diminuindo os impostos sobre os produtos e serviços para aquecer o consumo no mercado (KRUGMAN; WELLS, 2007). Vale esclarecer que a taxa de juros básica utilizada pelo governo brasileiro nas operações de crédito é a Taxa Selic e ela é o principal instrumento de política monetária utilizado para controlar a inflação no país. A inflação, por sua vez, é medida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que monitora a variação do custo de vida das famílias brasileiras com assalariados com renda mensal entre 1 até 40 salários mínimos mensais, ou seja, é um índice que abrange praticamente todas as famílias brasileiras (BCB, 2021b).

De forma prática, as políticas monetárias visam reduzir taxas de juros de crédito (Selic) para que mais pessoas ou empresas consigam, por meio destes créditos, consumir mais. Geralmente, o governo, por meio da impressão de mais moeda, injeta dinheiro na economia, com o intuito de movimentá-la e assim abaixar as taxas de juros de crédito, pois quanto mais dinheiro circulando, maior sua utilização, ou seja, maior o consumo de bens e serviços. Isso, embora seja uma estratégia para aumentar o consumo, por vezes pode aumentar a inflação (IPCA) de um país, já que muitas pessoas estariam demandando por produtos escassos em virtude de uma crise, e se há muita demanda por um produto, seu preço tende a se elevar (ANTONIONI; FLYNN, 2012; KRUGMAN; WELLS, 2007; BCB, 2021b).

Já as políticas fiscais têm também o objetivo de estimular a economia, só que por meio da diminuição de impostos e consumo do governo, pois pagando menos impostos, as famílias e empresas ficariam com mais dinheiro para consumo próprio. O mesmo ocorre quando o governo assume para si despesas de terceiros, com o intuito de desonerá-los de algum gasto temporariamente. Esse recurso é muito utilizado, por exemplo, para diminuir o gasto de energia elétrica das famílias (ANTONIONI; FLYNN, 2012; KRUGMAN; WELLS, 2007; BCB, 2021b).

Dadas as definições necessárias e os conceitos de cada um dos indicadores macroeconômicos, apresenta-se na Tabela 2 uma comparação destes indicadores no contexto brasileiro para os períodos que antecederam e sucederam a crise da pandemia, quais sejam, os anos de 2019 (antes da pandemia) e 2020, 2021 e 2022 (durante a pandemia).

Tabela 2: Principais indicadores macroeconômicos – Comparação entre 2019, 2020 e 2021.

<b>Indicador (Variação em % acumulada ao ano / Taxa Acumulada ao ano)</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
PIB	1,10%	-4,10%	+4,60%	*
Balança Comercial	-17,20%	+5,90%	+20,30%	*
Corrente do Comércio	-4,20%	-8,40%	+35,60%	*
FBCF	+3,40%	-0,80%	+17,20%	*
Consumo das Famílias	+2,10%	-5,50%	+3,60%	*
Consumo do Governo	-0,40%	-4,70%	+2,00%	*
Desemprego	11,90%	13,50%	13,20%	*
Inflação (IPCA)	4,31%	4,52%	10,06%	5,79%
Taxa Básica de Juros (Selic)	4,50%	2,00%	9,25%	13,75%

Fonte: IBGE (2019a; 2020a; 2021b; 2022a); BCB (2020; 2021a; 2022a; 2022b).

\*Dados oficiais ainda não divulgados para o último trimestre de 2022.

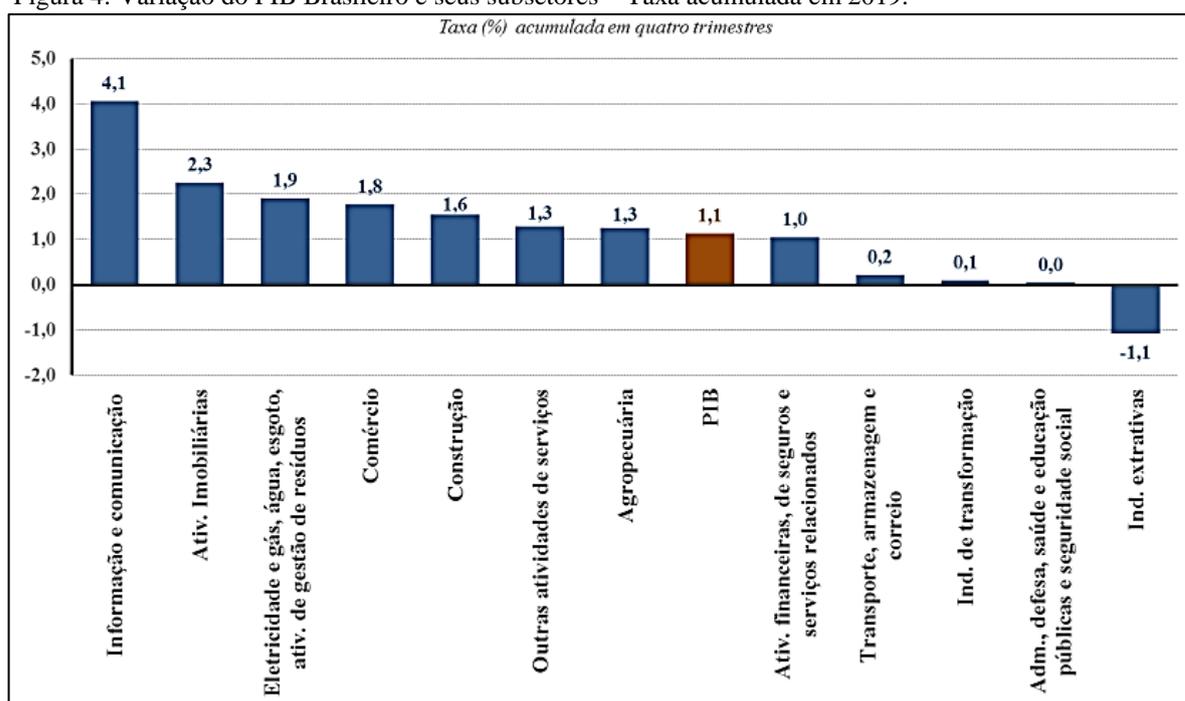
Como se verifica na Tabela 2, no ano de 2019, o PIB de 2019 apresentou crescimento de 1,10% em relação ao ano anterior, 2018. Este crescimento, de acordo com o IBGE (2020a), vinha de uma série histórica desde 2017, sendo interrompido em 2020 pela crise advinda da pandemia da Covid-19 e vindo a se recuperar somente a partir do segundo trimestre de 2021 (IBGE, 2021b). Para Leite (2020) muitos são os fatores envolvidos nesses resultados.

Primeiramente, em 2020, com o início da pandemia, muitas empresas tiveram suas atividades interrompidas em virtude do distanciamento social, o que impactou diretamente na evolução da maioria dos setores da economia e incorreu em muitas demissões, aumentando a taxa de desemprego e a inflação (LEITE, 2020; SILBER, 2020; GOMES; FAVORITO,

2020). Leite (2020) considera, sobre o desemprego, que a pandemia apenas evidenciou um problema negligenciado nos últimos anos, dado que a taxa de desemprego no Brasil antes da pandemia já não estava em um patamar admirável, pois batia a casa dos 12% em 2019, chegando a 13,5% em 2020 e 13,20% em 2021.

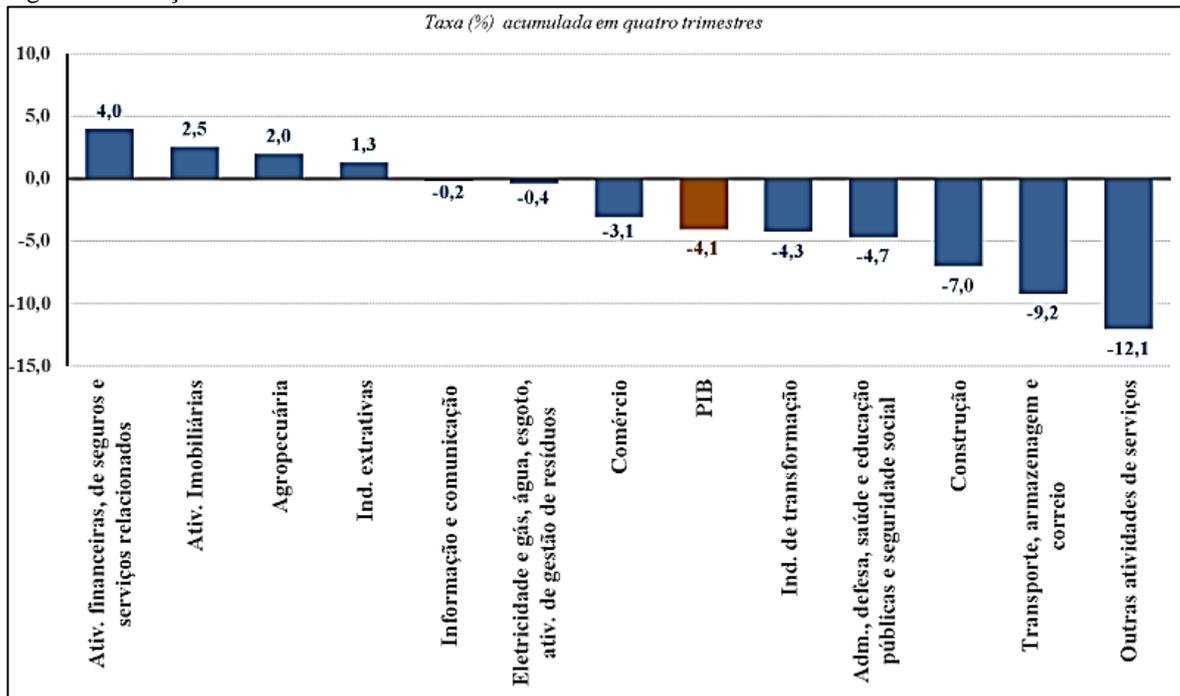
As Figuras 4, 5 e 6 demonstram as variações dos setores que compõem o PIB entre os anos de 2019, 2020 e 2021.

Figura 4: Variação do PIB Brasileiro e seus subsetores – Taxa acumulada em 2019.



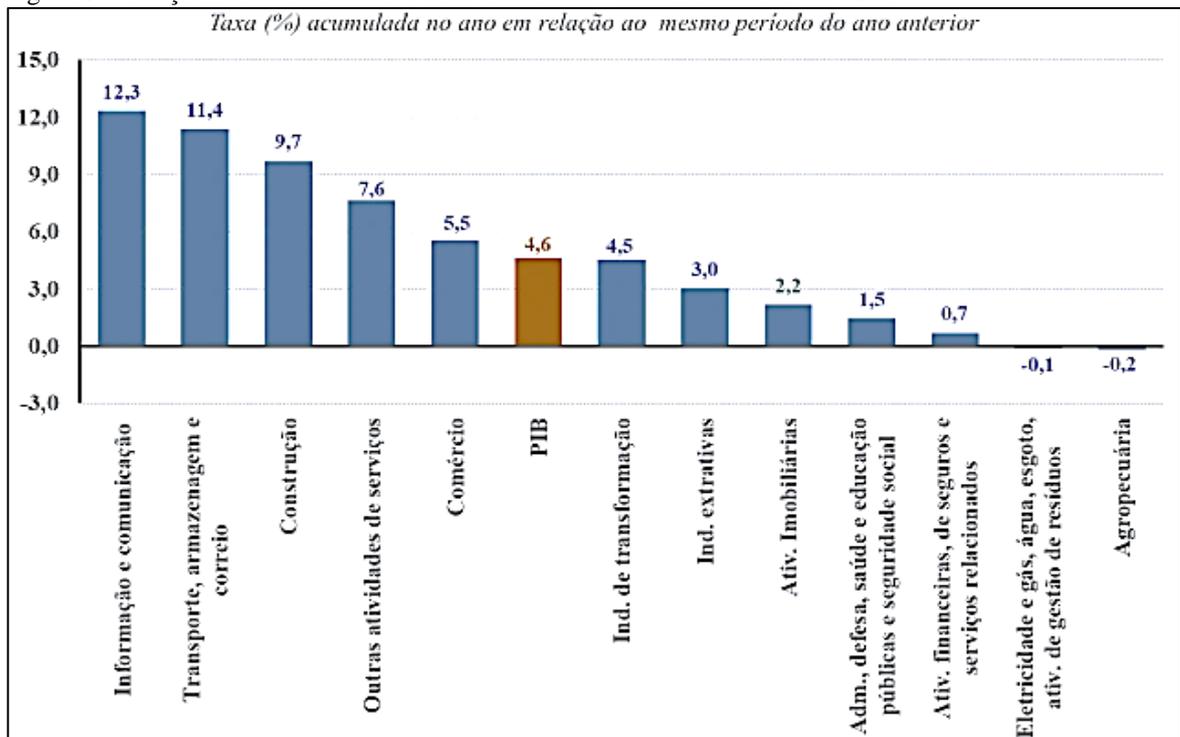
Fonte: IBGE (2019a).

Figura 5: Variação do PIB Brasileiro e seus subsectores – Taxa acumulada em 2020.



Fonte: IBGE (2020a).

Figura 6: Variação do PIB Brasileiro e seus subsectores – Taxa acumulada em 2021.



Fonte: IBGE (2021b).

Como se verifica nas figuras 4, 5 e 6, o comércio e a indústria de transformação, por exemplo, que em 2019 haviam apresentado expansão de 1,8% e 0,1% respectivamente, em 2020, caíram para -3,1% e -4,3%, voltando a subir em 2021 para 5,5% e 4,5%. Esses resultados, principalmente no que diz respeito às indústrias, justificam também o desempenho

do FBCF, que em 2019 atingiu variação positiva de 3,40% em relação aos resultados de 2018, mas em 2020 apresentou variação negativa de -0,8%, tendo em vista que as indústrias reduziram suas atividades e não havia, no momento, previsão de melhora no cenário econômico (IBGE, 2020a). O FBCF veio a melhorar no segundo trimestre de 2021 em diante (IBGE, 2021b), fechando o ano com expansão de 17,20%.

Além disso, o setor de construção teve uma das maiores quedas com o início da pandemia: de um pico de 1,6% em 2019, chegou a -7% em 2020 (IBGE, 2019a; 2020a). Esse setor, de acordo com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC, 2015), abriga, em sua maioria, trabalhadores menos favorecidos financeiramente e com menores níveis de instrução. A recuperação do setor também ocorreu em 2021, quando cresceu 9,7% em relação ao ano anterior.

Outro ponto a salientar são os indicadores da Balança Comercial e Corrente do Comércio. Observa-se que, embora a Balança Comercial tenha apresentado saldo positivo em 2019, 2020 e 2021 (IBGE, 2019a; 2020a; 2021b), salienta-se que os resultados dos indicadores estão sempre refletindo o resultado do ano atual em relação ao ano anterior. Assim, mesmo que em 2020 e 2021 os resultados tenham sido positivos, nota-se que foi apenas uma recuperação dos 17,20% negativos de 2019. Isso significa que a recuperação efetiva foi de apenas 9% em dois anos, se comparados a 2019. Além disso, o total das operações de comércio exterior, ou seja, a Corrente do Comércio, variou negativamente tanto em 2019 (-4,2%), quanto em 2020 (-8,4%). No entanto, em 2020 a variação foi mais intensa, o que sugere que o volume de operações internacionais no Brasil foi menor em 2020 em relação a 2019. Esses resultados corroboram a ideia sugerida por Silber (2020) e Vieira, Potrich e Bressan (2021) de que em tempos de crise os países tendem a ser mais conservadores em suas políticas de exportação e importação, favorecendo o protecionismo, já que, no auge da crise, houve menos operações comerciais a nível internacional. Já em 2021, houve um salto no total de operações, com expansão de 35,60%, o que é justificável principalmente pela demanda de vacinas e insumos médicos.

Ainda, com a paralisação dos mercados, as vendas das empresas diminuíram drasticamente, mas os compromissos financeiros permaneceram. Na tentativa de conter tais problemas, o governo brasileiro implantou um programa antidesemprego, com complementação de salários para trabalhadores formais que negociassem a redução de salários e jornada de trabalho junto a seus empregadores (BRASIL, 2020c).

Mesmo assim, muitos empreendedores declararam falência, pois as políticas e incentivos fiscais de diminuição de impostos e subsídios financeiros concedidos aos

empresários pelo governo brasileiro não eram suficientes para segurar os prejuízos recorrentes. De acordo com Silber (2020) e Leite (2020), os agentes econômicos mais atingidos pela crise foram, sem dúvidas, os trabalhadores das micro e pequenas empresas, os quais correspondem a 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado. Os estados brasileiros mais afetados pela crise até o final de 2020 foram SP, ES, RJ e DF (SHAEFER *et al.* 2020; NEWS GOOGLE, 2021).

Diante das altas nas taxas de desemprego na maioria dos estados brasileiros, no ano de 2020, o governo federal também implantou políticas públicas de distribuição de renda para as famílias que tivessem membros desempregados. O auxílio emergencial, como foi chamado, correspondia ao valor de R\$ 600,00 por pessoa desempregada, limitado a duas pessoas por família e foi distribuído até meados do mês de outubro 2021 (BRASIL, 2020b; CEF, 2021). Esse benefício, na visão de muitos autores, não era suficiente para custear os gastos das famílias, dado que muitas delas mantinham um certo padrão de vida antes da pandemia e, com a crise, logo viram suas finanças domésticas seriamente comprometidas, devido à perda do emprego e da renda de muitos chefes de famílias e mães solo, em virtude da recessão (SILBER, 2020; VOMMARO, 2021; SHAEFER *et al.*, 2020; BOTH, *et al.* 2021; LEITE, 2020). Além disso, no ano de 2021, a inflação chegou à casa dos 10,06%, mais que o dobro do ano anterior, e a taxa básica de juros bateu 9,25% no mesmo ano. Nesse contexto, justifica-se a queda do consumo das famílias, pois estas tiveram de se adaptar e cortar despesas frente às condições impostas pela crise. Salienta-se que em 2019 havia uma variação positiva de consumo de 2,2%, e em 2020 este índice chegou a -5,5%, recuperando-se ligeiramente em 2021 com variação positiva de 3,6%, que na verdade, apenas abateu o resultado negativo do ano anterior.

Posto isso, observa-se que o Brasil enfrentou sérias dificuldades para manter baixos os níveis de isolamento e distanciamento social, porque, segundo Leite (2020), na falta de um Estado com fortes políticas de proteção do emprego e da renda, os cidadãos não possuíam alternativa senão quebrar o isolamento social, expondo-se ao vírus à procura de trabalho para complementar a renda familiar. Essa foi, na visão de Leite (2020) e Lauxmann, Santucci e Autran-Gomez (2020), uma das causas que contribuíram para o aumento da curva da doença no país, chegando a mais de 36 milhões de casos e 690 mil mortes no final de 2022 (NEWS GOOGLE, 2022).

Diante dos indicadores macroeconômicos apresentados, verifica-se que, embora a situação econômica do Brasil antes da pandemia, ou seja, em 2019, não fosse ainda a ideal, os índices vinham apresentando melhora desde 2017. A pandemia de 2020 afetou muitos dos

setores econômicos e gerou uma recessão no país, a qual foi responsável pelas quedas nos resultados e agravamento do desemprego e da inflação, o que se reflete diretamente no consumo das famílias e nas suas finanças.

Por fim, faz-se necessário detalhar um pouco mais acerca das consequências que a pandemia trouxe para o país, considerando agora a realidade microeconômica na qual as famílias estão inseridas. A próxima subseção irá discorrer sobre o assunto.

#### **2.4.2 Situação econômica das famílias brasileiras antes e durante a crise**

De acordo com Varian (2015), Krugman e Wells (2007) e Gonçalves e Guimarães (2010), quando se fala de microeconomia, faz-se referência às famílias e empresas de forma individual e não como um todo, como na macroeconomia. Desta forma, a microeconomia é o estudo do comportamento econômico individual de cada agente dentro de uma economia, ou ainda, o estudo das escolhas individuais destes agentes. Os núcleos familiares podem ser considerados um desses agentes.

Embora na literatura não haja consenso quanto aos indicadores utilizados para mensurar a condição financeira das famílias brasileiras em geral, o IBGE (2015) aponta alguns índices que podem ser utilizados para esta finalidade. Um deles é justamente a taxa de consumo das famílias, mencionada na subseção anterior.

O consumo das famílias inclui toda despesa ou gasto executados por elas com a aquisição de bens e serviços usados para atender a suas necessidades e desejos. Essas despesas ou gastos não incluem bens de capital, pois estes são calculados no índice FBCF. O consumo das famílias é o que Thaler (1985; 1999) chama de passivo e que, de acordo com Adams e Cuecuecha (2010) e Li et. al. (2010) é contabilizado em categorias orçamentárias, designadas de acordo com as áreas da vida pessoal ou familiar.

No Brasil, assim como proposto por Adams e Cuecuecha (2010) e Li et. al. (2010), o consumo das famílias também é classificado em categorias orçamentárias, de acordo com as despesas por elas realizadas. O IBGE (2015) estima tais despesas com base nas Pesquisas de Orçamento Familiar (POF), realizadas a cada década. A última versão da POF foi divulgada em 2020 e coletou dados de 2017 e 2018. Nela, entre outros assuntos, foram apuradas as principais despesas familiares no Brasil e seus respectivos valores em relação ao total das despesas médias de uma família, sendo eles:

Tabela 3: Categorias de despesas que compõem o consumo das famílias brasileiras e seus respectivos percentuais em relação ao total de despesas.

<b>Categorias</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valores relativos ao total das Despesas</b>
<b>Total</b>	-	<b>100,00%</b>
<b>Despesas de Capital</b>	<b>Aquisição ou financiamento de imóveis, veículos, eletrodomésticos, móveis, obras, empréstimos devidos e investimentos diversos (IBGE, 2020b; PIREs, 2007).</b>	<b>6,82%</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>Todos os gastos que compõem a manutenção do lar e custeiam o consumo corrente (IBGE, 2020b; PIREs, 2007).</b>	<b>93,18%</b>
<i>Habitação</i>	<i>Despesas básicas do lar como aluguel, IPTU, condomínio, água, energia elétrica, gás, telefone ou celular e internet (IBGE, 2020b; PIREs, 2007).</i>	<i>27,96%</i>
<i>Transporte</i>	<i>Despesa com transporte público e particular, como ônibus, combustível, lubrificantes, manutenção mecânica, pedágios, táxis, estacionamentos, etc. (IBGE, 2020b; PIREs, 2007).</i>	<i>14,03%</i>
<i>Alimentação</i>	<i>Consumo dentro de casa, através de despesa prévia com supermercado, quitanda, padaria, açougue, depósito de bebidas, etc., ou consumo fora de casa, em restaurantes e bares, por exemplo (IBGE, 2020b; PIREs, 2007).</i>	<i>13,16%</i>
<i>Assistência à Saúde</i>	<i>Médicos, dentistas, farmácia, laboratórios, plano de saúde (IBGE, 2020b; PIREs, 2007).</i>	<i>7,99%</i>
<i>Educação</i>	<i>Matrículas, mensalidades e materiais escolares (IBGE, 2020b; PIREs, 2007).</i>	<i>7,44%</i>
<i>Vestuário</i>	<i>Roupas e calçados (IBGE, 2020b).</i>	<i>3,20%</i>
<i>Higiene e Cuidados Pessoais</i>	<i>Produtos de limpeza de ambientes, como detergentes, vassouras, desinfetantes, etc. e de higiene pessoal como sabonetes, shampoos, desodorantes, perfumes, cosméticos em geral, etc. (IBGE, 2020b; PIREs, 2007).</i>	<i>2,73%</i>
<i>Recreação, Cultura e Lazer</i>	<i>Despesas com entretenimento, como por exemplo, Tv a cabo, livros, revistas, jornais e outros tipos de gastos não essenciais com entretenimento, bem como passeios e viagens por motivo de lazer, etc. (IBGE, 2020b; PIREs, 2007).</i>	<i>1,97%</i>
<i>Serviços Pessoais e/ou de Terceiros</i>	<i>Salão de beleza e/ou estética, barbearia, manicure, empregada doméstica, faxineira, babá, jardineiro, encanador, pedreiro, pintor, motorista particular, contador, advogado, etc. (IBGE, 2020b; PIREs, 2007).</i>	<i>1,04%</i>
<i>Fumo</i>	<i>Cigarro e/ou outros tipos de drogas lícitas, exceto bebida alcoólica (IBGE, 2020b; PIREs, 2007).</i>	<i>0,35%</i>
<i>Outras Despesas Diversas</i>	<i>Despesas não previstas nas categorias anteriores, como por exemplo, multas de quaisquer naturezas, gastos com animais domésticos como alimentação, petshop e veterinário, pensões e mesadas pagas, doações, entre outros (IBGE, 2020b; PIREs, 2007).</i>	<i>13,30%</i>

Fonte: IBGE (2020b); PIREs (2007).

Como pode ser percebido na Tabela 3, o consumo das famílias é uma das variáveis mais importantes para composição do PIB, pois tem uma parcela considerável na movimentação da economia, além de ter forte relação com a renda disponível das famílias (IBGE, 2015).

A renda disponível das famílias também é um indicador importante para mensurar a situação financeira das famílias e corresponde à soma de todos os rendimentos recebidos pelos indivíduos membros da família, menos os valores pagos em impostos diretos, contribuições sociais e outras deduções (IBGE, 2015). A renda disponível é, em outras palavras, a soma das rendas de fluxo contínuo de uma família, ou o mesmo que salários mensais (KITCH, 2016), ativo circulante (THALER, 1985; 1999) ou simplesmente renda (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020). Ainda segundo o IBGE (2019b; 2020b; 2020c), os tipos de fontes de renda contínua geralmente mais comuns entre as famílias brasileiras e o percentual médio de famílias que usufruem destas rendas seguem evidenciados na Tabela 4. Cabe salientar, que as informações demonstradas se referem a situações econômicas normais, sem considerar grandes crises ou uma pandemia, por exemplo.

Tabela 4: Fontes de renda das famílias brasileiras e o percentual de famílias que as possuem.

<b>Tipos de fontes de Renda</b>	<b>Média Percentual de famílias que possuem tal fonte de renda</b>
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>
Trabalho (De todos os tipos, inclusive informal)	72,50%
Aposentadoria ou Pensão (Não inclui Bolsa Família, Seguro Desemprego ou outros programas de distribuição de renda do governo federal)	20,50%
Aluguel ou arrendamento	2,50%
Pensão Alimentícia, doação e/ou mesada recebidas de pessoas externas à família	1,10%
Outros (Inclui Bolsa Família, Auxílio-Doença, Seguro Desemprego e outros programas de distribuição de renda do governo federal, bem como rendimentos de poupança e investimentos diversos)	3,40%

Fonte: IBGE (2019b; 2020b; 2020c).

O IBGE (2020b) relata ainda que as rendas elencadas na Tabela 4 são recebidas geralmente através de contas salário, correntes, poupança ou contas de investimento, todas por meio de instituições financeiras. Além disso, com a implantação do auxílio emergencial em 2020, muitas famílias que antes não faziam uso de qualquer serviço financeiro, foram abrangidas pela inclusão financeira e digital, promovida pelo governo federal, com o intuito

de receber o referido auxílio em uma conta corrente da Caixa Econômica Federal (BRASIL, 2020b; VIEIRA; POTRICH; BRESSAN 2021).

Ainda, para compor as contas do governo federal, o total do consumo das famílias é comparado à renda disponível delas. O saldo entre esses dois valores é a poupança das famílias, que é, portanto, a parte da renda mensal que não foi consumida (IBGE, 2015). Esta “parte que sobra” da renda após liquidar as despesas correntes é geralmente empregada de duas formas: em despesas de capital, através da aquisição e/ou financiamento de imóveis, automóveis, máquinas, e outros bens duráveis e assim compor o FBCF familiar; ou em ativos financeiros, quais sejam, poupança, ações, fundos imobiliários, títulos, fundos de aposentadoria, entre outros (IBGE, 2015). O indicador de poupança é muito semelhante ao conceito de renda atual de Thaler (1985; 1999) ou renda de ativos de Kitch (2016), que objetivam obter renda através de aplicações e investimentos, mas também se assemelha à ideia de renda futura (THALER, 1985; 1999) no que concerne às economias que visam aposentadoria e planos para o futuro.

Por mais, o saldo entre a poupança de uma família e o seu FBCF familiar indica seu nível de endividamento, que é a necessidade de financiar os gastos familiares com recursos de terceiros (IBGE, 2015). O ápice do endividamento é a inadimplência, que, por sua vez, se refere à incapacidade de honrar com os compromissos financeiros assumidos, ou seja, a falta de dinheiro para pagar todas as despesas (CNC, 2020; CAMPARA *et al.*, 2016; PARAÍSO; FERNANDES, 2019). O endividamento e a inadimplência, como mencionado anteriormente, já foram alvos de diversos estudos e em muitos deles se comprova sua relação com os comportamentos de consumo excessivos, quais sejam, a falta de planejamento, o excesso de despesas em relação à renda mensal e o mau uso do cartão de crédito (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020; FAN; ZHONG; ZHU, 2020; NASHAWATI, 2018; CARRARO; MEROLA, 2018; PARAÍSO; FERNANDES, 2019; KHARE, 2016; CAMPARA *et al.*, 2016).

Por último, mas não menos importante, há ainda o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que é similar ao IPCA, pois também mede o custo de vida, mas com a diferença de que o INPC abrange famílias com rendimento mensal menor, até 5 salários mínimos, o que equivale a cerca de 52% das famílias brasileiras e por isso se torna um indicador um tanto mais fidedigno à realidade das famílias brasileiras (IBGE, 2016). Ainda, de acordo com o IBGE (2020b), cerca de 46% das famílias brasileiras estão na faixa de renda que corresponde de 1 a 3 salários mínimos, sendo estas as que foram as mais impactadas pela inflação durante os anos da pandemia.

Todos estes indicadores estão relacionados entre si, pois, se o nível de endividamento de uma família está alto, sua capacidade de poupança está baixa, ou seja, o que sobra no final do mês não está sendo suficiente para financiar as despesas de capital e/ou os investimentos planejados. Isto significa que há um aumento nas despesas correntes, uma redução da renda, ou ambos, seja pela alta na inflação (IPCA ou INPC) ou na taxa de desemprego. O fato é que, se o consumo das famílias é mais alto do que seus rendimentos, há um desequilíbrio no orçamento doméstico (IBGE, 2015; PIRES, 2007; JORGE; FERREIRA, 2011; SUI; SUN; GEYFMAN, 2020).

Explicados os indicadores utilizados pelo IBGE para monitorar a situação das famílias brasileiras e as relações entre eles, a Tabela 5 evidencia os resultados de cada um deles nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, ou seja, antes e durante a pandemia.

Tabela 5: Indicadores microeconômicos para análise do contexto familiar – Comparação entre 2019, 2020 e 2021.

<b>Indicador (Variação em % acumulada ao ano / Taxa Acumulada ao ano)</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Consumo das Famílias	+2,10%	-5,50%	+3,60%	*
Renda Disponível Familiar	+1,36%	-4,27%	+0,30%	*
Poupança	-0,74%	+1,23%	-3,30%	*
Endividamento das Famílias	+3,35%	+2,83%	+4,42%	+7,00%
Inadimplência das Famílias	-0,17%	+2,91%	-0,84%	+3,90%
INPC	4,48%	5,44%	10,16%	5,93%

Fonte: IBGE (2019a; 2019b; 2020a; 2020c; 2021a; 2021b); CNC (2020; 2021; 2022).

\*Dados oficiais ainda não divulgados para o ano de 2022.

No ano de 2019, como já evidenciado, o consumo das famílias fechou sua taxa com alta de 2,10%. Esse mesmo índice, no entanto, sofreu uma retração de 5,5% no ano seguinte em decorrência da queda do PIB, por causa da pandemia da Covid-19, com ligeira recuperação de 3,6% em 2021 (IBGE, 2019a; 2020a). O resultado negativo de 2020 talvez se justifique também por causa da diminuição da renda disponível familiar no mesmo ano (-4,27% em relação à 2019, que vinha de um crescimento de +1,36%), ou seja, houve uma diminuição de gastos nas famílias, mas a renda também caiu. Se não há renda suficiente, o mais sensato a se fazer é cortar gastos para tentar voltar ao equilíbrio financeiro (PIRES; 2007; JORGE; FERREIRA, 2011; SUI; SUN; GEYFMAN, 2020). Essa ideia se confirma no indicador da capacidade de poupança do ano de 2020, isto é, a diferença entre a renda e o consumo familiar, já que em 2020 este indicador apresentou variação positiva de +1,23%, o

que representa saldo de 0,5 pontos percentuais em relação a 2019 (-0,74%) (IBGE, 2015; 2019b; 2020c). Esses dados sugerem que em tempos de crises os indivíduos realmente tentam se conter, tendendo a um maior conservadorismo em seus gastos, conforme proposto por Christakis (2020).

Já sobre o ano de 2021, nota-se que apesar da sutil recuperação no consumo das famílias, a renda não acompanhou tal expansão, deixando o saldo da capacidade de poupança negativo em 3,3%. De acordo com Leite (2020), essas quedas tanto no consumo quanto na renda, só se deram por causa da crise, uma vez que a inflação piorou, aumentando os preços dos produtos; e o desemprego também cresceu, diminuindo a renda das famílias.

Quanto ao custo de vida das famílias menos favorecidas (INPC), a inflação atingiu a taxa acumulada de 5,44% em 2020 e 10,16% em 2021, superando inclusive a inflação nacional oficial (IPCA) que foi de 4,52% em 2020 e 10,06% em 2021, como explicado na subseção anterior (BCB, 2020; 2021a; 2022a).

Ademais, o endividamento, que está diretamente ligado à capacidade de poupança, apresentou crescimento em 2019 (+3,35%), em 2020 (+2,83%), em 2021 (+4,42%) e também em 2022 (+7,00%). Já a incapacidade de honrar com as dívidas teve um aumento expressivo em 2020 (+2,91%), se comparado com o ano 2019 (-0,17%), voltando a cair em 2021 (-0,84%) e tendo seu maior aumento em 2022 (+3,90%) (CNC, 2020; 2021; 2022), o que sugere que, mesmo com as políticas públicas de distribuição de renda do governo federal, com os programas para manutenção dos empregos e com as políticas fiscais para redução de impostos, a renda ainda é insuficiente para custear as despesas familiares (SILBER, 2020; VOMMARO, 2021; SHAEFER *et al.*, 2020; BOTH *et al.*, 2021; LEITE, 2020).

De acordo com a CNC (2022), as principais causas do endividamento e da inadimplência no Brasil em 2020, 2021 e 2022 foram o mau uso do cartão de crédito, que representa, em média, cerca de 82,3% das dívidas em atraso das famílias, seguido por carnês de prestação de lojas com 17,97%, financiamento de automóvel, com 10,72%, empréstimo pessoal, com 8,83%, financiamento de imóvel com 8,93%, consignado com 6,2% e cheque especial com 5,63%. Para Paraíso e Fernandes (2019), Carraro e Merola (2018), Campara *et al.* (2016) e Cerbasi (2016), tais causas são reflexos de comportamentos de consumo típicos da cultura brasileira, na qual muitas vezes, segundo Vieira e Pessoa (2020) e Cerbasi (2016), se confunde prosperidade com ostentação e não se medem as consequências da falta de planejamento, do consumo além da renda mensal ou do mau uso do cartão de crédito. Leite (2020) inclusive salienta que tais comportamentos ficaram mais evidentes com o advento da pandemia, embora tenham se reduzido. Desse contexto, se verifica que as famílias brasileiras

têm uma propensão natural ao endividamento e à inadimplência decorrentes do cartão de crédito, e disso decorre uma tendência a assumir perfis financeiros que apresentam comportamentos de consumo excessivos, principalmente no que se refere à dimensão das despesas com cartão de crédito.

Introduzidos os indicadores microeconômicos para análise da situação familiar, nota-se que a situação das famílias brasileiras, assim como a da economia nacional, apesar de não estar tão favorável (LEITE, 2020), vinha apresentando uma tímida evolução antes da pandemia (IBGE, 2019a; 2020a; 2021b). Esses parâmetros foram frustrados pela crise iniciada em 2020 e, no atual cenário pandêmico, nota-se que a maioria das famílias brasileiras se encontra endividada e inadimplente, dependendo de políticas públicas de distribuição de renda para sobreviver, (BCB, 2021b; CNC, 2022). Isso se deve principalmente à alta da taxa de desemprego, que na atual conjuntura atinge quase 20,5% dos cidadãos brasileiros, além da inflação, que encarece o custo de vida das famílias (IBGE, 2022b), mas também pode ser devido a comportamentos de consumo típicos dos brasileiros (ostentação, imediatismo, falta de planejamento, consumo além da renda mensal, mau uso do cartão de crédito), tendo em vista que tais comportamentos têm relação direta com o consumo e a renda das famílias, que por sua vez estão relacionados com a recessão e a queda do PIB nacional (IBGE, 2020a; 2021b; PARAÍSO; FERNANDES, 2019; CARRARO; MEROLA, 2018; CAMPARA *et al.*, 2016; CERBASI, 2016).

Diante de tais constatações, e considerando que algumas variáveis macroeconômicas de um país interferem diretamente na realidade microeconômica de suas famílias, este estudo supõe que as situações de crise enfrentadas a nível macro influenciam as decisões financeiras das famílias e das pessoas de modo individual, isto é, contextos econômicos sem crise geram determinadas decisões financeiras e contextos mais críticos tendem a gerar decisões diferentes das quais um indivíduo tomaria em um contexto considerado normal.

Por fim, conceituados os termos que serão utilizados ao longo da pesquisa, apresentados alguns estudos anteriores acerca do tema e embasadas as ideias e proposições discutidas, o capítulo seguinte irá dissertar sobre os métodos adotados para atingir os objetivos inicialmente propostos e chegar aos resultados e conclusões finais do trabalho.

### 3 METODOLOGIA

Este capítulo aborda toda metodologia aplicada ao estudo, evidenciando o delineamento da pesquisa, os métodos, a sistemática para seleção dos indivíduos pesquisados e do *corpus* de análise, bem como a técnica adotada na coleta de dados, os procedimentos de análise e ferramentas utilizadas.

#### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O objetivo principal deste estudo foi analisar os efeitos da Contabilidade Mental sobre os comportamentos de consumo de indivíduos brasileiros nos contextos de antes e durante a pandemia da Covid-19, no qual se obteve os dados para análise a partir das percepções dos sujeitos da pesquisa, isto é, indivíduos brasileiros.

Dessa forma, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, de caráter descritivo explicativo, realizada por meio de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, utilizando o método de análise de conteúdo. Essas metodologias e as justificativas para suas escolhas são explicadas com mais detalhes a seguir.

A pesquisa classifica-se quanto à sua abordagem como qualitativa, uma vez que o foco a ela atribuído não se limita à aplicação de procedimentos estatísticos e dados numéricos, mas sim, ao propósito de entender os significados que os indivíduos atribuem aos fenômenos por eles vivenciados e à importância da interpretação destes significados em níveis de profundidade (CRESSWELL, 2010). Para Silva e Menezes (2001), uma pesquisa qualitativa permite a observação de experiências, emoções, situações e outros aspectos, segundo a percepção dos indivíduos pesquisados. O foco das pesquisas qualitativas está, portanto, no processo individual de percepção de significados de fenômenos sociais do dia-a-dia (WOODS, 1999). Em outras palavras, a pesquisa qualitativa tem o objetivo de elucidar o “porquê das coisas” ou ainda “como as coisas acontecem”, segundo as percepções de diferentes indivíduos ou comunidades (BAUER; GASKELL, 2008). Assim sendo, considerando os objetivos deste estudo, optou-se pela abordagem qualitativa devido ao nível de profundidade em análise que ela permite no momento da interpretação dos fenômenos, como eles acontecem, suas possíveis causas e os significados por trás deles, ao mesmo tempo em que possibilita uma visão individual das percepções dos indivíduos.

Quanto aos objetivos, o presente estudo se classifica como descritivo e explicativo. Um estudo descritivo permite aprofundar o conhecimento existente sobre um tema específico, tendo como propósito principal a descrição de características de determinado fenômeno ou

população (GIL, 2010). Já o estudo explicativo preocupa-se em elucidar o porquê das coisas através dos resultados encontrados, de forma a identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de um fenômeno (GIL, 2010). Mediante tais conceitos, dada a necessidade de descrever em profundidade as características evidenciadas para tais fenômenos, o estudo é de caráter descritivo. Além disso, entende-se que esta pesquisa, por tratar principalmente da relação entre fenômenos, como eles ocorrem sob um contexto específico e suas possíveis causas, pode então ser enquadrada também como um estudo explicativo.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, se baseia no levantamento de bibliografias publicadas a cerca do tema de estudo, abrangendo fontes tais como livros, revistas, teses, monografias, artigos, etc. (MARCONI; LAKATOS, 2010). Por assim dizer, o objetivo específico I, qual seja, descrever o processo cognitivo da Contabilidade Mental e os vieses a ele relacionados, foi atendido nesta primeira fase do estudo, ou seja, no levantamento bibliográfico realizado na revisão de literatura, que tratou em sua segunda subseção sobre o processo da Contabilidade Mental e seus vieses.

Para atingir aos objetivos propostos, o trabalho utilizou também a estratégia de estudo de caso, que, segundo Yin (2005) e Creswell (2014) é uma investigação empírica utilizada para analisar fenômenos contemporâneos em um contexto social real, explorando profundamente um evento, um programa, uma atividade, um processo ou um ou mais indivíduos que estejam relacionados entre si através do tempo ou por uma atividade. Essa estratégia foi adotada no estudo devido ao fato de se ter de analisado a relação entre dois fenômenos contemporâneos (o processo cognitivo da Contabilidade Mental e os Comportamentos de Consumo) sob a conjuntura de um evento temporal real (qual seja, a pandemia), segundo as percepções descritas por indivíduos inseridos neste evento. Assim, entendeu-se ser essa a estratégia que melhor se adequa aos objetivos inicialmente propostos.

Por fim, a Análise de Conteúdo é

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 48).

Esse, por ser o principal método de análise utilizado neste estudo, será minuciado na subseção seguinte.

### 3.1.1 Análise de Conteúdo

A análise de Conteúdo, conforme descrito anteriormente, é um conjunto de técnicas utilizadas para analisar comunicações de forma sistemática e chegar a indicadores que permitam concluir ou inferir sobre os significados que tais comunicações implicam, os quais que por vezes, podem estar ocultos por trás das mensagens emitidas. Assim sendo, o método da análise de conteúdo tem por finalidade efetuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens constantes no conteúdo analisado, isto é, busca a causa a partir do efeito, do contexto ou de quem emite a mensagem (BARDIN, 1977). De acordo com Bauer e Gaskell (2008) este método pode ser aplicado a qualquer tipo de comunicação, como por exemplo, textos, imagens e sons.

Posto isto, sendo a Análise de Conteúdo um conjunto de técnicas, sabe-se que há várias modalidades de análise possíveis (BARDIN, 1977), mas no âmbito deste estudo, a modalidade utilizada foi a Análise de Conteúdo Categrical Temática, com enumeração de indicadores de acordo com a presença (ou ausência) de fenômenos e contagem de frequência. Novamente, estas técnicas e os motivos para escolha delas, são explicados a seguir.

Optou-se primeiramente pela análise de conteúdo como método de análise nesta pesquisa porque é uma das poucas técnicas capazes de captar a subjetividade do emissor da mensagem, sobretudo em entrevistas, mantendo seu próprio sistema de pensamentos, os seus processos cognitivos, os seus sistemas de valores e de representações, as suas emoções, a sua afetividade e a afloração do seu inconsciente (BARDIN, 1977). Dessa forma, considerando os objetivos deste estudo e a teoria utilizada para fundamentá-lo, julgou-se ser este o melhor método a ser aplicado devido à questão da subjetividade que cerca o processo cognitivo da Contabilidade Mental e seus vieses, bem como os comportamentos de consumo das pessoas e o contexto em que elas se inserem – sendo este crítico e pandêmico, ou não.

A Análise de Conteúdo em sua modalidade Categrical Temática se propõe a codificar e categorizar os seguimentos de texto que constituem uma mensagem, isto é, as unidades de registro, tendo por base temas relacionados ao assunto estudado (BARDIN, 1977; OLIVEIRA, 2008). Tema, na definição de Berelson (1952), é uma afirmação acerca de um assunto, uma oração condensada, através da qual se pode inferir significados. Ainda, as unidades de registro, ficam dentro de um contexto maior que é chamado de unidade de contexto. Na Análise de Conteúdo em sua modalidade Categrical Temática, a unidade de contexto, costuma ser o parágrafo (BARDIN, 1977; OLIVEIRA, 2008). Essa modalidade de análise é muito utilizada no estudo de motivações de opiniões, atitudes, valores, crenças e

tendências (BARDIN, 1977). Optou-se pela utilização de tal modalidade devido ao fato da presente pesquisa trabalhar com vieses que são frutos de crenças e tendências dos indivíduos.

Por fim, a enumeração de indicadores segundo a presença (ou ausência) de fenômenos e a contagem de frequência destes se refere à forma como as unidades de registro serão contadas e agrupadas nas categorias (BARDIN, 1977; OLIVEIRA, 2008; BAUER; GASKELL, 2008). A enumeração segundo a presença (ou ausência) de fenômenos é utilizada quando se deseja verificar se um elemento aparece ou não aparece na análise, sendo que a presença ou ausência de tal elemento pode ser um indicador para o fenômeno estudado. Já a contagem de frequência é utilizada para contabilizar quantas vezes um elemento aparece na análise, sendo que quanto maior o número de ocorrências, mais importante se torna o elemento, sendo este também um indicador para o fenômeno estudado (BARDIN, 1977; OLIVEIRA, 2008; BAUER; GASKELL, 2008). A enumeração de indicadores segundo a presença (ou ausência) de fenômenos e a contagem de frequência foi escolhida com o propósito de atender aos objetivos específicos III e IV deste estudo, quais sejam: identificar indícios da ocorrência do processo de Contabilidade Mental e seus vieses sobre as três dimensões das finanças domésticas dos indivíduos entrevistados e como se dá tal ocorrência; e verificar para quais perfis e comportamentos de consumo dos indivíduos entrevistados há mais indícios de ocorrência da Contabilidade Mental e analisar as possíveis causas para a frequência destas ocorrências. A eficácia e pertinência dos indicadores são geralmente certificadas testando-os em uma fase de pré-teste da análise (OLIVEIRA, 2008), como se fosse uma pesquisa “piloto”.

### **3.1.2 Fases da Análise de Conteúdo**

A análise de Conteúdo, segundo Bardin (1977), pode ser dividida em três fases: a fase de Pré-Análise, a fase de Exploração do Material e a fase de Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação.

A fase de Pré-Análise objetiva a organização e o planejamento das próximas fases. Essa primeira fase, geralmente se divide em cinco passos, sendo eles: 1) leitura flutuante do material coletado; 2) escolha dos documentos que irão compor o corpus de análise; 3) formulação de hipóteses e objetivos – não sendo esta uma fase obrigatória; 4) elaboração de indicadores; e 5) preparação do material.

Já a fase de Exploração do Material visa codificar as unidades de registro, agrupá-las em categorias maiores, que podem ser estabelecidas antes da análise (*a priori*), fundamentando-se na literatura ou em alguma teoria pré-existente; ou depois da análise (*à*

*posteriori*), construindo categorias conforme os temas que surgem durante o processo e por fim enumerá-las segundo um indicador.

Segundo Oliveira (2008), codificar uma unidade de registro é, em palavras de fácil compreensão, efetuar a marcação das unidades de registro no texto, do início ao final de cada uma, atribuindo a esta marcação um tema que agregue seu significado. Ainda segundo a autora, a categorização é o agrupamento sistemático destes temas em categorias maiores. E, por fim, enumerar é contar as unidades de registro codificadas para cada tema, seguindo algum critério. Neste trabalho, como já citado, os critérios de enumeração utilizados foram a presença (ou ausência) do tema e a frequência com que eles apareciam (OLIVEIRA, 2008).

Para Bardin (1977) boas categorias de análise devem ser (a) exaustivas, englobando todos os temas do texto; (b) mutuamente exclusivas, pois cada tema só pode ser classificado dentro de uma única categoria; (c) objetivas, porque não podem gerar dúvidas quanto à definição de qual categoria atribuir a um tema; (d) pertinentes, pois devem adequar-se aos objetivos da pesquisa.

Finalmente, a fase de Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação é quando de fato ocorre a contribuição do pesquisador para com o tema em pauta. Nessa fase “se coloca em relevo as informações fornecidas pela análise” (OLIVEIRA, 2008, p. 572), tornando válidos os significados por trás das mensagens codificadas, através da inferência e da interpretação, podendo inclusive lançar mão de operações estatísticas simples ou complexas para ilustrar os resultados encontrados (OLIVEIRA, 2008; GIL, 2010; BARDIN, 1977).

### 3.2 SELEÇÃO DE INDIVÍDUOS PARA A PESQUISA E O *CORPUS* DE ANÁLISE

Para realização desta pesquisa foram selecionados 27 indivíduos brasileiros voluntários, sendo um (01) indivíduo de cada estado da federação brasileira para que assim fosse evidenciado no estudo como o contexto pandêmico influenciou as percepções dos indivíduos em cada estado brasileiro, uma vez que contextos demográficos distintos podem, supostamente, gerar comportamentos também distintos (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020; NIAZI; MALIK, 2020). Além disso, optou-se por alastrar a pesquisa a nível nacional para que se conseguisse capturar, entre indivíduos brasileiros, o máximo de diversidade de perfis financeiros possíveis e com isso identificar os comportamentos de consumo a eles relacionados e verificar se tais comportamentos são de alguma forma afetados pela Contabilidade Mental e seus vieses. Por mais, destaca-se que, sobre a seleção de tais

indivíduos, não houve qualquer intenção de se promover comparação entre as culturas de cada estado brasileiro, mas sim, relatar as várias formas de percepção sobre o contexto pandêmico, ou seja, a diversidade de experiências frente à pandemia no Brasil.

Assim, portanto, a seleção destes indivíduos se deu de forma não probabilística e intencional, sendo que, parte dos entrevistados foi de convidados da rede de contatos da pesquisadora e outra parte foi de indivíduos indicados pelos entrevistados anteriores (Técnica de Snow Ball) e/ou indicados por amigos e conhecidos da pesquisadora. O primeiro contato com cada indivíduo foi realizado por rede social e por telefone, de modo a introduzir a pesquisa brevemente e fazer o convite para a entrevista. Quando o participante aceitava participar, era enviado a ele(a) um link para acesso e aceite do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) em sua forma digital no *Google Forms*, podendo o participante fazer download da via física do documento com todas as orientações e informações éticas da pesquisa. Posteriormente era agendada uma data e horário para a realização da entrevista.

Os únicos critérios adotados para a seleção dos indivíduos, ou seja, critérios de inclusão, foram: ser de nacionalidade brasileira; e ser natural de um estado federativo diferente do entrevistado anterior. Isso foi feito para que o *corpus* da pesquisa refletisse de forma mais fidedigna a realidade dos brasileiros, antes e durante a pandemia, como um todo, e não focasse em um nicho específico de indivíduos.

Quanto ao *corpus* da pesquisa, Bauer e Gaskell (2008) o conceituam como sendo o conjunto de documentos que se pretende analisar em uma pesquisa qualitativa, ou seja, é o objeto de análise. Assim sendo, o *corpus* desta pesquisa foi igualmente composto por aproximadamente 27 transcrições de gravações de entrevistas individuais, como será detalhado na próxima seção.

Ainda de acordo com Bauer e Gaskell (2008), o *corpus* de uma pesquisa qualitativa não se confunde com o termo amostra empregado em pesquisas quantitativas, porque estas duas abordagens possuem finalidades distintas. Na pesquisa qualitativa, como já citado, a quantificação dos fenômenos estudados não é o fator de maior relevância quando da inferência e interpretação dos resultados. Além disso, a palavra “amostra” remete a estratégias (quantitativas) de levantamento e experimento, as quais produzem, a partir de uma amostra, generalizações para certa população a determinado nível de confiabilidade, o que não é possível na pesquisa qualitativa, pois esta tem como maior objetivo explorar diferentes percepções sobre um assunto em pauta, isto é, apresentar uma amostra não de indivíduos, mas de pontos de vista. Posto isto, salienta-se que, diferentemente da pesquisa quantitativa,

não existe um método específico para selecionar indivíduos para pesquisas qualitativas, devendo esta escolha ser feita com base na imaginação social científica do pesquisador e o que mais for relevante para o atingimento dos objetivos (BAUER; GASKELL, 2008).

No que diz respeito ao tamanho do *corpus* selecionado, acatou-se o que orientam Bauer e Gaskell (2008) sobre as pesquisas qualitativas que se utilizam de entrevistas individuais, no que se refere à variedade de versões da realidade, fruto das percepções subjetivas dos indivíduos; e ao tamanho do *corpus* gerado pelas entrevistas. Esses dois fatores afetam diretamente a viabilidade e a qualidade de um estudo, devido ao tempo e a profunda atenção que as análises demandam. Dessa forma, segundo os autores, o limite máximo de conteúdo que um pesquisador consegue analisar sem que se perca a viabilidade e a qualidade do estudo é algo em torno de 25 entrevistas, o que pode variar minimamente para mais ou menos (que é caso deste estudo, que terá 27 entrevistas), desde que a viabilidade e a qualidade do estudo se mantenham.

### 3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados se deu nos meses de julho e agosto de 2022, após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFRJ (Anexo I), e ocorreu por meio de entrevistas individuais semiestruturadas, realizadas através de vídeoconferência do *Google Meet* e utilizando-se de um roteiro elaborado pela pesquisadora (Apêndice B), o qual foi dividido em quatro partes.

A primeira parte diz respeito à introdução da entrevista e inclui os procedimentos de abertura do encontro e caracterização do entrevistado. A segunda parte de dedica às questões relacionadas aos objetivos da pesquisa propriamente dita, contendo 17 perguntas abertas, separadas em quatro blocos (A, B, C e D), sendo cada um dos três primeiros blocos referente a uma das três dimensões das finanças domésticas e o último bloco referente a questões de caráter geral sobre a conversa ocorrida. Dessa forma, o bloco A correspondia ao comportamento de consumo na dimensão do Planejamento e continha 3 perguntas (de 1 a 3), o bloco B correspondia ao comportamento de consumo na dimensão da Renda e continha 8 perguntas (de 4 a 12), o bloco C correspondia ao comportamento de consumo na dimensão do Cartão de Crédito e continha 4 perguntas (de 13 a 16), e o bloco D continha 1 pergunta de cunho geral sobre os comportamentos de consumo e sobre a pandemia (pergunta 17). A terceira parte se propôs a identificar os perfis financeiros dos entrevistados por meio de uma dinâmica, na qual o participante lia na tela da vídeoconferência as descrições de alguns perfis

financeiros – perfis descritos por Éker (1992), Ortega e Rodríguez-Vargas (2004), Carraro e Merola (2018), Cerbasi (2016) e Dew e Xião (2011), conforme mencionado no capítulo de revisão de literatura – e então era solicitado ao participante que, em cada uma das telas que aparecesse, ele escolhesse um perfil que melhor o representava no período de antes da pandemia e, logo depois, um perfil que o representava durante a pandemia, podendo escolher o mesmo perfil se fosse o caso. Ao final, com todos os perfis escolhidos por autor, o participante era solicitado a eleger entre os perfis pré-selecionados, o que mais o representava entre todos os perfis escolhidos, seguindo a mesma lógica: um perfil para antes da pandemia e um perfil para durante a pandemia, podendo escolher o mesmo perfil, se fosse o caso. Para operacionalizar a dinâmica, foi utilizado o software *Excel* da *Microsoft*. Desse modo, foi possível atingir ao objetivo específico II, o qual prevê identificar os perfis financeiros apresentados pelos indivíduos entrevistados e as respectivas categorias de comportamentos de consumo em que eles se enquadram. A quarta e última parte do roteiro de entrevista se dedicou aos procedimentos de finalização da entrevista.

Assim, norteadas pelo roteiro e pelos objetivos de pesquisa propostos, as entrevistas permitiram inferir quanto aos comportamentos de consumo dos entrevistados no que se refere às dimensões do Planejamento, da Renda e do Cartão de Crédito, quanto à ocorrência ou não do processo da Contabilidade Mental e seus vieses sobre tais comportamentos de consumo, bem como a frequência com que tais fenômenos ocorrem, e ainda, quanto às percepções dos entrevistados sobre seus hábitos e padrões de consumo nos contextos de antes e durante a pandemia. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para submissão à análise de conteúdo.

De acordo com Gil (2010), a entrevista é uma técnica de interações verbais entre dois ou mais sujeitos, expressas por meio de uma conversa, um diálogo, uma troca de significados. Ainda, de acordo com o autor, uma entrevista semiestruturada permite ao pesquisador guiar o rumo da conversa, orientando-se por um roteiro, a fim de atingir ao objetivo inicialmente traçado para a pesquisa. A opção pelas entrevistas individuais foi determinada pela necessidade de se manter a unicidade, a particularidade de cada indivíduo, sem que as percepções destes fossem influenciadas por uma visão grupal, uma vez que de acordo com Bardin (1977), a entrevista individual preserva a equação particular do indivíduo.

As entrevistas tiveram duração de aproximadamente 45 minutos com cada entrevistado e, nesta etapa de coleta dados, os participantes foram novamente orientados quanto aos procedimentos éticos, objetivos e relevância da pesquisa. Na ocasião da entrevista também foi solicitada a permissão do participante para gravação dos vídeos das entrevistas.

Foi assegurado ainda que as entrevistas teriam caráter estritamente acadêmico e que os dados nela coletados seriam mantidos sob total segurança e sigilo e que o entrevistado teria total liberdade para não responder a quaisquer perguntas e/ou desistir de participar a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou coação.

### 3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS E FERRAMENTAS UTILIZADAS

A análise dos dados foi realizada através da Análise de Conteúdo Categórica Temática, com enumeração de indicadores de acordo com a presença (ou ausência) de fenômenos e contagem de frequência, com coocorrências, seguindo as três fases sugeridas por Bardin (1977), ou seja, a Pré-Análise, a Exploração do Material e o Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação. Assim sendo, na Pré-Análise, a preparação do material se deu quando as entrevistas gravadas foram transcritas e, para isto, foi utilizado o Software *Word* da *Microsoft*. Isso possibilitou a leitura flutuante e escolha dos documentos que compuseram o *corpus*.

Posteriormente partiu-se para a fase de Exploração do Material, atribuindo as devidas codificações às unidades de registro, enumerando-as e categorizando-as. Neste estudo, como já explicado, foram utilizados temas como unidades de registro e parágrafos como unidades de contexto.

A exploração do material foi então realizada primeiramente considerando a literatura que versa sobre as finanças domésticas e comportamentos de consumo, a fim de identificar os comportamentos de consumo dos entrevistados (Equilibrados ou Excessivos), segundo suas próprias percepções, para que posteriormente se pudesse analisar os indícios da ocorrência da contabilidade mental nesses comportamentos.

Depois, se seguiu explorando o material com base na Teoria da Contabilidade Mental, propondo-se a identificar, através das percepções materializadas pelas falas dos indivíduos entrevistados, indícios da ocorrência do processo cognitivo da Contabilidade Mental em suas três etapas (Codificação, Categorização e Avaliação), bem como os vieses que acompanham essas etapas (efeito dotação, princípio da psicofísica, viés do custo afundado, aversão ao arrependimento e viés do autocontrole), de acordo com o que os entrevistados relataram a respeito de seus comportamentos de consumo. Em outras palavras, olhou-se para o comportamento de consumo descrito pelo entrevistado e procurou-se indícios da ocorrência da Contabilidade Mental (presença ou ausência) nesses comportamentos e a frequência com que tais indícios se apresentavam. Para possibilitar a identificação dos possíveis vieses

mentais nos comportamentos de consumo, foi utilizado o recurso de coocorrência entre códigos, que permitiu contabilizar a frequência com que os códigos referentes ao tema da Contabilidade Mental apareceram, ao mesmo tempo em que os códigos referentes aos comportamentos de consumo se fizeram presentes. Assim, foi possível atingir aos objetivos específicos III e IV.

Por último, foi realizada ainda a exploração do material quanto ao contexto ao qual as respostas dos entrevistados se referiam (antes ou durante a pandemia) para averiguar possíveis influências do cenário de crise sobre as decisões financeiras dos indivíduos e com isso atender ao objetivo específico V, ou seja, analisar as percepções dos indivíduos entrevistados acerca de seus próprios comportamentos de consumo e o fenômeno da Contabilidade Mental nos contextos de antes e durante a pandemia.

Assim sendo, as categorias de análise foram estabelecidas *à priori*, com base na literatura abordada no estudo. É o que Bardin (1977) define como procedimento de categorização “por caixas”. Já para as categorias que emergiram do decorrer da análise (*a posteriori*, ou procedimento por “acervo”, segundo Bardin), optou-se por atribuir o rótulo “Outras”. As categorias de análise pré-definidas, seguem apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3: Categorias de análise utilizadas no estudo.

<b>Categorias de Análise</b>	<b>Temas</b>	<b>Conceito</b>	<b>Código utilizado</b>
Identificação dos Comportamentos de Consumo	C. C. Equilibrado	Comportamentos que envolvem hábitos financeiros e padrões de consumo bons ou ótimos, que não causam problemas à saúde financeira do indivíduo e/ou de sua família (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020; FAN; ZHONG; ZHU, 2020; NASHAWATI, 2018; CARRARO; MEROLA, 2018).	CC01
	C. C. Excessivo	Comportamentos de consumo que apresentam hábitos e padrões de consumo dispendiosos, que desestabilizam e prejudicam as finanças domésticas, reforçando a tendência ao endividamento das famílias e à inadimplência (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020; FAN; ZHONG; ZHU, 2020; NASHAWATI, 2018; CARRARO; MEROLA, 2018).	CC02
Ocorrência da Contabilidade Mental	Etapa de Codificação	Etapa cognitiva que capta como as pessoas percebem e experimentam ganhos e perdas advindos de seus eventos econômicos, combinando-os ou segregando-o, para posteriormente categorizá-los (THALER, 1985; 1999).	PC01
	Etapa de Categorização	Etapa cognitiva que categoriza eventos econômicos em contas mentais de ativos ou passivos, ou seja, atribui rótulos às receitas e despesas de acordo com suas regras específicas (THALER, 1999).	PC02

	Etapa de Avaliação	Etapa cognitiva que equilibra frequentemente as contas mentais, por meio de julgamento e decisão em níveis de avaliação (THALER, 1999).	PC03
	Efeito Dotação	Tendência de atribuir maior valor a itens de propriedade própria do que os itens de propriedade dos outros, gerando uma supervalorização do próprio patrimônio por conta do apego emocional a ele atribuído (THALER, 1980).	VI01
	Viés do custo afundado	Tentativas vãs de recuperar um investimento perdido (THALER, 1980).	VI02
	Princípio da psicofísica	Diferentes percepções individuais frente a estímulos de preços com pesos de economias diferentes (THALER, 1980; 1985).	VI03
	Aversão ao arrependimento	Aversão a alternativas de escolha que envolvem possibilidades de arrependimento (THALER, 1980).	VI04
	Viés do autocontrole	Tendência de criar ferramentas para auxiliar no controle de despesas por se presumir que sozinhos os indivíduos não têm disciplina para tal (THALER, 1980).	VI05
Contexto Situacional	Antes da pandemia	Contexto do país e das famílias que se refere ao período de 2019 ou anterior (OMS, 2020).	CS01
	Durante a pandemia	Contexto do país e das famílias que se refere ao período de 2020 ou posterior (OMS, 2020).	CS02
Outras	-	Quaisquer outras categorias que não se enquadrem nas anteriormente descritas.	OU00

Fonte: Elaborado pela autora com base na Revisão de Literatura do estudo.

Como observado no Quadro 3, as unidades de registro foram codificadas de acordo com os temas presentes dentro de cada categoria de análise. Portanto, na categoria “Identificação dos Comportamentos de Consumo”, havia dois códigos possíveis: “CC01” que se referia ao tema “Equilibrado” e “CC02” que se referia ao tema “Excessivo”. Sempre que o entrevistado se referia a temas que remetiam a estes comportamentos, a codificação era atribuída.

Assim também, a categoria de análise “Ocorrência da Contabilidade Mental” possuía oito temas a ela atrelados, sendo três deles referentes às etapas do processo cognitivo, ou seja, Codificação, Categorização e Avaliação, e por isso cada uma recebeu os rótulos “PC01”, “PC02” e “PC03” respectivamente. Os outros cinco temas desta categoria se referiam aos vieses descritos pela Teoria da Contabilidade Mental, que então foram codificados como “VI01”, “VI02”, “VI03”, “VI04” e “VI05”. Todas as vezes que os entrevistados disseram algo que se relacionava a algum desses oito temas, os códigos eram atribuídos à unidade de registro em questão.

Da mesma forma foi feito para a categoria “Contexto Situacional”, a qual também possuía apenas dois temas sob sua abrangência: “Antes da pandemia”, código “CS01” e “Depois da pandemia”, código “CS02”, que foram utilizados sempre que houve referência a algum desses períodos durante a entrevista.

Por último, o código “OU00”, equivalente à categoria “Outras” foi utilizado para codificar unidades que não se enquadraram nas categorias anteriores.

Para atribuição dos códigos às unidades de registro e posterior agrupamento destes códigos nas categorias pré-estabelecidas, as transcrições das entrevistas gravadas foram importadas para o *Software Atlas.ti Qualitative Data Analysis* versão 7, que otimizou a fase de análise dos dados, permitindo a enumeração dos indicadores segundo a presença (ou ausência) dos fenômenos investigados e a contagem das frequências.

Os resultados da análise, bem como a discussão acerca dos mesmos, são demonstrados no capítulo de análise e resultados que segue adiante, fechando assim a análise de conteúdo com a fase de Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação.

## 4 ANÁLISE E RESULTADOS

Este capítulo está estruturado em cinco seções e apresenta os resultados da análise proposta para a pesquisa, introduzindo os principais aspectos revelados por meio das entrevistas. Além disso, ainda neste capítulo, descreve-se brevemente as informações sociodemográficas dos indivíduos entrevistados, de modo a permitir uma melhor compreensão do *corpus* da pesquisa. Essas informações podem ser encontradas na primeira seção.

Nas demais seções, optou-se por segregar os assuntos de acordo com cada objetivo específico estabelecido. Assim sendo, a segunda seção evidencia, conforme o objetivo específico II, os perfis financeiros dos indivíduos entrevistados, de acordo com suas próprias percepções, tanto no período de antes da pandemia, quanto durante a pandemia. Além disso, a seção também apresenta as categorias de comportamentos de consumo às quais os perfis financeiros identificados se enquadram, bem como o relato dos hábitos e padrões da vida financeira dos entrevistados, narrados por eles mesmos nas entrevistas.

A terceira seção ilustra os resultados encontrados para o objetivo específico III, isto é, demonstra os indícios da ocorrência da Contabilidade Mental e seus vieses identificados nas três dimensões das finanças domésticas, quais sejam o Planejamento, Renda e o Cartão de Crédito, e como tais ocorrências acontecem no dia a dia dos indivíduos.

A quarta seção destaca a categoria de comportamento de consumo que apresentou mais indícios de ocorrência da Contabilidade Mental e sugere as possíveis causas que justificam a frequência de tais ocorrências na categoria, conforme se descreve no objetivo específico IV.

Por fim, a quinta e última seção está de acordo com o objetivo específico V, e analisa as percepções dos indivíduos nos contextos de antes e durante a pandemia no que diz respeito a seus próprios comportamentos de consumo e o fenômeno da Contabilidade Mental.

### 4.1 INFORMAÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS DOS ENTREVISTADOS

Conforme citado anteriormente, esta seção tem por objetivo apresentar as informações sociodemográficas dos entrevistados, de modo a situar o leitor quanto ao perfil dos indivíduos e suas realidades familiares e econômicas, facilitando assim a compreensão do *corpus* da pesquisa. A Tabela 6 apresenta um resumo das informações coletadas.

Tabela 6: Informações sociodemográficas dos indivíduos entrevistados.

Entrevistado	UF	Gênero	Idade	Formação	Profissão	Nº de pessoas na família	Nº de pessoas com renda	Média de renda mensal da família
Entrevistado(a) 1	AM	Masculino	27	Superior Completo	Engenheiro(a) Naval	2	2	R\$ 12.000,00
Entrevistado(a) 2	RR	Feminino	39	Especialização	Enfermeiro(a)	4	3	R\$ 8.400,00
Entrevistado(a) 3	MT	Feminino	20	Ensino Médio	Estudante Universitário(a)	1	0	R\$ -
Entrevistado(a) 4	DF	Feminino	31	Ensino Médio	Analista de Dados	4	3	R\$ 21.000,00
Entrevistado(a) 5	RJ	Feminino	55	Ensino Médio	Técnico Administrativo em Educação	1	1	R\$ 5.500,00
Entrevistado(a) 6	MA	Feminino	25	Ensino Médio	Camareiro(a)	4	2	R\$ 2.400,00
Entrevistado(a) 7	AL	Masculino	55	Superior Completo	Empresário(a) do Ramo Hoteleiro	4	2	R\$ 35.000,00
Entrevistado(a) 8	AC	Feminino	31	Superior Incompleto	Corretor(a) de Imóveis	2	2	R\$ 7.000,00
Entrevistado(a) 9	RN	Feminino	39	Superior Completo	Psicólogo(a)	3	2	R\$ 5.000,00
Entrevistado(a) 11	SE	Feminino	43	Superior Incompleto	Técnico(a) de Enfermagem	2	2	R\$ 4.000,00
Entrevistado(a) 12	PB	Masculino	33	Mestrado	Contador(a)	2	2	R\$ 9.000,00
Entrevistado(a) 13	SP	Feminino	57	Ensino Médio	Empregado(a) Doméstico(a)	1	1	R\$ 1.200,00
Entrevistado(a) 14	ES	Feminino	33	Especialização	Enfermeiro(a)	3	2	R\$ 6.800,00
Entrevistado(a) 10	RO	Feminino	34	Superior Completo	Empresário(a) do Ramo de Vestuário	4	3	R\$ 6.000,00
Entrevistado(a) 15	SC	Masculino	30	Mestrado	Engenheiro(a) Elétrico(a)	3	3	R\$ 30.000,00
Entrevistado(a) 16	PR	Feminino	26	Superior Completo	Psicólogo(a)	4	2	R\$ 4.000,00
Entrevistado(a) 17	BA	Feminino	36	Mestrado	Contador(a)	1	1	R\$ 4.000,00
Entrevistado(a) 18	GO	Feminino	26	Superior Completo	Empresário(a) do Ramo de Marketing	2	2	R\$ 22.000,00
Entrevistado(a) 19	TO	Feminino	32	Especialização	Enfermeiro(a)	2	2	R\$ 8.000,00
Entrevistado(a) 20	RS	Masculino	33	Especialização	Gerente de Projetos de TI	2	2	R\$ 9.000,00
Entrevistado(a) 21	PI	Feminino	42	Especialização	Professor(a) de Educação Infantil	2	1	R\$ 6.000,00
Entrevistado(a) 22	PE	Feminino	30	Superior Completo	Engenheiro(a)	4	4	R\$ 27.000,00
Entrevistado(a) 23	MG	Feminino	30	Especialização	Contador(a)	2	2	R\$ 3.000,00
Entrevistado(a) 24	CE	Feminino	25	Ensino Médio	Do lar	5	3	R\$ 4.800,00
Entrevistado(a) 25	MS	Feminino	30	Especialização	Advogado(a)	2	2	R\$ 9.000,00
Entrevistado(a) 26	AP	Feminino	29	Superior Incompleto	Assistente administrativo	2	2	R\$ 6.000,00
Entrevistado(a) 27	PA	Masculino	30	Mestrado	Militar Oficial da Marinha do Brasil	5	2	R\$ 11.000,00

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Como se verifica na Tabela 6 e em conformidade com a metodologia proposta, foram entrevistados 27 indivíduos brasileiros, naturais dos 27 estados da federação, sendo cada um representante de uma unidade da federação (UF). Assim, para referir-se aos entrevistados mantendo o sigilo da pesquisa, optou-se por substituir os nomes dos mesmos por números de 1 a 27, de forma aleatória. A ordem em que os números foram atribuídos não representa necessariamente a ordem em que as entrevistas aconteceram.

Posto isto, nota-se que a grande maioria dos entrevistados é composta por indivíduos que se identificam com o gênero feminino, sendo 21 no total. Os que se identificam como pertencentes ao gênero masculino totalizam 6 indivíduos. Além disso, a média de idade entre os indivíduos ficou em torno de 34 anos de idade, sendo que o indivíduo mais novo possui 20 anos e o mais velho possui 57 anos.

Já no que se refere à formação acadêmica dos indivíduos, 6 entrevistados informaram ter apenas o ensino médio completo (MT, DF, RJ, MA, SP e CE). Entre os demais, 3 informaram ter ensino superior incompleto (AC, SE, AP), 7 informaram ter ensino superior completo (AM, AL, RN, RO, PR, GO, PE) e 11 informaram ter pós-graduação, sendo que 7 destes disseram ter pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização (RR, ES, TO, RS, PI, MG, MS) e 4 disseram ter pós-graduação *stricto sensu* a nível de mestrado (PB, SC, BA, PA).

Sobre a profissão dos entrevistados, apurou-se que, dos 27 indivíduos, 4 são profissionais da área da saúde, sendo 3 enfermeiros e 1 técnico de enfermagem. Além desses, 3 são empresários dos ramos de vestuário, hotéis e marketing, 3 são contadores, também 3 são engenheiros, 2 são psicólogos e 2 são profissionais da área de tecnologia da informação, sendo 1 analista de dados e 1 gerente de projetos de TI. Os outros indivíduos se distribuem em 1 estudante universitário, 1 técnico administrativo em educação, 1 camareiro, 1 corretor de imóveis, 1 professor de educação infantil, 1 do lar, 1 empregado doméstico, 1 advogado, 1 assistente administrativo e 1 militar oficial da Marinha do Brasil.

Quando questionados sobre quantas pessoas moravam na mesma casa, incluindo eles próprios, os entrevistados informaram em média 2 pessoas por casa, variando de 1 a 5 pessoas. Dessas famílias, também em média, 2 pessoas possuem alguma fonte de renda e a média mensal de renda líquida por família, ou seja, somando as rendas de todos que moram na mesma casa, ficou em torno de 9 mil reais. A esse respeito, cabe mencionar que o Entrevistado 3 (MT) não possui renda alguma, pois é estudante universitário e recebe ajuda dos pais para se manter. Além desse, o Entrevistado 15 (SC) disse estar desempregado, pois se encontrava em transição de carreira, assim como o Entrevistado 23 (MG), que também se encontrava desempregado e informou que recebia bolsa de pós-graduação.

Descritas as informações sociodemográficas, a seção seguinte dá início à apresentação e discussão dos resultados da análise de conteúdo.

#### 4.2 PERFIS FINANCEIROS DOS ENTREVISTADOS E SUAS RESPECTIVAS CATEGORIAS DE COMPORTAMENTO DE CONSUMO

Esta seção tem por objetivo evidenciar os perfis financeiros dos indivíduos entrevistados, de acordo com suas próprias percepções, tanto no período de antes da pandemia, quanto durante a pandemia. Além disso, a seção também apresenta as categorias de comportamentos de consumo em que os perfis financeiros identificados se enquadram, bem como o relato dos hábitos e padrões da vida financeira dos entrevistados, narrados por eles mesmos nas entrevistas. A Tabela 7 ilustra os resultados apurados.

Tabela 7: Perfis financeiros e comportamentos de consumo percebidos pelos indivíduos entrevistados.

Entrevistado	Região do Brasil	UF	Antes da Pandemia		Durante a Pandemia	
			Perfil financeiro percebido pelo próprio entrevistado	Categoria de comportamento de consumo correspondente ao perfil percebido	Perfil financeiro percebido pelo próprio entrevistado	Categoria de comportamento de consumo correspondente ao perfil percebido
Entrevistado(a) 3	Centro-Oeste	MT	Consciente	Equilibrado	Poupador	Equilibrado
Entrevistado(a) 4	Centro-Oeste	DF	Reflexivo	Equilibrado	Financista	Equilibrado
Entrevistado(a) 18	Centro-Oeste	GO	Mal administrado	Excessivo	Financista	Equilibrado
Entrevistado(a) 25	Centro-Oeste	MS	Impulsivo	Excessivo	Mal administrado	Excessivo
Entrevistado(a) 6	Nordeste	MA	Descuidado	Excessivo	Consciente	Equilibrado
Entrevistado(a) 7	Nordeste	AL	Poupador	Equilibrado	Consciente	Equilibrado
Entrevistado(a) 9	Nordeste	RN	Descuidado	Excessivo	Consciente	Equilibrado
Entrevistado(a) 11	Nordeste	SE	Reflexivo	Equilibrado	Estável	Equilibrado
Entrevistado(a) 12	Nordeste	PB	Impulsivo	Excessivo	Reflexivo	Equilibrado
Entrevistado(a) 17	Nordeste	BA	Poupador	Equilibrado	Descontrolado	Excessivo
Entrevistado(a) 21	Nordeste	PI	Impulsivo	Excessivo	Desorganizado	Equilibrado
Entrevistado(a) 22	Nordeste	PE	Poupador	Equilibrado	Estável	Equilibrado
Entrevistado(a) 24	Nordeste	CE	Poupador <sup>2</sup>	Equilibrado	Reflexivo	Equilibrado
Entrevistado(a) 1	Norte	AM	Descontrolado	Excessivo	Poupador	Equilibrado
Entrevistado(a) 2	Norte	RR	Descuidado	Excessivo	Consciente	Equilibrado
Entrevistado(a) 8	Norte	AC	Descontrolado	Excessivo	Gastador	Excessivo
Entrevistado(a) 10	Norte	RO	Consciente	Equilibrado	São ou Sólido	Equilibrado
Entrevistado(a) 19	Norte	TO	Poupador	Equilibrado	Reflexivo	Equilibrado
Entrevistado(a) 26	Norte	AP	Estável	Equilibrado	Impulsivo	Excessivo
Entrevistado(a) 27	Norte	PA	Consciente	Equilibrado	Poupador	Equilibrado
Entrevistado(a) 5	Sudeste	RJ	Consciente	Equilibrado	Consciente	Equilibrado

Entrevistado(a) 13	Sudeste	SP	Reflexivo	Equilibrado	Reflexivo	Equilibrado
Entrevistado(a) 14	Sudeste	ES	Descuidado	Excessivo	Estável	Equilibrado
Entrevistado(a) 23	Sudeste	MG	Poupador	Equilibrado	Poupador	Equilibrado
Entrevistado(a) 15	Sul	SC	Poupador	Equilibrado	Poupador	Equilibrado
Entrevistado(a) 16	Sul	PR	Desorganizado	Equilibrado	Consciente	Equilibrado
Entrevistado(a) 20	Sul	RS	Consciente	Equilibrado	Consciente	Equilibrado

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

De modo a otimizar a análise dos resultados, optou-se por agrupar os entrevistados de acordo com a região do Brasil ao qual seu Estado (UF) pertence. Assim, como pode-se verificar na Tabela 7, na região Centro-Oeste, para o período de antes da pandemia 2 entrevistados indicaram ter perfis que se enquadram como comportamentos equilibrados: Entrevistado(a) 3 (perfil Consciente) e Entrevistado(a) 4 (perfil Reflexivo). Os outros 2 entrevistados da região Centro-Oeste se identificaram com perfis considerados excessivos: Entrevistado(a) 18 (perfil Mal administrado) e Entrevistado(a) 25 (perfil Impulsivo). Já no que se refere ao período que corresponde à fase pandêmica, todos os entrevistados da região Centro-Oeste responderam que se identificam com perfis equilibrados, sendo eles: Poupador (Entrevistado(a) 3) e Financista (Entrevistados(as) 4 e 18). Exceção apenas para o Entrevistado(a) 25, que permaneceu com um perfil considerado excessivo, qual o seja o perfil Mal administrado.

Sobre o Entrevistado(a) 25, vários de seus relatos confirmam seus comportamentos de consumo excessivos em ambos os períodos, antes e durante a pandemia:

“[...] essa questão do consumo por impulso eu sempre tive, é uma coisa que preciso trabalhar em mim, porque a gente sempre gastou muito com boeira. Sempre tivemos uma renda muito alta e acho que por isso nunca precisamos economizar e por isso sempre gastamos com boeira, como comer fora pelo menos uma vez na semana.”. (Entrevistado(a) 25).

“[...] também nunca deixei sobrar meu dinheiro, porque quando eu via que ia sobrar eu gastava com alguma coisa aleatória.”. (Entrevistado(a) 25).

“[...] desde que comecei a trabalhar, com 16 anos, não me lembro de guardar dinheiro. Sempre que sobrava eu comprava algo [...]”. (Entrevistado(a) 25).

Já o Entrevistado(a) 18, único que passou de um perfil de categoria excessiva para um perfil de categoria equilibrada, relata, por sua vez, que melhorou seus hábitos financeiros a partir do momento que passou a empreender, fato que coincidiu com a chegada da pandemia, mas que segundo ele, a mudança dos hábitos não teve relação direta com a pandemia:

“O que me trouxe essa consciência de planejamento financeiro foi depois que me tornei empresária, porque a gente cria mais responsabilidades, não é sempre um

ganho muito certo. É um mês muito bom, outro mês que não é tão bom. Aí a gente tem que se organizar para o mês que não é tão legal. Foi mais nesse sentido. Mas a pandemia não influenciou nisso.” (Entrevistado(a) 18).

Na região Nordeste, para o período correspondente à antes da pandemia, 5 entrevistados indicaram ter perfis que se enquadram na categoria de comportamentos equilibrados: Entrevistado(a) 7 (perfil Pougador), Entrevistado(a) 11 (perfil Reflexivo), Entrevistados(as) 17 e 22(perfil Pougador) e Entrevistado(a) 24 (perfil Pougador<sup>2</sup>). Os outros 4 entrevistados do Nordeste disseram que, no período de antes da pandemia, se identificavam com perfis que se enquadram na categoria excessiva: Entrevistados(as) 6 e 9 (perfil Descuidado) e Entrevistados(as) 12 e 21(perfil Impulsivo). Por outro lado, para o período de pandemia, todos os entrevistados, com exceção do 17, se identificaram com perfis de categoria equilibrada: Entrevistados(as) 6, 7 e 9 apontaram o perfil Consciente, 11 e 22 se viram com o perfil Estável, 12 e 24 escolheram o perfil Reflexivo e o 21 indicou o perfil Desorganizado. O Entrevistado(a) 17 permaneceu na categoria excessiva, com o perfil Descontrolado.

Ainda sobre a região Nordeste, é interessante ressaltar que, dos 9 entrevistados, 5 demonstraram alteração na categoria do comportamento de consumo entre um período e outro. Os Entrevistados(as) 6, 9, 12 e 21 passaram de Excessivos (antes da pandemia) para Equilibrados (durante a pandemia) e o Entrevistado(a) 17 passou de Equilibrado (antes da pandemia) para Excessivo (durante a pandemia). A esse respeito, os Entrevistados(as) 6, 9, 12 e 21 justificaram que a alteração de perfis se deu sim em função da pandemia, pois, devido ao cenário de desemprego e alta inflação, tiveram que rever seus hábitos de consumo e padrões financeiros:

"Hoje estou tentando me controlar mais e também não sobra dinheiro, aí não tem como comprar. [...] A gente não sai mais, nem gasta dinheiro com besteira. Sempre que sobra um dinheiro a gente inteira pra pagar alguma conta ou antecipa uma parcela do cartão e por aí vai." Entrevistado(a) 6.

“[...] meu esposo, de uns tempos pra cá, ele vem registrando nossos gastos num programinha que ele tem, porque nossa realidade também mudou depois da pandemia. Então tudo que entra e que sai ele coloca nessa planilha até pra que a gente tenha um novo olhar sobre aquilo que está entrando. E teve algumas mudanças que aconteceram na nossa realidade enquanto família, aí estamos precisando recalcular essa rota. Por exemplo, a gente está revendo o que cabe nesse planejamento e tentando entrar nessa rotina nova.”. Entrevistado(a) 9.

[...] meu pensamento mudou, a pandemia me influenciou no sentido de aplicar coisas que a gente já conhecia, mas não fazia. Eu já sabia sobre reserva de emergência, mas ficava mais para o campo meio teórico.”. Entrevistado(a) 12.

“Eu acho que a pandemia exerceu uma influencia sim. Não só sobre nos mesmos, cada um, mas também sobre a vida do outro, né? Nos fez refletir sobre o impacto que isso causou financeiramente, não só na minha vida, mas também na vida das outras pessoas.”. Entrevistado(a) 21.

No que se refere à região Norte, no período de antes da pandemia, 4 entrevistados disseram se identificar com perfis financeiros que se enquadram na categoria dos comportamentos de consumo equilibrados, sendo eles: Entrevistados(as) 10 e 27 (perfil Consciente), Entrevistado(a) 19 (perfil Poupador) e Entrevistado(a) 26 (perfil Estável). Os outros 3 entrevistados da região Norte, se autodeclararam com perfis de categoria excessiva: Entrevistados(as) 1 e 8 com perfil Descontrolado e Entrevistado(a) 2 com perfil Descuidado. Para o período correspondente à pandemia, com exceção dos Entrevistados(as) 8 e 26, que afirmaram ter comportamentos excessivos (perfil Gastador e Impulsivo respectivamente), todos os outros apontaram identificação com perfis financeiros da categoria de comportamentos de consumo equilibrados, sendo os Entrevistados(as) 1 e 27 identificados com o perfil Poupador, o Entrevistado(a) 2 com o perfil Consciente, o Entrevistado(a) 10 com o perfil São ou Sólido e o Entrevistado(a) 19 com o perfil Reflexivo. Destaca-se ainda que, dentre os 7 entrevistados da região Norte, 2 passaram da categoria excessiva antes da pandemia para a categoria equilibrada durante a pandemia (Entrevistados(as) 1 e 2) e 1 passou de equilibrado antes da pandemia para excessivo na pandemia (Entrevistado(a) 26).

A alteração dos hábitos aparentemente equilibrados para hábitos excessivos foi justificada pelo Entrevistado(a) 26 devido a mudanças em sua rotina, que antes era com estado civil de solteiro(a) e durante a pandemia se tornou uma rotina de casado(a). No entanto, ele(a) mesmo(a) se contradiz depois ao descrever que a causa dos comportamentos excessivos é a falta de planejamento do casal e não a rotina de casado em si:

“Antes da pandemia, eu namorava ainda e morava com minha mãe, e querendo ou não, quando você casa você tem que pagar conta de luz, de água, tem que fazer manutenção de carro, fazer compra de carro, são coisas que a gente não se preocupa quando mora com os pais.”. (Entrevistado(a) 26).

“Hoje a gente tá desorganizado, porque a gente não tem planejamento. Acho que podíamos ser mais organizados, colocar num papel os nossos gastos. Exemplo, mês passado gastamos 1200 reais só de gasolina e Macapá não é uma cidade grande, tu consegue se locomover pra qualquer lugar, porque as coisas são perto. Então senti que tava trabalhando só pra pagar gasolina, a gente gasta muito com isso e só percebi porque meu esposo viu no aplicativo do cartão. Então assim, hoje a gente não tem costume de anotar nada dos nossos gastos, mas estamos com planos de começar a fazer isso. Hoje, infelizmente a gente não sabe se o dinheiro vai dar pra pagar as coisas, porque não temos um controle, a gente tenta usar dinheiro vivo e quando acaba a gente usa o cartão. A gente vai gastando e depois a gente vê, fome a gente não passa.”. (Entrevistado(a) 26).

Semelhante ao Entrevistado(a) 26, o Entrevistado(a) 1 também justificou a alteração de seus hábitos com base em seu estado civil, mas ao contrário do 26, o Entrevistado(a) 1 mudou da categoria excessiva antes da pandemia, para a categoria equilibrada durante a pandemia:

“Antes da pandemia eu não tinha (planejamento). Minha renda era muito variável, porque eu era autônomo, então ganhava por projeto. Tinha vezes que eu ganhava bem, tipo uns cinco, seis mil e tinha meses que ganhava três, dois mil. Mas como eu era solteiro e morava com meus pais, não importava quanto eu tinha, o que eu recebia eu gastava comigo, com comida, sair com os amigos. Hoje eu faço planejamento e isso me ajudou a ter mais tranquilidade, porque quando eu não fazia, eu gastava dinheiro e depois ficava pensando ‘será que podia ter gastado esse dinheiro mesmo?’. Eu ficava com aquilo na cabeça, né?.” Entrevistado(a) 1.

Por fim, o Entrevistado(a) 2, que também alterou seus hábitos financeiros da categoria excessiva para a categoria equilibrada, relatou claramente que era uma pessoa que não media consequências na hora de gastar e com a chegada da pandemia isso mudou:

“Eu digo que a pandemia me influenciou em termos do que é preciso e do que não é preciso. Coisas que tem necessidade e coisas que não tem necessidade e podem ficar pra depois. Então mudou muito esse meu pensamento. Eu era muito de gastar, gastar quando precisar e pronto. Hoje em dia não, mudou.” Entrevistado(a) 2.

Sobre a região Sudeste, observou-se que, no período que antecedeu a pandemia, 3 dos 4 entrevistados, se afirmaram em perfis financeiros considerados equilibrados: Entrevistado(a) 5 com o perfil Consciente, Entrevistado(a) 13 com perfil Reflexivo e Entrevistado(a) 23 com perfil Pougador. O único que se identificou com um perfil de categoria excessiva foi o Entrevistado(a) 14, com o perfil Descuidado. Já no período correspondente à pandemia, todos os entrevistados disseram que se identificavam com perfis da categoria dos comportamentos de consumo equilibrados, sendo que todos mantiveram os mesmos perfis citados para o período de antes da pandemia, exceto o Entrevistado(a) 14, que foi justamente o único que alterou seu perfil da categoria excessiva para a categoria equilibrada, passando de Descuidado para Estável.

A mudança de perfil relatada pelo Entrevistado(a) 14, nas palavras dele(a) foi diretamente relacionada à pandemia:

“Antes da pandemia, eu era a pessoa mais descontrolada financeiramente que você pode imaginar. Eu gastava horrores no cartão de crédito, as vezes passava o valor que era meu salário e as vezes aconteciam emergências, tipo alguém passar mal, e eu nunca tinha limite, nunca tinha nada. Aí eu procurei ajuda. Tenho um amigo que é contador, falei pra ele ‘Pelo amor de Deus, me ajuda!’. Fiquei pouco tempo com ele,

fiquei só dois meses, mas foi necessário pra eu conseguir ter um controle. Mas sempre fui muito mão aberta, até passar por essa situação da pandemia, que minha mãe ficou desempregada por bastante tempo, que foi quando pensei que precisava de ajuda, se não eu nunca ia conseguir adquirir nada pra mim.”. (Entrevistado 14).

Por último, na região Sul, para o período de antes da pandemia, todos os 3 entrevistados relataram ter identificação com perfis financeiros que se enquadram na categoria de comportamentos de consumo equilibrados, sendo citados os perfis Pougador (Entrevistado(a) 15), Desorganizado (Entrevistado(a) 16) e Consciente (Entrevistado(a) 20). Estes perfis se mantiveram para o período correspondente à pandemia, exceto pelo Entrevistado(a) 16, que alterou de Desorganizado para Consciente, mas mantendo-se dentro da categoria dos comportamentos equilibrados. A este respeito, o Entrevistado(a) 16 explicou seu ponto de vista sobre a alteração de seus hábitos para uma visão de fato mais consciente:

“A pandemia me despertou a consciência de que não é porque eu não tô no vermelho, que tô saudável financeiramente, porque eu quero ter um dinheiro pro meu futuro, me organizar pra fazer uma viagem mais de boa. Não quero recorrer ao credito pra sempre, quero me organizar pra poder gerar lucro, gastar o que eu planejei gastar. A pandemia me ensinou um pouco isso.”. (Entrevistado(a) 16).

De maneira geral, no período que antecedeu a pandemia, 37% do total de entrevistados alegou se identificar com perfis financeiros que se enquadram na categoria de comportamentos de consumo excessivos e 63% se identificou com perfis de categoria equilibrada, sendo os perfis mais recorrentes: Pougador, Consciente, Descuidado, Impulsivo e Reflexivo. Já no período pandêmico, 15% dos entrevistados relatou que se identificava com perfis correspondentes à categoria dos comportamentos de consumo excessivos e 85% respondeu se identificar com perfis da categoria dos comportamentos equilibrados. Para este período (durante a pandemia), os perfis mais citados foram Consciente, Pougador, Reflexivo e Estável.

Diante desses dados, nota-se maior engajamento com perfis considerados de categoria equilibrada no período correspondente à pandemia do que no período que antecedeu tal acontecimento, e que de fato, muitos dos entrevistados (cerca de 30%) alteraram suas posturas, passando da categoria excessiva para a equilibrada, entre um período e outro. Sobre isso, Silber (2020) Vommaro (2021), Shaefer *et al.*(2020), Both *et al.* (2021) e Leite (2020) já discutiam que haveria uma readequação no consumo das famílias dado que, antes da pandemia, havia certo padrão de vida e, com a crise, as finanças domésticas de muitos ficaram comprometidas, houve perdas de emprego e renda de muitos chefes de famílias e mães solo, o

que levou as famílias a tentar conter gastos e adotar uma postura mais conservadora, conforme previa Christakis (2020).

#### 4.3 INDÍCIOS DE OCORRÊNCIA DA CONTABILIDADE MENTAL E SEUS VIESES SOBRE OS COMPORTAMENTOS DE CONSUMO

Esta seção visa ilustrar os resultados encontrados para o objetivo específico III, isto é, demonstrar os indícios da ocorrência da Contabilidade Mental e seus vieses identificados nas três dimensões das finanças domésticas, quais sejam o Planejamento, Renda e o Cartão de Crédito, e como tais ocorrências acontecem no dia a dia dos indivíduos.

Conforme descrito no Capítulo 2, que tratou da Revisão de Literatura, os comportamentos de consumo (Equilibrados ou Excessivos) se apresentam principalmente em três dimensões das finanças domésticas: a dimensão do planejamento, a dimensão da renda e a dimensão das despesas com cartão de crédito (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020). Com base nessa premissa, nesta seção, os resultados foram agrupados em três subseções, sendo cada uma correspondente a uma dimensão dos comportamentos de consumo, ou seja, a primeira subseção traz os resultados observados na dimensão do Planejamento, a segunda subseção evidencia os resultados encontrados para a dimensão da Renda e a terceira subseção apresenta os resultados obtidos para a dimensão do Cartão de Crédito. Cada subseção irá descrever se houve ou não indícios de ocorrência da Contabilidade Mental e seus vieses sobre os comportamentos de consumo em cada uma das dimensões propostas e como estes indícios eles ocorrem.

##### **4.3.1 Indícios de ocorrência da Contabilidade Mental e seus vieses sobre os comportamentos de consumo na dimensão do Planejamento**

Como explicado anteriormente, o planejamento é um conjunto de estratégias de controle e programação de eventos econômicos que permitem às famílias garantir o equilíbrio de seu orçamento e atingir metas de curto, médio e longo prazo (JORGE; FERREIRA, 2011; CVM, 2019; NASHAWATI, 2018).

Neste contexto, considerando que o planejamento financeiro é a dimensão mais abrangente dos comportamentos de consumo, e que ele engloba as dimensões da renda e do cartão de crédito (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020; BAE; HANNA; LINDAMOOD, 1993, THALER, 1999; CARRARO; MEROLA, 2018; PARAÍSO; FERNANDES, 2019; KHARE, 2016; CAMPARA *et al.*, 2016), assumiu-se neste estudo a premissa de que, as dimensões do

Planejamento, da Renda e do Cartão de Crédito seguiriam a tendência de, no processo cognitivo da Contabilidade Mental, serem codificadas todas juntas. Essa ideia foi confirmada pelas entrevistas, evidenciando indícios da ocorrência da Contabilidade Mental na dimensão do Planejamento, pois alguns entrevistados, se não a maioria, quando questionados sobre o que mentalizavam quando pensavam na palavra “Planejamento Financeiro” (questão 1), responderam:

“Planejamento financeiro, pra mim, é você colocar na ponta do lápis tudo aquilo que você ganha, o objetivo que você quer e o que você pode e não pode gastar.”. (Entrevistado(a) 2 – Norte).

“Planejamento financeiro é a organização contábil do que eu tenho e até onde posso gastar, até onde posso guardar e minha prospecção para os próximos meses.”. (Entrevistado(a) 27 – Norte).

“Olha, pra mim, sempre foi não gastar além daquilo que recebo e sempre colocando uma margem de reserva, não é todos os meses que consigo, mas a gente tenta sempre trabalhar com esse planejamento.”. (Entrevistado(a) 17 – Nordeste).

“É ter controle dos gastos, tudo que entra e tudo que sai. Acho que é tentar ter controle de todos os gastos e de tudo que eu tenho pra consumo, minhas contas básicas e também tentar render pras outras praticas, como lazer. É ter controle sobre isso.”. (Entrevistado(a) 21 – Nordeste).

“É fazer uma lista daquilo que você recebe e aquilo que você tem de gasto durante o mês, né? Durante aquele período que você gastou. É mais ou menos isso.”. (Entrevistado(a) 5 – Sudeste).

“Planejamento financeiro é quando você tem controle né? Quando você possui uma renda de emergência, possui investimento, tem controle sobre seu salario.”. (Entrevistado(a) 14 – Sudeste).

“Ah, é um controle total dos gastos mensais né? Principalmente com uso de planilha pra um controle detalhado do que se gasta mensalmente. A gente aqui em casa tem um detalhamento dos gastos fixos mensais e dos possíveis gastos que não estão planejados no mês, né?”. (Entrevistado(a) 20 – Sul).

“Eu acredito que seja o que você recebe, descontando os gastos fixos e tendo esse controle do que sobrou, seja pra investimento ou algo pra segurança assim, uma poupança, enfim. É ter essa organização dentro do que você ganha.”. (Entrevistado(a) 16 – Sul).

“É uma forma de eu me organizar pra prever gastos futuros sem que saia do meu orçamento e que eu ainda consiga me precaver de imprevistos futuros.”. (Entrevistado(a) 4 – Centro-Oeste).

“Penso que é eu conseguir me organizar baseado naquilo que recebo mensalmente. Mas não só mensalmente, às vezes a longo prazo também pode ser que eu queira ter um planejamento pra comprar coisas maiores.”. (Entrevistado(a) 3 – Centro-Oeste).

Nota-se que tais respostas trazem de forma recorrente os termos “não gastar mais do que ganho”, “não ultrapassar meu orçamento” e “controle de gastos”, elementos estes que

estão ligados à dimensão da Renda. Ademais, o cartão de crédito é um gerador de despesas e por isso este elemento está implícito nos discursos analisados quando os entrevistados citam seus gastos. Assim sendo, estes registros foram considerados indícios de que as dimensões do planejamento, da renda e do cartão de crédito são, de fato, codificadas todas juntas, porque ao pensar em planejamento, as outras duas dimensões se fazem presentes na mente dos entrevistados, mesmo sem serem o assunto principal. Por isso, em todas estas falas, foi atribuído o código “PC01” (Etapa de Codificação da Contabilidade Mental).

Por mais, tendo em vista que os entrevistados citaram com frequência os termos “gastos”, “gastos fixos”, “reserva”, “investimento”, “orçamento” com o intuito de classificar alguma despesa ou receita enquanto falavam de seu planejamento, nestes mesmos registros houve também a marcação do código “PC02”, referente ao tema “Etapa de Categorização da Contabilidade Mental”, que é justamente a rotulação mental de receitas e despesas.

Sobre a Etapa de Avaliação da Contabilidade Mental, também foram encontrados alguns indícios de ocorrência, dado que esta etapa tem relação com a frequência em que as contas mentais são ajustadas (THALER, 1999). Neste sentido, houve vários relatos de entrevistados dizendo que fazem um balanceamento semanal, quinzenal, mensal e até anual de seu planejamento financeiro, que é muitas vezes percebido como sendo o mesmo que orçamento, o que não seria totalmente equivocado, já que o orçamento é a principal ferramenta do planejamento (PIRES, 2006; JORGE; FERREIRA, 2011; CERBASI, 2016; CVM, 2019). Alguns relatos dos entrevistados seguem ilustrando estes achados:

“Uma vez por mês a gente faz esse planejamento. A gente sempre faz assim... a gente recebe no final do mês e todas as contas vencem no início do mês, aí a gente paga tudo e o que sobra a gente começa a organizar. Uma parte vai pro investimento, a outra pra lazer, algo assim. Sempre fazemos isso, é rotineiro aqui em casa.”. (Entrevistado(a) 11 – Norte).

“Geralmente eu fazia esse controle a cada quinzena porque meus cartões são quinzenais. Mas as contas de casa eram mês a mês mesmo.”. (Entrevistado(a) 7 – Nordeste).

“Eu tento fazer esse planejamento pelo menos uma vez por mês.”. (Entrevistado(a) 3 – Centro- Oeste).

“Eu deixo sempre pra lançar as coisas que gastei no final da semana, aí no final do mês eu sempre tenho o controle do que gastei ou não.”. (Entrevistado(a) 14 – Sudeste).

“Eu só faço planejamento uma vez por ano, quando eu faço minha declaração de imposto de renda, geralmente em abril.”. (Entrevistado(a) 15 – Sul).

Os relatos acima confirmam que, o julgamento e decisão sobre os eventos econômicos de uma família, uma vez que são codificados todos juntos dentro de um planejamento maior, seguem a restrição de tempo imposta pelo orçamento, ou seja, as análises e decisões financeiras de uma família ocorrem, de tempos em tempos, na maioria das vezes, mensalmente, embora este período devesse ser maior para permitir um planejamento mais consolidado, como teorizou Thaler (1999). Ainda, na Etapa de Avaliação na dimensão do Planejamento, foram encontrados relatos nas entrevistas para corroborar a ideia de que pessoas com perfis financeiros de categoria equilibrada, tendem a passar pela Etapa de Avaliação na sua forma *ex ante*, porque elas geralmente seguem um planejamento prévio que permite julgar e decidir sobre seus eventos financeiros antes deles acontecerem. Ao contrário dos indivíduos que assumem perfis financeiros de categoria excessiva, que tendem a avaliar seus eventos econômicos em caráter *ex post*, porque em virtude de seus maus hábitos e padrões de consumo, não seguem qualquer planejamento e só conseguem analisar seus resultados após a consumação deles (THALER, 1999). Para evidenciar os indícios destas ocorrências, apresenta-se como exemplo os relatos dos(as) Entrevistado(as) 8 e 15, que se identificaram com perfis Excessivos e Equilibrados respectivamente, tanto no período de antes da pandemia, como durante da pandemia, sendo que o Entrevistado(a) 8 relatou tendências à Avaliação *ex post* e o Entrevistado(a) 15, tendência à avaliação *ex ante*:

“Nunca fiz planejamento e atualmente, com os efeitos da pandemia, eu não tô mais no trabalho que eu tava antigamente e não dá pra guardar dinheiro porque depois que pago as contas, nunca sobra nada.”. (Entrevistado(a) 8).

“Sim, atualmente faço planejamento sim. Hoje estou refazendo o montante que tive que usar pra fazer minha transição de carreira, mas de qualquer maneira, agora tô refazendo essa minha reserva que tive que usar e eu tenho um certo montante que quero atingir pra que, no futuro, eu tenha uma aposentadoria, ainda que eu não receba aposentadoria do governo ou algo assim.”. (Entrevistado(a) 15).

Percebe-se através do relato do(a) Entrevistado(a) 8, que, devido à falta de planejamento, ele(a) só parou para avaliar sua condição financeira depois de já ter executado todas as contas que podia (*ex post*), daí então percebe que “não sobra nada” e “não dá pra guardar dinheiro”. Posto isto, infere-se ainda que o Entrevistado(a) 8 fez uma avaliação tópica de sua situação, dado que considerou apenas seu estado financeiro, ou seja, a falta de dinheiro e a situação em que isso ocorre, no caso, na pandemia. Diferentemente, o Entrevistado(a) 15, que se planeja e em caráter *ex ante*, previu que usaria sua reserva financeira em um momento próximo e está agora refazendo-a e ainda avaliando previamente as possibilidades para o

futuro. Verifica-se ainda, que o Entrevistado(a) 15, ao considerar o todo de sua situação financeira, realizou uma avaliação abrangente, pois previu e permanece prevendo todas as possibilidades antes de julgar e decidir sobre o que fazer.

Por último, outra proposição admitida neste estudo para a dimensão do planejamento foi que, ainda na Etapa de Codificação da Contabilidade Mental, o planejamento estaria sujeito à edição hedônica na forma de ganhos e perdas mistas, porque, dependendo de como fosse a execução do planejamento financeiro, os indivíduos ou famílias poderiam incorrer em ganhos (em caso de sucesso do planejamento) e perdas (no caso de fracasso do planejamento) e estes ganhos e/ou perdas seriam segregados quando as perdas fossem maiores que os ganhos ou integrados quando os ganhos fossem maiores que as perdas, seguindo assim as linhas de raciocínio de Thaler (1999) e Sui, Sun e Geyfman (2020). Ressalta-se, no entanto, que, esta ideia não se confirmou, pois não foram identificados indícios que comprovassem que os entrevistados percebessem o planejamento de sucesso como um “ganho” e/ou o planejamento de fracasso como “perda” (questão 2), tampouco que estes sucessos ou fracassos pudessem de alguma forma serem segregados ou integrados. Nenhum entrevistado disse qualquer coisa que pudesse confirmar tais relações, embora reconheçam que o planejamento financeiro traz benefícios financeiros a quem o pratica.

#### **4.3.2 Indícios de ocorrência da Contabilidade Mental e seus vieses sobre os comportamentos de consumo na dimensão da Renda**

A dimensão da renda trata do equilíbrio entre as receitas provenientes dos salários mensais dos membros de uma família e suas despesas mensais. Em resumo, é o equilíbrio do orçamento mensal de uma família, pois nesta dimensão é que se registram as receitas e despesas mensais, de forma combinada, justamente para confrontá-las e verificar o que precisa ou não ser ajustado. (THALER, 1985; 1999; JORGE; FERREIRA, 2011; KITCH, 2016; SUI; SUN; GEYFMAN, 2020).

Assim, por tratar necessariamente de uma combinação entre receitas e despesas, no que se refere à Etapa de Codificação da Contabilidade Mental, presumiu-se que, a dimensão da Renda, assim como o planejamento, estaria sujeita à edição hedônica na forma de ganhos (receitas) e perdas (despesas) mistas, seja segregando quando as perdas são maiores que os ganhos ou integrando quando os ganhos são maiores que as perdas, como sugeriam as ideias de Thaler (1999) e Sui, Sun e Geyfman (2020).

Essa premissa se confirmou parcialmente, porque, de forma explícita, nenhum entrevistado falou que considerava receitas como ganhos e despesas como perdas, quando

questionados sobre o que vinha à mente quando pensavam em suas receitas e despesas (questão 9), e sequer citaram elementos que remetessem ao equilíbrio do orçamento nesta pergunta. No entanto, conforme descrito na subseção anterior, quando os entrevistados foram questionados sobre o que para eles seria “Planejamento Financeiro”, houve relatos de “não gastar mais do que ganho”, “não ultrapassar meu orçamento” e “controle de gastos”, elementos que na realidade fazem alusão à dimensão da Renda e não do Planejamento. Isto foi interpretado como um indício de uma edição hedônica combinada de ganhos e perdas na dimensão da Renda, mas não necessariamente como descrito Thaler (1999) e Sui, Sun e Geyfman (2020), e sim, na maioria das vezes, integrando tudo sempre (ganhos – receitas e/ou perdas – despesas), independente das perdas serem maiores ou menores que os ganhos e vice-versa, porque as pessoas geralmente fazem seus pagamentos uma vez por mês, e por isso tendem a integrar tudo sempre.

O fato é que, integrando as receitas (ganhos) e as despesas (perdas) sempre, as pessoas têm a sensação de que “estão livres das contas este mês”, e que a “dor de pagar já passou”, ou seja, as pessoas tendem sempre a evitar a “dor da perda” de ter que arcar com suas despesas, daí tentam minimizá-la a uma vez ao mês. Por isso, ficou implícito de que pelo menos as despesas eram vistas como perdas, já que, aparentemente traziam desconforto aos entrevistados. Isso pode ser observado nos registros coletados para as perguntas que questionavam os entrevistados sobre o que eles mentalizavam quando pensavam em suas receitas e despesas (questão 9) e o que faziam primeiro quando a renda deles era recebida (questão 5):

#### Entrevistado(a) 14 – Sudeste:

(9) “[...] penso ‘Meu Deus, eu só trabalho pra pagar conta’, porque me sobra o mínimo pra eu gastar com minha diversão.”

(5) “A primeira coisa que faço é sair distribuindo, pago as contas logo de uma vez, o valor que estipulei pra investimento, eu coloco, separo o valor de emergência e só deixo na conta o valor que tenho pra gastar comigo.”. (Entrevistado(a) 14 – Sudeste).

#### Entrevistado(a) 16 – Sul:

(9) Acho que é desespero (risos). Há um tempo atrás eu comecei a rastrear meus gastos e colocar na ponta do lápis porque eu tinha a sensação de não ver pra onde tava indo meu dinheiro. É uma sensação de descontrole mesmo”.

(5) “Quando cai o pagamento, eu pago tudo na primeira semana, exceto a fatura do cartão, porque ela fecha só dia 13, então não adianta eu pagar antes. Mas, todas as contas que eu puder adiantar, eu adianto [...]”.

#### Entrevistado(a) 4 – Centro-Oeste:

(9) “Eu me imagino pagando as despesas (risos). Isso que imagino... meu dinheiro indo embora.”.

(5) “Quando o dinheiro cai, eu pago minhas dívidas fixas, né? A maioria delas é cobrada no meu cartão, então eu tenho uma visibilidade geral já de como tá e quanto vai ser cobrado. A primeira coisa que faço é realmente encaminhar pras minhas dívidas. Primeiro eu quito tudo pra depois pensar no que eu vou fazer com meu dinheiro.”.

#### Entrevistado(a) 9 – Nordeste:

(9) “Olha, quando eu penso nas minhas receitas e despesas, me dá um pouco de angústia. Dá uma angustiazinha porque eu não consigo prever o quanto vai entrar e se eu vou conseguir chegar no final do mês dentro daquela realidade. Como isso me causa angústia, então me remete a pensamentos ruins.”.

(5) “Quando o dinheiro cai, a gente paga o plano de saúde, gasolina e alimentação. São as contas que a gente prioriza.”.

#### Entrevistado(a) 19 – Norte:

(9) “Me vem na mente que eu tô vivendo pra pagar conta, pra pagar minhas contas, sobreviver, porque nunca sobra. São mais pensamentos que remetem a coisas negativas, porque parece que hoje tá tudo muito difícil, sabe? A questão da dificuldade com todos os gastos e ficar sempre apertado no final do mês, dá uma sensação de que tá bem difícil. É uma eterna sensação de trabalhar muito e não conseguir fazer as coisas que eu gostaria de fazer. Uma sensação de frustração mesmo, porque às vezes, a gente trabalha, trabalha e não consegue nem ir à praia, fazer um passeio.”.

(5) “A primeira coisa que eu faço é pagar todas as contas e aí depois eu vejo o que dá pra fazer pro lazer, comprar alguma coisa que tô precisando e o que dá pra guardar.”.

Como pode-se observar nas falas dos entrevistados, alguns deles, como por exemplo o Entrevistado(a) 4, mencionaram, inclusive, centralizar todas as suas despesas no cartão de crédito, justamente para pagarem tudo de uma só vez. Isto, além de confirmar que as pessoas sempre fazem uma edição hedônica na forma de integração, também confirma que a dimensão do Cartão de Crédito está incluída dentro da dimensão da Renda, porque o assunto cartão de crédito foi citado espontaneamente mais de uma vez enquanto se discutia sobre orçamento.

Assim, tendo em vista que o Cartão está dentro da Renda e esta, por sua vez está dentro do Planejamento, então, as três são, de fato, codificadas juntas, confirmando a linha adotada no estudo de Sui, Sun e Geyfman (2020) e as ideias de Bae, Hanna e Lindamood (1993), Thaler, (1999), Carraro e Merola (2018), Paraíso e Fernandes (2019), Khar (2016) e Campara *et al.*, 2016.

Ainda de acordo com Thaler (1985), a renda é a restrição orçamentária que mais influencia o comportamento financeiro das pessoas, pois é ela quem dita o limite do orçamento. Além disso, quando se fala em orçamento doméstico, automaticamente se fala em categorizar ativos e passivos, porque sempre que um indivíduo traça um orçamento doméstico mensal, ele está categorizando contas mentais para rotular ganhos e perdas advindos de seus eventos econômicos (THALER, 1999). Talvez por isso, justamente na dimensão da Renda foi onde houve mais registros codificados com as Etapas da Contabilidade Mental, especialmente, com a Etapa de Categorização, que leva as pessoas a inconscientemente e irracionalmente, rotular suas receitas e despesas em contas mentais que para si façam algum sentido, podendo variar de indivíduo para indivíduo por causa da subjetividade de cada um (SHEFRIN; THALER, 1988; THALER, 1999; KAHANEMAN; TVERSKY, 1979; BARRAFRE, VÄSTFJÄLL; TINGHÖG, 2020). Ao todo, foram marcados 122 registros com o código “PC02” (Etapa de Codificação da Contabilidade Mental) na dimensão da Renda, sendo que todos os 27 entrevistados citaram em algum momento as contas mentais que na realidade deles faziam algum sentido.

Ao contrário do que dizia Thaler (1999) sobre o orçamento ser mais explícito em famílias com comportamentos de consumo equilibrados do que em famílias com comportamentos excessivos, neste estudo, não foram constatadas diferenças relevantes neste sentido, pois foi unânime a rotulação das receitas e despesas entre os entrevistados, mesmo para aqueles que não tinham hábito de se planejar:

Entrevistado(a) 1 – Norte:

“Nossas fontes de renda vem do nosso trabalho. Eu sou engenheiro da Marinha e minha esposa é residente de enfermagem.”

“As despesas que tenho todo mês são aluguel, condomínio, luz, gás e cartão de crédito.”

Entrevistado(a) 2 – Norte:

“As três pessoas que moram na minha casa trabalham e eu, além do trabalho recebo financiamento de uns terrenos que vendi parcelado.”

“As contas que eu pago é energia, água, internet, telefone, piscineiro e o consórcio, pago um consórcio pessoal, e a parcela do carro também. São as contas fixas. Mas a parcela do carro eu pago com o dinheiro que recebo dos terrenos. Então eu me dei o luxo de comprar um carro zero e pagar com as parcelas desse terreno que vendi.”

#### Entrevistado(a) 8 – Norte:

“Eu trabalho num emprego por comissão, não tenho uma renda com valor fixo todo mês, é variável. E minha filha recebe uma pensão do pai dela.”

“Eu pago aluguel, luz, internet, mercado e meu fies. São contas que não da pra não pagar. Aí depois vem filho, eu tenho uma filha adolescente, tipo, roupas, coisas básicas mesmo.”

#### Entrevistado(a) 10 – Norte:

“Meus pais são aposentados e minha avó também, ela mora com a gente e ela, além da aposentadoria dela, ela também recebe a pensão do meu avô. Então fica as rendas do meu pai, minha mãe e minha avó. Só eu que não tenho por enquanto, porque minha empresa ainda é muito nova e ainda não to tirando meu pró-labore não.”

“As despesas fixas mesmo é cartão de credito, internet e telefone que é junto, celular, condomínio e plano de saúde.”

#### Entrevistado(a) 19 – Norte:

“Nos dois trabalhamos e não temos outras fontes de renda. É só trabalho mesmo.”

“Pago aluguel, telefone, internet, luz e o meu financiamento do terreno.”

#### Entrevistado(a) 26 – Norte:

“Eu trabalho numa loja de construção civil e meu esposo é concursado. Não temos outras fontes de renda, atualmente é só os nossos trabalhos.”

“Conta que eu pago todo mês e que fica na minha responsabilidade é a taxa da água né? Aqui no amapá a gente usa poço, e quem não tem poço pega com uma empresa que distribui, mas tem alguns lugares que não chega, como aqui... aí a gente usa o poço da vizinha e paga uma taxa pra ela. Essa taxa eu pago. Internet também, meus cartões e a faculdade.”

#### Entrevistado(a) 27 – Norte:

“Minha única fonte de renda é meu trabalho mesmo.”.

“Tirando as necessidades básicas como moradia, luz e gás, tem academia, plano do meu celular, meu personal, e meus planos de televisão... Netflix, Amazonprime. Esses são todo mês certinho.”.

#### Entrevistado(a) 6 – Nordeste:

“Eu e meu esposo trabalhamos e nenhum dos dois tem outra fonte de renda.”.

“Aqui em casa nós pagamos aluguel, energia, água e cartão porque todo mês a gente tem que gastar no cartão, porque não tem como ficar sem cartão não. Ele é tipo nosso “tira do sufoco”, vai lá e passa cartão e depois pra pagar é só a misericórdia.”.

#### Entrevistado(a) 7 – Nordeste:

“Lá em casa a gente não mistura as coisas, eu tenho minha renda e minha esposa a dela. A gente soma, mas não mistura. Nós dois somos empresários e, além disso, minha esposa recebe um aluguel de dois terrenos que ela tem.”.

“Celular, canais por assinatura, energia, gás, escola de uma das minhas filhas, eu que faço a feira, supermercado e açougue, farmácia.”.

#### Entrevistado(a) 9 – Nordeste:

“Hoje nós somos autônomos e não temos outra fonte de renda.”.

“A gente paga de contas fixas o plano de saúde, prestação da casa, escola da nossa filha. São nossas despesas fixas e elas são bem grandes.”.

#### Entrevistado(a) 11 – Nordeste:

“Eu e meu marido trabalhamos e no momento meu apartamento próprio tá alugado e o dinheiro de lá tem me ajudado a pagar a faculdade porque só o salario não paga não.”.

“Minhas despesas do mês são agua, luz, telefone, aluguel e faculdade, às vezes tem cartão.”.

#### Entrevistado(a) 12 – Nordeste:

“A renda é trabalho mesmo. Nós dois, eu e meu companheiro trabalhamos.”.

“As despesas são aluguel, condomínio, internet, plano de saúde, energia. Essas são fixas, aí depois tem sempre cartão de crédito que são parcelas que variam. Mas as fixas não tem como falhar e eu já reduzi elas o máximo que eu pude.”.

## Entrevistado(a) 17 – Nordeste:

“Minha única fonte de renda é meu trabalho.”

Eu geralmente pago apartamento, condomínio, gasolina, mercado, internet. Essas são as despesas fixas e são minha prioridade. Chega o dinheiro eu já pago logo. Não tenho o hábito de esperar o cartão vencer, eu adianto ele logo pra não correr riscos.

## Entrevistado(a) 21 – Nordeste:

“Minha renda é só do meu trabalho mesmo. Não tenho outras fontes de renda.”

“Posso até te citar algumas despesas. É escola do meu filho, plano de saúde dele também, financiamento da casa, água, luz, internet, supermercado, combustível, acho que é isso.”

## Entrevistado(a) 22 – Nordeste:

“Nossas fontes de renda são aposentadoria e trabalho. Meu pai é aposentado, é militar da reserva. Minha mãe trabalha também no setor público, na Fiocruz. Meu marido é advogado e também trabalha no setor público, é comissionado no ministério público federal e eu to trabalhando numa empresa privada.”

“As contas que pago são os cartões de crédito, porque tenho costume de passar tudo no crédito. E também temos o costume de ajudar instituições de caridade, aí faço essas transferências e as contas de casa, como te falei é meu pai quem concentra, então eu transfiro um dinheiro pra ele. Mas as despesas que temos todo mês é uber, 99, transporte, alimentação de ir num restaurante, além das contas de casa, que como te falei é uma fração que a gente paga.”

## Entrevistado(a) 24 – Nordeste:

“Meus pais são aposentados, recebem aposentadoria e meu marido é motorista CLT. Não tem outras fontes de renda.”

“Geralmente temos despesas com mercado, luz, água, cartão.”

## Entrevistado(a) 3 – Centro-Oeste:

“Eu mesma não tenho fonte de renda própria. Recebo ajuda dos meus pais.”

“As contas que pago são aluguel e energia. Essas são fixas porque a água e a internet são inclusas no aluguel.”

## Entrevistado(a) 4 – Centro-Oeste:

“As fontes de renda aqui em casa são trabalho mesmo.”.

“As minhas despesas do mês são seguro do celular, plano do celular, aula de inglês, treino de calistenia.”.

#### Entrevistado(a) 18 – Centro-Oeste:

“É só trabalho. Não tem outras fontes de renda.”.

“Minhas despesas giram em torno de academia, energia, seguro, aluguel, parcela de carro, mão de obra e, como sou da área do marketing, eu terceirizo algumas coisas, alguns sistemas de edição, então geralmente também faço o pagamento das licenças.”.

#### Entrevistado(a) 25 – Centro-Oeste:

“Nós dois trabalhamos e não temos outras fontes de renda. Eu não sou CLT, sou advogada associada, e aí acaba que minha renda é um pouco variável, né? Eu não tenho os benefícios da CLT, mas a questão da renda continua a mesma coisa.”.

“Combustível, alimentação e farmácia são coisas básicas. Aí fica o investimento em roupa, sapatos, coisas pra trabalhar, que eu faço muito pouco. A gente sai pra comer também, então além da alimentação de mercado, eu também passo a alimentação fora de casa. As contas de água, luz, aluguel quem paga é meu esposo.”.

#### Entrevistado(a) 5 – Sudeste:

“Só tenho a renda do meu trabalho mesmo. Não tenho nenhuma outra fonte de renda.”.

“Das minhas contas, a prioridade é o aluguel, que vence dia primeiro, depois vem o cartão e o restante vem depois, que é conta de luz, telefone, internet, as contas normais que a gente tem. Mas de início é o cartão e o aluguel mesmo.”.

#### Entrevistado(a) 13 – Sudeste:

“Eu trabalho de CLT e, além disso, faço um extra vendendo marmita e tenho duas filhas que moram fora e elas me dão uma força com algo.”.

“Minha despesa é mais com água, condomínio que eu pago, meu celular, compra do mês.”.

#### Entrevistado(a) 14 – Sudeste:

“Eu e minha mãe trabalhamos. Eu sou servidora do Estado e minha mãe é CLT, auxiliar de serviços gerais. Fora isso não temos outras rendas.”.

“As despesas fixas, nós aqui em casa dividimos, que é água, luz e alimentação. Internet eu pago sozinha e meu curso de inglês também. As não fixas, eu pago o cartão de crédito, que é um valor que vai oscilando durante o mês e também tenho um consórcio que pago todo mês, porque tô juntando um dinheiro que é pra futuramente eu comprar um apartamento.”.

#### Entrevistado(a) 23 – Sudeste:

“Eu sou bolsista, então eu recebo a renda da bolsa e meu esposo trabalha”.

“A gente paga aluguel, energia, gás, internet. Isso é todo mês.”.

#### Entrevistado(a) 15 – Sul:

“Na minha casa todos trabalham de CLT mesmo e eu recebo dividendos de FI e ações que tenho investidas.”.

“Eu pago aluguel, luz, água, internet, celular.”.

#### Entrevistado(a) 16 – Sul:

“Além de mim, minha irmã trabalha fixo como analista e meu pai é autônomo também do setor de transportes escolar aqui em Curitiba, só que desde a pandemia, ele não voltou a trabalhar, atualmente ele não tá trabalhando. Não temos outras fontes de renda no momento.”.

“Minhas contas são basicamente a pós-graduação, telefone, minha terapeuta, internet e o aluguel da minha sala de atendimento.”.

#### Entrevistado(a) 20 – Sul:

“Hoje a fonte de renda é única e exclusivamente só trabalho. CLT.”.

“Eu posso te dizer todas as minha contas, vamos lá! Tem o pagamento da cozinha planejada, que tá em aberto ainda, fizemos em 15 vezes, pagamento da conta da água, telefone celular da minha esposa, o meu telefone celular, financiamento do veículo, pagamento mensal da segurança da casa que é alarme, a internet da casa, luz, cartão de crédito e financiamento da casa.”.

Mediante estes registros, nota-se que, as receitas e despesas descritas pelos entrevistados estão em conformidade com as receitas e despesas descritas pelo IBGE (2019b; 2020b; 2020c) como sendo as mais comuns entre as famílias brasileiras.

Para mais, além de haver categorização de receitas e despesas, alguns entrevistados ainda atribuem rótulos mais específicos para algumas delas, como por exemplo, “despesas

fixas”, “despesas variáveis”, “renda variável” ou ainda, como fizeram os Entrevistado(a) 2, que justifica “ter se dado ao luxo de comprar um carro zero” porque realiza o pagamento das parcelas do veículo com uma renda específica “a renda das parcelas dos terrenos que vendi”, e o Entrevistado(a) 14, que está pagando um consórcio para futuramente adquirir um apartamento, dando a entender que a destinação da renda (despesa) é definida com base na origem dela (receita), assim como descreveu Thaler (1999).

Outro ponto a salientar sobre os registros encontrados para a Etapa de Categorização na dimensão da Renda é que, em algumas famílias, como no caso do Entrevistados(as) 7, 25 e 26, parecem haver divergências em torno das tomadas de decisão no que concerne às finanças domésticas, porque, além de relatarem que há uma divisão de despesas entre eles e seus respectivos cônjuges, no caso dos(as) Entrevistados(as) 25 e 26, há expressa menção de um certo tabu quando o assunto é as finanças da família, como se pode perceber em seus relatos:

“A questão financeira é muito complicada no nosso relacionamento meu e do meu esposo. Ele ganhava muito bem numa época e depois a empresa faliu, ele perder o cargo e a gente entrou numa crise financeira muito grande e isso virou meio que um tabu, a gente não conversava sobre essa questão. Agora que a gente tá tentando se reorganizar e voltando a conversar sobre, mas ainda é uma questão delicada, ainda gera conflitos entre eu e meu esposo sobre o que cada um vai assumir e concordar sobre o que fazer, investir aqui ou ali. Não tem um planejamento porque a gente não chegou num consenso. Não conseguimos chegar ambos num mesmo caminho pra que consigamos planejar algo. O conflito maior é sobre chegar em uma decisão em comum que a gente cumpra aquilo, porque aí vem a questão da disciplina também, né?”. (Entrevistado(a) 25 – Centro-Oeste).

“[...] não falamos muito sobre isso, embora devêssemos. Ultimamente é que a gente tem conversado sobre dinheiro, mas até pouco tempo eu nem sabia quanto ele ganhava.”. (Entrevistado(a) 26 – Norte).

Já o Entrevistado(a) 7, embora não tenha relatado conflito de forma explícita em sua família, ele acredita que dificuldades financeiras pode trazer contendas para um casal:

“[...] muitos casamentos já foram destruídos por questões e problemas econômicos. Uma coisa vai puxando a outra e vai trazendo uma série de problemas por consequência financeira também. Uma nova readequação dos gastos pode causar uma série de atritos e ocasionar o desgaste do relacionamento e até separação.”. (Entrevistado(a) 7 – Nordeste).

Estes resultados convergem com os estudos de Tversky, (1979), Thaler e Shefrin, (1988), Thaler (1980; 1985; 1999), Pires (2006), Nashawati (2018) e Barrafre, Västfjäll e Tinghög (2020), pois, conforme afirmam estes autores, quando há na família mais de um provedor de renda, as despesas podem ser divididas, mas da mesma forma, o poder de decisão

também é compartilhado, o que pode gerar conflitos sobre as decisões financeiras do lar, tendo em vista que os indivíduos são diferentes, pensam de formas distintas e cada um percebe seus eventos econômicos de acordo com a própria subjetividade.

Por fim, no que concerne à Etapa de Avaliação da Contabilidade Mental, devido ao fato das famílias manterem um orçamento periódico e predominantemente mensal em seus planejamentos (explícitos ou implícitos), verificou-se na dimensão da Renda, praticamente os mesmos resultados encontrados para a dimensão do Planejamento no que se refere à frequência com que as contas mentais são revisadas. No entanto, sobre o caráter das avaliações realizadas (*ex ante* ou *ex post*) e seus níveis (mínimo, tópico ou abrangente) foram observados alguns resultados interessantes.

A maioria dos registros codificados com “PC03” (Etapa de Avaliação da Contabilidade Mental) na dimensão da Renda foram referentes às questões 7 e 8, que perguntavam aos entrevistados se no final do mês eles notavam que sobrava ou faltava dinheiro para honrar com os compromissos e o que eles faziam em ambos os casos. Estas perguntas permitiram inferir sobre como as avaliações foram realizadas durante o a execução do orçamento mensal, se em caráter *ex ante* ou *ex post* e em alguns casos em que nível aconteceram (mínimo, tópico ou abrangente).

Assim, cerca de 41% do entrevistados (11 no total) informou que sempre sobra dinheiro ao final do mês e a maioria disse aplicar parte dessa sobra em reservas financeira e investimentos e outra parte utilizar para lazer. Alguns desses relatos seguem descritos abaixo:

“Graças a Deus, sempre sobra. A gente não compra além do que pode pagar, né? A gente sempre se policia pra não gastar além do que pode pagar. Meus pais sempre foram assim, nunca gastavam além do que podiam pagar, aí aprendi isso com eles. A gente sempre tem que guardar uma reserva, porque nunca se sabe o dia de amanhã e a gente não paga plano de saúde, essas coisas. Então, a gente guarda uma reserva e ainda sobra pra gente ir passear, comer fora, fazer alguma coisa.”. (Entrevistado(a) 24 – Nordeste).

“Geralmente sobra. Agora que a gente começou com essa rotina de separar mesmo um dinheiro pra investimento, como se fosse uma conta fixa pra investir todo mês, porque dá um retorno maior.”. (Entrevistado(a) 10 – Norte)

“Geralmente sobra, com certeza. Aí eu guardo. Comecei a aplicar em criptomoeda, mas tive que parar porque teve uma queda muito grande. Aí comecei a investir no próprio banco mesmo, renda fixa que eu acho que é mais seguro, né? Mas não aplico mais que 10%. Aí sobrando mais, eu também procuro passagem pra viajar (risos). A vontade de viajar é maior.”. (Entrevistado(a) 18 – Centro-Oeste).

“Tem mês que sobra um pouco mais, mas tem mês que não. Sobra pouco, mais ainda tá sobrando. Esse dinheirinho que sobra é um dinheirinho que as vezes eu vou sair com uma amiga minha, ou então eu quero comprar alguma coisa nova pra mim.”. (Entrevistado(a) 14 – Sudeste).

“Olha, eu, graças a Deus, nunca tive esse tipo de preocupação. No fim do mês sempre sobrava alguma coisa. Mas também nunca tive um estilo de vida de gastar muito, então nunca me faltou. Com essa sobra, às vezes eu comprava alguma coisa que eu tivesse precisando e se tivesse um pouco mais de valor eu deixava ele na poupança e ia acumulando com o de outros meses até chegar num valor que me interessasse trocar de celular ou algo assim, sabe? Era um dinheiro pra eu gastar comigo mesmo.”. (Entrevistado(a) 15 – Sul).

Estes relatos demonstram que, nos lares em que houve “sobra de dinheiro”, ou seja, as despesas foram menores que as receitas, as avaliações parecem ter ocorrido em caráter *ex ante* e em nível abrangente, já que os entrevistados conseguiram manter o equilíbrio do orçamento, se programar para aplicar em reservas e/ou investimentos e ainda ter um laser, prevendo situações futuras sem deixar de analisar o presente. Eles, portanto, consideraram todos os fatores envolvidos no processo decisório, como previa Thaler (1999) para uma avaliação abrangente.

Outros 26% dos entrevistados (7 no total) relataram “Não sobrar e nem faltar” dinheiro e a maioria relatou que isso só era possível porque no decorrer do mês tentavam controlar ainda mais os gastos para não incorrer na “falta”. Esta postura evidencia também uma avaliação *ex ante*, uma vez que há um julgamento de antemão das possíveis decisões equivocadas que levariam ao desequilíbrio do orçamento. Alguns dos relatos são apresentados abaixo:

“Faltar nunca faltou, mas acontece de as vezes querer fazer alguma coisa e ver que está com pouco dinheiro e falar “não vou”. Em Cuiabá é muito difícil porque a gente gasta muito com uber, então eu deixo de ir nos lugares pra não gastar com uber ou pra reduzir os gastos também. Então assim, não me falta, mas também não tá sobrando muito não.”. (Entrevistado(a) 3 – Centro-Oeste).

“Faltar mesmo, não falta, mas a gente deixa de fazer certas coisas pra poder o dinheiro render ate o final do mês. A gente vai esticando o dinheiro, né? Mas faltar não falta não, porque você deixa de sair, deixa de comprar alguma coisa pro dinheiro render até o final do mês, né? E se sobra alguma coisa é só a espinha, tipo micharia. Aí eu deixo lá na conta mesmo pra inteirar pro próximo mês.”. (Entrevistado(a) 5 – Sudeste).

“Ultimamente tem ficado super no empate assim... um pouco negativo, um pouco positivo, aí eu seguro os gastos para vir o novo pagamento no quinto dia útil, mas é essa média.”. (Entrevistado(a) 20 – Sul).

Não sobra, fica no limite. Eu me seguro pra quando chegar o outro pagamento eu não esteja totalmente zerada, entendeu? Mas assim, só não falta porque eu me controlo mesmo. Eu deixo de sair, de ir à praia, por exemplo, que eu ia sempre, agora não vou mais com tanta frequência. (Entrevistado(a) 21 – Nordeste) .

Por fim, 33% dos entrevistados (9 no total) alegou que sempre falta dinheiro no final do mês, e nesse caso, para compensar o desequilíbrio do orçamento e “complementar a renda que falta”, uns utilizam o cartão de crédito, outros pedem emprestado a alguém próximo e outros simplesmente não fazem nada, pagam “o que dá” e “o que não dá fica para o próximo mês”, como eles mesmos descrevem:

“A frequência maior tem sido de falta mesmo. Antes, quando a gente precisava, usava o cartão de uma tia minha, que inclusive faleceu [...]. Hoje como não temos mais ela, o que dá pra pagar a gente paga e o que não dá, a gente vai jogando pra frente e quando entra alguma coisa a gente vê e assim vamos recalculando a rota.”. (Entrevistado(a) 9 – Nordeste).

“Não sobra não. Geralmente no final do mês é tudo no credito, minha filha, porque o dinheiro não dá pro mês inteiro não. Vai faltando mesmo, ainda mais agora com essa questão de aumento de mercado, né? Tá tudo bem mais caro, então sempre no final do mês é tudo no cartão.”. (Entrevistado(a) 19 – Norte).

“Não sobra. Falta! A gente vive em função do crédito, pagando pra poder gastar de novo.”. (Entrevistado(a) 25 – Centro-Oeste).

“Quando acaba o dinheiro, eu uso o cartão. Se eu não tiver crédito no cartão, eu peço pro meu irmão ou a uma amiga minha muito próxima que me empreste tanto até o pagamento.”. (Entrevistado(a) 2 – Norte).

Esses comportamentos evidenciam avaliações *ex post facto*, pois, os entrevistados só analisaram que o orçamento foi mal executado, quando os fatos já haviam sido consumados, rotina que, para eles, parece ser um hábito, o que justifica a frequência com que tais avaliações acontecem, já que Thaler (1999) considera que as avaliações de caráter *ex post* não seriam tão corriqueiras a menos que uma transação atípica se tornasse mais comum, o que parece ser o caso dos indivíduos entrevistados neste estudo.

#### **4.3.3 Indícios de ocorrência da Contabilidade Mental e seus vieses sobre os comportamentos de consumo na dimensão do Cartão de Crédito**

Sendo o Cartão de Crédito um facilitador para a geração de despesas, Carraro e Merola (2018), Paraíso e Fernandes (2019), Khare (2016) e Campara *et al.* (2016), atentaram ao fato de que, este tipo de despesa deve ser observado com maior atenção, pois, em vários países, ele é o fator que mais impulsiona os indivíduos ao endividamento e, em muitos casos, também à inadimplência. Nesse sentido, alguns registros evidenciados nas entrevistas, especialmente na questão 16, que perguntava a opinião dos entrevistados acerca da influência do cartão de credito sobre o orçamento e o planejamento, revelaram que, os entrevistados concordam com a ideia de que o cartão de crédito pode ser um propulsor para a alta nas

despesas domésticas e para um consequente desequilíbrio no orçamento, que, por sua vez desestruturaria o planejamento da família, o que significa que, a dimensão do Cartão de Crédito influencia a dimensão da Renda, que consequentemente afeta a dimensão do Planejamento. Alguns desses relatos seguem transcritos abaixo:

“Sim, o cartão influencia as despesas sim. Se não souber o limite que tu pode gastar... porque assim, tem o limite que você pode gastar por mês e o limite do cartão, né? O que tu pode gastar é você que limita até X valor, mas as vezes o cartão tem o dobro desse teu limite, então se gastar todo o limite do cartão você fica mal financeiramente. Tem pessoas que não tem esse controle mental, nem botam no papel o quanto podem gastar no mês, só vai gastando o limite e se descontrolam financeiramente.”. (Entrevistado(a) 1 – Norte).

“Com certeza influencia o orçamento, porque as vezes as pessoas passam coisas desnecessárias no cartão. Eu mesma tenho um vizinho aqui que as vezes usa uma boa parte do cartão de credito pra comprar bebida, porque no final de semana tem que ter uma farrinha. Não tenho nada contra. O dinheiro é dele, cada um faça o que quiser, mas eu acho que é uma coisa desnecessária. Você fazer isso de vez em quando tudo bem, mas fazer todo fim semana? “Ah, não tenho dinheiro hoje pra comprar cerveja, mas tenho o cartão de credito, então vamos passar no cartão de credito. Não acho vantagem não (risos)”. (Entrevistado(a) 11 – Nordeste).

“O cartão de crédito influencia muito o orçamento, porque brasileiro não sabe usar cartão. Vira bola de leve, depois nem consegue pagar o que gastou.”. (Entrevistado(a) 13 – Sudeste).

“O cartão influencia, com certeza, porque as pessoas usam o credito como se fosse uma fonte de renda, quando na verdade ele vai se tornar mais um gasto, é uma falsa cobertura. Você tá aumentando sua dívida, não tá quitando. As pessoas usam como se fosse uma renda extra, como se não tivesse que pagar depois. Talvez até eu mesma tenha essa consciência, porque a gente usa o cartão sem ter recebido ainda.”. (Entrevistado(a) 16 – Sul)

“Aham, influencia o planejamento, com certeza! Vamos supor que uma pessoa tem um limite muito alto e começa a gastar muito dinheiro e vai se endividando mais e mais e aí paga aquele valor mínimo e vai subindo o juros e mais juros, aí já era, já tá enrolada né? A pessoa parece que vê o cartão como uma fonte de renda extra. Se ganha mil reais e o limite do cartão é dois mil, então ela ganha três mil (risos). Tem gente que pensa e faz isso realmente.”. (Entrevistado(a) 18 – Centro-Oeste).

Como mencionado pelos entrevistados, algumas pessoas parecem ver o cartão como uma receita e não uma despesa, característica que estimula padrões financeiros dispendiosos e que podem desestruturar o orçamento e o planejamento, conforme sugerem as linhas de raciocínio de Sui, Sun e Geyfman (2020), Fan, Zhong e Zhu (2020), Nashawati (2018), Carraro e Merola (2018), Paraíso e Fernandes (2019), Khare (2016) e Campara *et al.*, (2016). No entanto, apesar de estes relatos evidenciarem uma percepção negativa do cartão de crédito, uma parte dos indivíduos entrevistados admitiu que o cartão pode ser também benéfico para o planejamento familiar, desde que usado com consciência:

“Acho que influencia o planejamento se for o caso de comprar coisas maiores, por exemplo, quando a pessoa precisa comprar alguma coisa que seja mais caro, ela pode se planejar pra colocar no cartão de crédito e se organizar pra pagar isso a longo prazo porque dá pra parcelar né? Acho que isso é a melhor coisa do cartão. E questão de fim de mês mesmo, que a gente comentou que o dinheiro vai acabando, aí a pessoa com o cartão pode passar ali e deixar pra pagar quando o dinheiro cair de novo, mas ela tem que ser muito inteligente pra saber colocar isso no próximo mês pra não se endividar mais ainda.”. (Entrevistado(a) 3 – Centro-Oeste).

“Eu vejo assim... às vezes a pessoa quer comprar alguma coisa de valor maior e não tem dinheiro pra comprar a vista, então sai mais fácil ela comprar utilizando o cartão de crédito. Então olhando por esse lado, ajuda, porque ela vai ter condições de pagar uma parcela menor todo mês. Mas se a pessoa não tiver controle desses gastos e for colocando outras coisas em cima disso, aí vai complicar o orçamento. Mas eu acho que, de certo modo, ele pode sim ajudar, mas é preciso ter muito controle pra não se enrolar e se endividar, que é quando acontece a bola de neve. Mas eu acho que às vezes o cartão é necessário, principalmente pra pessoas de baixa renda que as vezes tem uma urgência, ele acaba ajudando.”. (Entrevistado(a) 21 – Nordeste)

“Eu acho que o cartão ajuda quando as pessoas tem bom senso, tem que saber comprar. E ele não ajuda quando a pessoa não tem esse bom senso, sai comprando sem necessidade e acaba numa bola de neve de dívidas.”. (Entrevistado(a) 5 – Sudeste).

“Influencia totalmente, acho que para os dois lados. O cartão de crédito, ele pode ser um grande aliado para ti adquirir, conquistar sonhos e compras básicas, sociais e pode ser tua ruína também, se usar em desespero e ter um limite alto, acho que é o primeiro passo para ti ter um terrorismo financeiro da família. Acho que influencia total. Com certeza. Tanto pro bem, quanto pro mal.”. (Entrevistado(a) 20 – Sul).

Essas opiniões reforçam, mais uma vez, a proposição levantada neste estudo de que, as dimensões do Planejamento, da Renda e do Cartão de Crédito, no processo da Contabilidade Mental, são codificadas todas juntas, já que estão interligadas umas às outras, como sugeriam os estudos de Bae, Hanna e Lindamood (1993), Thaler, (1999), Carraro e Merola (2018), Paraíso e Fernandes (2019), Khare (2016), Campara *et al.* (2016) e Sui, Sun e Geyfman (2020).

Ainda sobre a Etapa de Codificação da Contabilidade Mental, na dimensão do Cartão de Crédito, presumia-se que a fatura do cartão de crédito poderia ser vista como uma combinação de várias perdas menores, que seriam integradas em um pagamento mensal único (THALER, 1985; 1999). Isso, na interpretação realizada neste estudo, também se confirmou, tendo em vista que, dos entrevistados que relataram fazer uso de cartão de crédito, alguns disseram centralizar todas as suas despesas na fatura do cartão de crédito, justamente como uma forma de visualizar tudo em um único lugar, facilitando tanto a análise das despesas, quanto o pagamento. Além disso, a maioria associava a fatura a coisas negativas quando eram induzidos a mentalizar a fatura de seu cartão de crédito (questão 14):

“Dor, tristeza, desânimo, amargura (muitos risos). Porque atualmente, minha fatura tá alta, ainda mais agora que concentro todos os meus gastos nela, tá bem mais do que eu gostaria que estivesse. Eu já aceitei isso, mas olho e falo ‘Ai, por quê?’. Os pensamentos são negativos, com certeza.”. (Entrevistado(a) 27 – Norte).

“Bate um desespero né, mana? Porque todas as compras do mês a gente faz no cartão, então parece que no final é um valor tipo ‘nossa, né!?!’. Mas olhando ali no extrato direitinho, a gente vê que de fato é tudo que a gente fez. A gente assusta quando vê o valorzão, mas quando para pra ver é aquilo mesmo. Dá uma dorzinha no coração pra pagar, né? Tu olha pra conta e pensa ‘nossa, tô rica!’, aí quando vê vai metade do dinheiro só no cartão, então não é tão legal. Se eu colocar numa balança vai mais pro pensamento ruim, porque se for ver bem, já tá tudo muito caro e a gente tá gastando cada vez mais e aí na hora do cartão é aquele infarto que a gente tem e depois volta ao normal.”. (Entrevistado(a) 10 – Nordeste).

“Há alguns meses atrás que eu tive muitos imprevistos, eu ficava ‘Meu Deus, a fatura veio alta!’ (risos). Eu ficava preocupada, com medo. Eram sentimentos de medo mesmo, preocupação. Os pensamentos me remetiam a essas coisas negativas.”. (Entrevistado(a) 23 – Sudeste).

“[...] quando pensei na fatura foram negativos, com certeza, dolorosos.”. (Entrevistado(a) 20 – Sul).

“É descontrole. É frustrante, a palavra é frustração, porque todo mês eu me comprometo que não vou assumir gastos altos pra eu poder guardar um dinheiro e todo mês é o mesmo problema: passamos tudo no cartão. Mas sendo sincera, eu não olho a fatura do cartão, só controlo o valor total, porque não gosto da sensação. (Entrevistado(a) 25 – Centro-Oeste).

Esses achados permitem inferir que, de fato, a fatura do cartão de crédito pode ser percebida como um aglomerado de várias perdas menores, sendo editada hedonicamente na forma de integração de perdas, porque a dor de várias perdas seria sentida uma única vez, aumentando a percepção de utilidade de transação (satisfação) do indivíduo (THALER, 1985; 1999). Daí também se justifica a tendência de alguns entrevistados em querer centralizar as despesas em um só lugar, no caso, na fatura.

Sobre a Etapa de Avaliação da Contabilidade Mental, na dimensão do Cartão de Crédito, há de se fazer uma conexão com a Etapa de Codificação, porque, diferentemente das outras duas dimensões (Planejamento e Renda), na dimensão do Cartão de Crédito, a Avaliação foi muito associada à forma como os entrevistados percebiam a fatura do cartão e como eles a codificam. Dessa forma, os entrevistados avaliaram a utilidade de transação do evento econômico “fatura” quase sempre negativamente, porque relatavam a impressão de pagar por algo que “já passou”, ou mesmo, arrependimento de ter usado o cartão, conforme demonstram as transcrições dos registros:

“Penso que tenho que pagar mesmo, quando chegar o dia de pagar. O sentimento que dá é de dó de pagar uma coisa que já gastou.”. (Entrevistado(a) 6 – Nordeste).

“[...] me vem um pensamento negativo porque tu reflete se comprou coisas que realmente precisava e vê que gastou com besteira, entendeu? [...] Aí quando chega a fatura tu nem lembra com o que gastou e porquê tá tão alto. Eu acho que as pessoas usam o cartão como se fosse até uma renda extra.”. (Entrevistado(a) 26 – Nordeste).

“Eu penso em coisas boas porque tudo que eu fiz tá lá, né? (risos) A parte ruim é ter que pagar. Fica negativo meu pensamento quando eu penso “putz, eu podia ter pago no débito”. Se tivesse me organizado mês passado pra conseguir ter esse dinheiro pra usar no uber, usar em tal coisa, não precisava ter esse gasto no cartão, não precisava ter essa dívida, porque o cartão de crédito é uma dívida, né? Me dá uma sensação ruim eu usar muito o crédito, porque eu gostaria de não ter essa fatura.”. (Entrevistado(a) 16 – Sul).

“É uma sensação de, pelo menos, desconforto, quando eu vejo o tanto que eu gasto com coisa boba.”. (Entrevistado(a) 25 – Centro-Oeste).

“Vem na minha mente “porque eu gastei tanto?” (risos) “por que eu me excedi em algumas coisas que não deveria ter comprado no cartão e comprei?” e também ultimamente ver o que eu gastei de gasolina me deixa no mínimo desconfortável. Digamos que 70% do que eu gasto no cartão é gasolina. Isso tudo me remete a sensações negativas porque quando eu olho pra fatura do cartão eu penso que é uma falha minha, um erro meu. Vem como se batesse na minha cara mesmo, tipo, “tu tá gastando demais, tá um exagero?”, entendeu?”. (Entrevistado(a) 21 – Nordeste).

A explicação para esse fenômeno é dada por Thaler (1999) e Khare (2016), que explanam que, quando uma pessoa realiza uma despesa no cartão de crédito, há uma dissociação entre a compra e o consumo, e por isso a mente do indivíduo entende que não irá pagar por aquele gasto naquele exato momento. No entanto, conforme os relatos dos entrevistados, quando a “conta chega”, fica exatamente a sensação de se pagar por algo com certo “*delay*”, ou seja, no momento da avaliação, só há a “dor da perda”, representada pelo pagamento da fatura, sem a contrapartida do “prazer do ganho”, que seria o ato do consumo. Isso também permite concluir que as avaliações realizadas na dimensão do cartão de crédito, no âmbito deste estudo, foram todas realizadas em caráter *ex post*, porque os indivíduos estavam avaliando, a todo momento, um evento que já passou.

Por fim, a Etapa de Categorização, na dimensão do Cartão de Crédito, também apresentou indícios de ocorrência, tendo em vista que, embora haja, em alguns casos, centralização de despesas na fatura, cada despesa dessas tinha, para os entrevistados, um rótulo que permitia identificar o tipo de gasto realizado, como demonstram alguns exemplos das respostas dadas à questão 13:

“Eu uso é pra vaidade mesmo, né? Loja, gasolina, essas coisas. Roupas, maquiagem, coisas assim.”. (Entrevistado(a) 24 – Nordeste).

“Passo tudo, né? Uber, 99, farmácia, jantar, lanche, cinema. Tudo que eu puder passo no cartão de crédito, principalmente agora que tem *cash back*, agora é que eu passo no cartão mesmo.”. (Entrevistado(a) 22 – Nordeste).

“Supermercado, farmácia, às vezes um lazer, né? Sair pra algum restaurante diferente, mas os principais são supermercado e farmácia, ou algum imprevisto que surge, mas no geral é isso.”. (Entrevistado(a) 19 – Norte).

“Acho que é mais roupa, e quando falta alguma coisa pra casa. Minha casa é nova, mas tem algumas coisas nela que eu não gosto, então eu sempre tô comprando alguma coisa de material de construção pra dar um *up* aqui em casa, tipo tinta, acessórios de jardim, pra planta, remédios, dentista, gasolina quando falta. E só no final do mês que a gente vê né?”. (Entrevistado(a) 26 – Norte).

“Tudo que eu puder, eu passo no cartão pra poder ter milha depois de estar trocando por viagens. Tudo é tudo mesmo. Eu pago o apartamento no cartão, o boleto do carro, energia, seguro, tudo no cartão. Eu saio pra jantar, é no crédito, mercado é no crédito [...]”. (Entrevistado(a) 18 – Centro-Oeste).

“Basicamente todas as despesas que eu te citei antes é no cartão: o plano do celular, o seguro, meu treino, quando eu pago algum curso [...]”. (Entrevistado(a) 4 – Centro-Oeste).

A única coisa que passo no cartão é, por exemplo, roupa, ou se eu quiser comprar algo mais caro eu parcelo, essas coisas[...]. Mas geralmente é isso, roupa, coisas de maior valor.”. (Entrevistado(a) 14 – Sudeste).

“Eu costumo usar quando há algum problema de saúde, quando preciso pagar remédio fora do previsto, ou uma consulta que eu preciso pagar... E quando eu, não sei, tô precisando de roupa e o valor da receita do mês não vai dar pra incluir essa despesa, então eu uso o cartão de crédito e parcelo.”. (Entrevistado(a) 23 – Sudeste).

“Uso sempre pras despesas que não são fixas e mapeadas no mês. Sempre pra compras extras. No caso, os gastos não planejados, 100% eles (risos)”. (Entrevistado(a) 20 – Sul).

“Academia, medicação, comida, transporte, tipo uber, lazer pra fazer alguma coisa, shopping..”. (Entrevistado(a) 16 – Sul).

Mediante estes registros, se verifica que a Etapa de Categorização, na dimensão do Cartão de crédito, muito se assemelha aos registros encontrados na dimensão da Renda, muito provavelmente porque, uma dimensão integra a outra, como já citado anteriormente.

#### 4.4 EVIDENCIAÇÃO DA CATEGORIA DE COMPORTAMENTO DE CONSUMO COM MAIOR NÚMERO DE INDÍCIOS DE OCORRÊNCIAS DA CONTABILIDADE MENTAL E SUAS POSSÍVEIS CAUSAS

Tendo em vista que cada uma das três dimensões das finanças domésticas (Planejamento, Renda e Cartão de Crédito) pode assumir a vertente da categoria equilibrada ou da categoria excessiva de comportamentos de consumo (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020; FAN; ZHONG; ZHU, 2020; NASHAWATI, 2018; CARRARO; MEROLA, 2018; PARAÍSO; FERNANDES, 2019; KHARE, 2016; CAMPARA *et al.*, 2016), esta seção tem

por objetivo evidenciar, justamente, a categoria de comportamentos de consumo (Equilibrada ou Excessiva) com maior número de ocorrências da Contabilidade Mental e as possíveis causas para a frequência destas ocorrências

Sabe-se que a vertente equilibrada dos comportamentos de consumo, sejam eles na dimensão do planejamento, da renda ou do cartão de crédito, diz respeito a hábitos financeiros e padrões de consumo bons ou ótimos e que não prejudicam a saúde financeira do indivíduo e/ou de sua família. Já a vertente excessiva se refere a hábitos e padrões de consumo dispendiosos e que desestabilizam as finanças domésticas, reforçando a tendência ao endividamento das famílias e à inadimplência (SUI; SUN; GEYFMAN, 2020; FAN; ZHONG; ZHU, 2020; NASHAWATI, 2018; CARRARO; MEROLA, 2018; PARAÍSO; FERNANDES, 2019; KHARE, 2016; CAMPARA et al., 2016).

Nesse sentido, conforme explicado no capítulo de Revisão de Literatura, dada a nocividade dos comportamentos de consumo excessivos, alguns autores se propuseram a investigar os motivos que levam as pessoas a desenvolver tais comportamentos. Alguns desses motivos são, por exemplo, a mudança no estilo de vida da pessoa, situações inesperadas, falta de planejamento, desemprego, influência das mídias, imediatismo, impulsividade, compulsividade, necessidade de ostentar e até a própria cultura brasileira. (BAE; HANNA; LINDAMOOD, 1993; FAN; ZHONG; ZHU, 2020; NASHAWATI, 2018; PARAÍSO; FERNANDES, 2019; CARRARO; MEROLA, 2018; CAMPARA et al., 2016; CERBASI, 2016; KHARE, 2016). Nota-se ainda que, esses motivos manifestam-se principalmente a partir de sentimentos, emoções e expectativas dos indivíduos, ou seja, fatores que se desenvolvem no campo inconsciente e irracional da mente, que é o mesmo campo em que o processo cognitivo da Contabilidade Mental acontece. Por isso, neste estudo se admitiu a ideia de que, talvez, as pessoas com tendências a comportamentos de consumo excessivos estivessem mais suscetíveis aos vieses da Contabilidade Mental, e seu processo como um todo, do que pessoas com comportamentos de consumo equilibrados. No entanto, esta premissa não se confirmou.

Ao contrário do que se previa com base na literatura, verificou-se que, para a categoria dos Comportamentos de Consumo Equilibrados houve 168 registros de ocorrências da Contabilidade Metal, sendo 131 deles correspondentes às etapas (Codificação, Categorização e Avaliação) e 37 correspondentes aos vieses (Aversão ao Arrependimento, Efeito Dotação, Psicofísica, Autocontrole e Custo Afundado). Já para a categoria de Comportamentos de Consumo Excessivos houve 74 ocorrências da Contabilidade Mental, sendo 59 deles referentes às etapas e 14 referentes aos vieses. Em outras palavras, o processo cognitivo da

Contabilidade Mental se manifestou mais que o dobro de vezes sobre os comportamentos de categoria equilibrada, do que sobre os comportamentos de categoria excessiva, o que permite desconsiderar a ideia que houvesse uma relação mais forte entre a Contabilidade Mental e os comportamentos excessivos. Os dados descritos seguem apresentados na Tabela 8.

Tabela 8: Frequências de ocorrência da Contabilidade Mental em cada uma das Categorias de Comportamentos de Consumo.

<b>Vieses da Contabilidade Mental / Categoria de Comportamentos de Consumo</b>	<b>C.C. Equilibrado</b>	<b>(%) C.C. Equilibrado</b>	<b>C.C. Excessivo</b>	<b>(%) C.C. Excessivo</b>	<b>Total de Ocorrências</b>	<b>(%) Total</b>
Etapa de Codificação	37	69%	17	31%	54	100%
Etapa de Categorização	57	76%	18	24%	75	100%
Etapa de Avaliação	37	61%	24	39%	61	100%
Princípio da Psicofísica	1	11%	8	89%	9	100%
Viés do Autocontrole	34	97%	1	3%	35	100%
Efeito Dotação	2	40%	3	60%	5	100%
Viés do Custo Afundado	0	-	2	100%	2	100%
Aversão ao Arrependimento	0	-	0	-	0	-
<b>Totais</b>	<b>168</b>	<b>70%</b>	<b>73</b>	<b>30%</b>	<b>241</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Como se verifica na Tabela 8, alguns vieses do processo cognitivo da Contabilidade Mental aparecem, explícitos e em maior número, no grupo dos comportamentos de consumo equilibrados, e outros aparecem mais no grupo dos comportamentos de consumo excessivos, mas de forma geral, os equilibrados predominaram, sendo 70% das ocorrências nestes grupo, enquanto os excessivos tem apenas 30%.

A Etapa de Codificação, por exemplo, teve 37 registros (69%) coocorrentes com os comportamentos de consumo equilibrados e 17 (31%) com comportamentos de consumo excessivos. Isto talvez tenha ocorrido porque os entrevistados que descreveram seus comportamentos de consumo equilibrados no ato da entrevista, geralmente associavam tais comportamentos frequentemente às três dimensões das finanças domésticas (Planejamento, Renda e Cartão de Crédito) explicando sua rotina em cada uma delas e repetindo várias vezes a etapa de Codificação, como evidenciado na seção anterior. Já os entrevistados que descreveram comportamentos de consumo excessivos durante as entrevistas, talvez até por desconhecimento, não se estendiam tanto nas explicações, o que concomitou em uma menor frequência da Codificação neste grupo.

Além disso, tendo em vista que a Etapa de Codificação tem relação com o viés do Princípio da Psicofísica, teoricamente, deveria haver contribuição destes para um comportamento mais excessivo, porque o viés (Psicofísica) tende a convencer uma pessoa de que a utilidade de transação de um negócio foi boa, mesmo quando não foi, o que pode interferir na percepção de edição hedônica da pessoa na etapa de codificação. É o caso, por exemplo, de indivíduos que compram coisas inúteis só porque o preço estava “imperdível” (THALER, 1985; AVANZI *et al.*, 2020). Embora este viés tenha ocorrido apenas 1 vez (11%) no grupo dos equilibrados, salienta-se que, no grupo dos excessivos, tendo ocorrido 8 vezes (89%), ele de fato reforçou hábitos dispendiosos, como por exemplo, gastar por impulso. Os(as) Entrevistados(as) 7 e 17 –Nordeste e 26 – Norte descrevem experiências assim:

“A gente usa o cartão todo mês, mas a gente gasta com coisas necessárias. Só esse mês que comprei um negócio na *Shein*, porque tava muito barato, aí parcelei em três vezes.”. (Entrevistado(a) 7 – Nordeste).

“[...] eu compro muito pela internet e as vezes entro lá e vejo algo em promoção e aí já viu, né? As vezes você nem tá precisando daquilo, mas viu que tá uns R\$ 20, 30 mais barato e compra.”. (Entrevistado(a) 17 – Nordeste).

“[...] Por exemplo, jogo de panela. Eu tenho um monte, mas teve um que achei o design bonito e comprei, foi um gasto desnecessário, mas pela beleza do que te atrai você vai e compra e depois lembra que não tem dinheiro. Eu lembro como se fosse ontem eu indo comprar, lembrei ‘Eu não tenho dinheiro. Mas tô com o cartão! Vou comprar! Aí passa no cartão.’. (Entrevistado(a) 26 – Norte).

A Etapa de Categorização, por sua vez, teve 57 ocorrências (76%) registradas enquanto se falava em comportamentos equilibrados e 18 (24%) quando se falava em comportamentos excessivos. Isso aconteceu porque, na maioria dos registros, isto é, no grupo dos equilibrados, os entrevistados minuciavam as estratégias que usavam para manter seu orçamento equilibrado, e com frequência, citavam contas mentais que faziam algum sentido na realidade doméstica deles. Já no grupo dos excessivos não havia tantos detalhes sobre como o orçamento era seguido. Todos esses relatos, no entanto, apresentavam mecanismos que, segundo os entrevistados, os auxiliavam a seguir seu planejamento e orçamento, servindo como uma espécie de autocontrole:

“Eu tenho uma planilha que eu registro tudo que eu faço. se comprar uma bala eu tenho que colocar lá. Aí tenho um valor fixo que posso gastar e outro valor que deixo só pra coisas de lazer. Quando passa desses valores, a planilha já me aponta que não posso gastar mais. Aí eu passo a me controlar mais.”. (Entrevistado(a) 14 – Sudeste).

“Ah, é um controle total dos gastos mensais né? Principalmente com uso de planilha pra um controle detalhado do que se gasta mensalmente.”. (Entrevistado(a) 20 – Sul).

“Então, com base nesse planejamento que tenho no meu celular, eu tenho um controle dos clientes a pagar, dos clientes que não vão pagar e com base nisso eu vou separando... com esse dinheiro, pago tal conta, com esse outro tal conta, esse eu reservo e tal.”. (Entrevistado(a) 18 – Centro-Oeste).

“Hoje eu tenho um caderno onde eu anoto os meus gastos e atualmente estou tentando cortar um pouco deles.”. (Entrevistado(a) 21 – Nordeste).

“Eu coloco como limite no meu cartão um valor de R\$1.200,00 e esse valor já fica reservado pro cartão, aí quando acaba, acabou, não tem mais. “. (Entrevistado(a) 1 – Norte”.

Esses resultados estão de acordo com a teoria de Thaler (1980), que afirma que o viés do autocontrole faz com que as pessoas se utilizem de ferramentas para manter a disciplina nas mais variadas atividades que se propõem a fazer, inclusive na área financeira. Além disso, Miotto e Parente (2015), Constantino (2020) e Sui, Sun e Geyfman (2020) sugerem ainda que o viés do autocontrole tem estreita relação com a etapa de categorização porque as categorias atribuídas às receitas e despesas permitem rastrear o fluxo, a disponibilidade e destinação dos recursos disponíveis, funcionando como um dispositivo para controle do orçamento e contribuindo para um comportamento de consumo equilibrado. Por isso, talvez se justifique o fato de o viés do autocontrole ter aparecido 34 vezes (97%) no grupo dos comportamentos equilibrados e apenas 1 vez (3%) no grupo dos comportamentos excessivos.

Outro ponto a salientar ainda sobre a Etapa de Categorização é que para alguns autores como Lima (2003), Kitch *et al.* (2016) e Zanetta (2016), o ato de categorizar receitas e despesas afasta os indivíduos ainda mais da racionalidade, de modo que eles tratarão seus problemas financeiros de forma segmentada, mesmo que isso os prejudique e reforce um comportamento de consumo excessivo. Como já explicado, um exemplo muito comum disto é quando uma pessoa se serve de recursos de terceiros para pagar dívidas, mesmo tendo recursos próprios. Este é o Efeito Dotação, que leva as pessoas a supervalorizar um item de sua propriedade mais do que itens que são de terceiros e na visão dos autores (LIMA, 2003; KITCH *et al.* 2016; ZANETTA, 2016) é viés reforçador de comportamentos excessivos, embora tenha aparecido em ambos os grupos de registros, sendo 2 (40%) no equilibrado e 3 (60%) no excessivo. No caso do grupo dos comportamentos excessivos, os Entrevistados(as) 2, 16 e 24 explicaram os motivos de nunca usarem o próprio dinheiro, motivos os quais parecem de fato potencializar hábitos não tão bons para as finanças domésticas:

“Poderia estar guardando? Poderia. Até daria se eu seguisse mais à risca um planejamento financeiro. Estaria guardando e não estaria no vermelho. Mas sinto que vivo bem, porque se eu começasse a guardar eu não teria uma qualidade de vida melhor, eu estaria me resguardando em não sair, em não fazer um passeio, não ter qualidade de vida com meu filho pra ficar guardando dinheiro. Então acabo usufruindo do meu dinheiro pra ter uma qualidade de vida. São duas opções: ou guardo dinheiro ou tenho qualidade de vida. Então pra mim, vale a pena esse estilo de vida de não guardar e, quando precisar, fazer um empréstimo.”. (Entrevistado(a) 2 – Norte).

“Eu sempre tive esse habito de ter minhas contas fixas e depois passar tudo no credito. Mesmo que eu tivesse dinheiro, eu não usava o debito, só usava o crédito, porque eu não via o cartão como uma dívida [...]”. (Entrevistado(a) 16 – Sul).

“Tem alguns meses que a gente fica um pouco apertado, nada exorbitante, mas as vezes aperta. Aí a gente usa o cartão, a reserva a gente não mexe jamais.”. (Entrevistado(a) 24 – Nordeste).

Já no grupo dos equilibrados, os(as) Entrevistados(as) 4 e 21 relataram suas experiências de não usar o próprio dinheiro, mesmo que tivessem recurso e/ou estivessem precisando, por conta de um autocontrole mesmo ou em detrimento de um propósito “maior”, na visão deles(as):

“Tudo eu faço pelo cartão, mesmo que eu tenha um dinheiro no débito, eu passo no cartão pra aumentar o limite. E também porque me dá certo controle, eu consigo ter noção da fatura, posso pagar antes do esperado [...]”. (Entrevistado(a) 4 – Centro-Oeste).

“[...] todo mês eu tento guardar uma quantia. Tô quase desistindo disso porque a situação tá bem difícil, mas basicamente é um dinheiro que eu não mexo. Eu coloco ele numa aplicaçãozinha mesmo de banco.”. (Entrevistado(a) 21).

Estes registros, ademais, parecem ferir o princípio da fungibilidade do dinheiro (THALER, 1985), uma vez os entrevistados categorizam o próprio dinheiro como se ele tivesse um rótulo e função única ao dizerem “a reserva a gente não mexe jamais”, por exemplo, ou ainda, usar sempre o crédito ao invés do débito, sendo que ao final ambos serão pagos com o mesmo recurso, qual seja a renda do entrevistado.

Por fim, a Etapa de Avaliação apareceu 37 vezes (61%) enquanto se discutia acerca de comportamentos equilibrados e 24 vezes (39%) quando o assunto era os comportamentos excessivos. Essa percepção de haver mais avaliação no grupo dos comportamentos equilibrados do que no grupo dos excessivos não seria uma interpretação equivocada dos resultados, tendo em vista que a maioria dos entrevistados disse realizar algum tipo de avaliação pelo menos uma vez ao ano, o que quer dizer que o orçamento é revisto de tempos em tempos, buscando sempre o equilíbrio e o planejamento a longo prazo.

Entretanto, há de se notar que, em termos de proporção, a Etapa de Avaliação foi a que teve menor diferença entre os registros do grupo dos equilibrados (37 vezes) e excessivos (24 vezes), com uma variação de 22% entre um e outro apenas. Isto porque, talvez, os entrevistados que citaram comportamentos excessivos durante as entrevistas mencionem desaproveitar certas utilidades de transação muito mais do que os entrevistados que citaram comportamentos equilibrados mencionaram aprovar certas utilidades de transação, pois, geralmente, quem perde reclama, mas quem ganha pode não manifestar tantas expressões, ou seja, os equilibrados não falam tanto sobre os resultados que aprovam, como os excessivos enfatizam os resultados que desaprovam. Isso também justifica as 8 ocorrências do princípio da psicofísica no grupo dos excessivos, como já discutido, já que este viés pode influenciar a percepção de utilidade de transação das pessoas (THALER, 1985). Além disso, o viés do custo afundado, que também se relaciona com a Etapa de Avaliação, foi o único a aparecer somente no grupo dos registros de comportamentos excessivos, com 2 registros (100%), justamente porque no ato da avaliação, um indivíduo pode perceber um mal negócio irreversível e tentar recuperar o investimento perdido, repetindo todo o processo cognitivo por várias e várias vezes, mesmo que não tenha sucesso (THALER, 1980). Esse viés foi percebido nos relatos dos Entrevistados(as) 14 e 6, ambos relatando comportamentos excessivos sobre o uso do cartão de crédito:

“Antes eu ficava enrolando pra pagar o cartão, parcelava os valores em umas cinco vezes e aí juntava com o do mês seguinte e era pior ainda. Era uma loucura. Aí eu tinha que fazer extra lá no trabalho pra tentar cobrir e nunca conseguia... loucura. Eu pagava tudo atrasado.”.

“[...] tem pessoas que tem cartão e não quer gastar, mas quer que aumente o limite. Aí a pessoa passa na maquininha dela mesma e parcela em várias vezes pra depois ir pagando. Eu mesma faço isso, porque aí eu antecipo um dinheiro que não tenho... passo o cartão na maquininha e saco o dinheiro, aí depois pra pagar a fatura, só Deus sabe (risos).”.

Estes dois relatos foram interpretados como custo afundado porque demonstram uma busca ininterrupta por uma renda que “tapa o buraco” de uma dívida que não acaba, dívida a qual os próprios entrevistados admitem ter contraído em virtude de maus hábitos financeiros. É a famosa “bola de neve financeira”, da qual não se consegue sair, justamente porque a origem dela são os maus hábitos financeiros, que continuam alimentando a dívida, ou seja, são tentativas vãs de recuperar um *status* equilibrado, já que o problema não é a dívida em si, mas os maus comportamentos que a originam. Se o comportamento não se altera, o ciclo continua.

Por último, o viés da Aversão ao Arrependimento não foi registrado de forma explícita, isto é, nenhum registro foi codificado com este código porque os entrevistados não citaram nada que pudesse ser interpretado como ocorrência deste viés. No entanto, isto não significa que ele não esteja presente, já que ele pode ocorrer de forma oculta em qualquer uma das etapas da Contabilidade Mental, quando um indivíduo evita ou permanece inerte a alguma alternativa, conforme explica Lima (2003).

Mediante o exposto, conclui-se que alguns vieses do processo cognitivo da Contabilidade Mental parecem ser “bons” para as finanças domésticas, como é o caso do viés do autocontrole; e outros vieses parecem ser “ruins”, como o princípio da psicofísica, o efeito dotação e o viés do custo afundado. No entanto, neste estudo, verificou-se que, o processo cognitivo da Contabilidade Mental como um todo apresentou maior número de indícios de ocorrência quando se discute sobre comportamentos de consumo equilibrados, o que segue uma linha de raciocínio mais otimista em relação a como esses vieses interferem nos comportamentos de consumo das pessoas. Isto vai ao encontro dos estudos de Miotto e Parente (2015), Constantino (2020), e Sui, Sun e Geyfman (2020), que são unânimes em afirmar que a Contabilidade Mental é benigna às finanças domésticas e que ela promove o comportamento de consumo equilibrado.

#### 4.5 ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS INDIVÍDUOS SOBRE SEUS PRÓPRIOS COMPORTAMENTOS CONSUMO E O FENÔMENO DA CONTABILIDADE MENTAL NOS CONTEXTOS DE ANTES E DURANTE A PANDEMIA

Esta seção se presta a evidenciar os resultados encontrados para o objetivo específico V, qual seja, analisar as percepções dos indivíduos entrevistados no que diz respeito a seus próprios comportamentos de consumo e o fenômeno da Contabilidade Mental nos contextos de antes e durante a pandemia.

Como já demonstrado na seção 4.2, que apresentou os resultados do objetivo específico II no início do capítulo, é evidente que os perfis financeiros e comportamentos de consumo adotados pelos entrevistados no período de antes da pandemia se alteraram com a chegada desta, considerando que, devido à recessão, alta inflação e alta no desemprego, houve mudanças nos padrões de vida dos brasileiros e em seus hábitos de consumo. Tais resultados demonstram que, da mesma forma, de fato, houve mudanças nas decisões financeiras dos brasileiros entre os períodos de antes e durante a pandemia, o que confirma que, contextos econômicos sem crise geram determinadas decisões financeiras e contextos mais críticos

tendem a gerar decisões diferentes das quais um indivíduo tomaria em um contexto considerado normal, conforme defendiam Krugman e Wells (2007), Gonçalves e Guimarães (2010) e Varian (2015). Posto isto, dadas as devidas proporções entre quantidade de estados por região, salienta-se ainda que as regiões com maior número de entrevistados relatando mudanças em seus hábitos não foram as regiões que abarcam os estados tidos como os mais afetados pela pandemia, quais sejam SP, ES, RJ e DF (regiões Sudeste e Centro-Oeste) (SHAEFER *et al.* 2020; NEWS GOOGLE, 2021), e sim, as regiões Norte e Nordeste.

Christakis (2020), por sua vez acrescenta que, em tempos de pandemia e cenários instáveis, as pessoas tendem a se tornar mais conservadoras em todas as áreas da vida, inclusive na área financeira. Essa teoria de Christakis (2020) se confirmou neste estudo, dado que, dos 27 entrevistados, 10 relataram mudanças efetivas em seus hábitos de consumo e padrões da vida financeira, sendo que 8 deles saíram de perfis considerados de categoria excessiva para perfis que se enquadram na categoria equilibrada. Ademais, 25 entrevistados disseram que depois da pandemia se identificaram com perfis equilibrados, permanecendo apenas 2 entrevistados com perfis de categoria excessiva. Isso se materializou ainda mais quando na análise de conteúdo foram verificadas 86 coocorrências entre as unidades de registro codificadas com o código “CC01” (C.C. Equilibrado) e “CS01” (Contexto Antes da Pandemia) contra 158 coocorrências entre as unidades de registro codificadas com o código “CC01” (C.C. Equilibrado) e “CS02” (Contexto Durante a Pandemia), ou seja, comportamentos de consumo equilibrados, se comparados ao período de antes da pandemia, foram citados quase o dobro de vezes quando os entrevistados se referiam ao período de durante a pandemia. Os comportamentos de consumo excessivos, por outro lado, não deixaram de existir, mas foram menos frequentes. O número de coocorrências entre as unidades de registro codificadas com “CC02” (C.C. Excessivo) e “CS01” (Contexto Antes da Pandemia) foi de 67, contra 82 coocorrências das unidades de registro codificadas com o código “CC01” (C.C. Excessivo) e “CS02” (Contexto Durante a Pandemia).

Esses achados estão também em concordância com Leite (2020), que diz que os comportamentos excessivos, embora tenham se reduzido, ficaram mais evidentes com o advento da pandemia. Isto se confirmou no que alguns entrevistados pontuaram:

“Olha, na pandemia, meus padrões de consumo mudaram muito porque eu parei de sair, então a minha maior fonte de lazer que é sair pra tomar cervejinha, ir num pagode, encontrar os amigos e tal, isso foi cortado. Então teoricamente, o dinheiro que eu não estava gastando, ele sobraria. Mas acontece que não estava sobrando, ele foi remanejado pra outro lugar. Isso me chamou o alerta, porque eu não estava saindo e mesmo assim estava gastando a mesma coisa do que antes, algo estava errado. Foi quando sentei pra e organizar e ver onde era o buraco das minhas

finanças e descobrir o porquê de, mesmo com a pandemia, eu estar gastando quase a mesma coisa do que gastava no meu padrão normal.”. (Entrevistado(a) 27).

“Eu tinha dois empregos e mesmo assim estava numa bola de neve, rodeada de dívidas. Foi na pandemia que eu tive um estalo de parar e refletir que trabalhava tanto e não conseguia nem pagar minhas contas.”. (Entrevistado(a) 14).

“Mas quando entrou a pandemia, eu me perdi nesse meu planejamento, porque gastei muito. Hoje tento me controlar um pouco mais, mas se você me perguntar no que eu gasto tanto dinheiro, eu nem sei te dizer.”. (Entrevistado(a) 16).

“Eu não mudei os meus gastos ainda, mas a pandemia me deixou mais atenta pra que eu me organize. Liguei um alerta de que eu preciso mudar, mas ainda não tomei a atitude.”. (Entrevistado(a) 25).

Esses relatos permitem ainda inferir que algumas das pessoas entrevistadas não tinham o costume de se atentar aos gastos realizados, consumiam de forma automática, sendo necessária a ocorrência de um evento atípico como a pandemia para que a consciência financeira fosse despertada. A partir dessa consciência, a grande maioria deles citou, inclusive, uma percepção no crescimento das despesas domésticas após a pandemia, sem porém haver uma contrapartida nas receitas, e sendo quase unânime a citação de aumento nos preços de produtos de cesta básica, energia elétrica e gasolina:

“Eu posso dizer pelo alimento, isso aumentou bastante. E reflete no cartão de crédito porque eu passo no cartão, aí notei que aumentou um pouquinho desde a pandemia até agora.”. (Entrevistado(a) 1 – Norte).

“Energia aumentou. Gasolina também aumentou, principalmente agora mais recente. No início, quando estava aquele surto, pelo menos aqui, a gasolina abaixou. Mas agora só aumenta cada dia mais. E mercado também aumentou, é uma diferença enorme. Inclusive tiveram contas que fiz antes da pandemia e aí, por causa desses aumentos todos, acabei me apertando e não consegui quitar. Aí parcelei e agora tô nessa, pago uma, ficam duas atrasadas, pago outra e vai ficando atrasado. Isso aconteceu porque tudo aumentou, mas meu salário não acompanhou.”. (Entrevistado(a) 2 – Norte).

“Agora, o que aumentou foi energia, aumentou total. Alimentação também, né? Mercado, tudo aumentou agora, telefone também.”. (Entrevistado(a) 5 – Sudeste).

“Eu sempre morei de aluguel e o aluguel aumentou. [...]”. “E energia também aumentou muito. Eu passo o dia todo fora de casa e meu marido também e mesmo assim, vem um absurdo de caro. Mercado também tá caro demais.”. (Entrevistado(a) 6 – Nordeste).

“Da minha parte, reduziu a renda. Eu tirava mais porque a empresa era só minha, então eu tinha um pró-labore maior e agora estou em sociedade com meus irmãos. [...]”. “[...] tudo nas nossas vidas, infelizmente, circula ao redor do petróleo, né? Então o petróleo aumentou e aumentou a cesta básica, aumentou alimentação, medicamentos, tudo aumentou, infelizmente.”. (Entrevistado(a) 7 – Nordeste).

“Eu perdi meu trabalho, aumentou o aluguel, tudo aumentou. Houve uma crise econômica muito grande e todos nós fomos afetados. A luz aqui da minha cidade

aumentou demais, mercado nem se fale. E com certeza foi efeito da pandemia.”. (Entrevistado(a) 8 – Norte).

“Acho que gasolina e alimentação... subiu muito. A escola da nossa filha, tivemos que colocar ela numa escola com valor menor pra ver se conseguíamos dar uma respirada.”. (Entrevistado(a) 9 – Nordeste).

“As conta se mantiveram as mesmas, mas aumentaram.”. (Entrevistado(a) 10 – Norte).

[...] com a pandemia, as coisas pioraram. Até pra conseguir emprego foi a coisa mais difícil, mesmo tendo experiência, está tudo muito complicado. As empresas não estão contratando diretamente. É tudo terceirizado, aí cai o salario e isso pra mim foi o mais difícil. Nesse período minha renda caiu consideravelmente até que consegui alugar meu apartamento pra me dar uma ajuda.”. “[...] “Alimentação também tá caro. Alimentação, farmácia. A gente não pode adoecer porque se não... tá brabo, muito caro.”. (Entrevistado(a) 11 – Nordeste).

“Mercado subiu bastante, alguns produtos farmacêuticos, gasolina então... é essa situação que a gente vê e energia também, estamos pagando uma tarifa alta, por mais que a gente diminua o consumo, vem sempre alta.”. “[...] Então eu fico pensando que se hoje a situação tá só decaindo, imagina daqui dez anos como vai estar essa situação, já que a gente não tem aumento das receitas e as despesas estão ali no talo?!” (Entrevistado(a) 12 – Nordeste).

“Acho que alimento aumentou um pouquinho. Água, luz, tudo, também aumentaram. Antes era um valor bem menor e agora depois da pandemia subiu bem mais.”. (Entrevistado(a) 14 – Sudeste).

“Agora, com relação às despesas fixas, uma conta que mudou e muito foi o mercado porque elevou bastante e olha que moro sozinha. É algo que tenho observado bastante, desde a pandemia até agora, tá numa crescente constante.”. (Entrevistado(a) 17 – Nordeste).

“A única coisa que diminuiu no auge da pandemia foi o combustível porque eu não estava tendo gasto com o carro. Agora, aumentar, tudo aumentou, tá um absurdo.”. (Entrevistado(a) 21 – Nordeste).

“Energia elétrica tá um absurdo, gás tá um absurdo. Nesse aspecto as contas cresceram bastante.”. (Entrevistado(a) 22 – Nordeste).

[...] mercado, sem dúvida, aumentou muita coisa e não é uma despesa de um valor certinho todo mês. Mas com certeza mercado aumentou muito mesmo depois da pandemia.”. (Entrevistado(a) 23 – Sudeste).

“Praticamente dobrou as despesas, depois da pandemia, mas foram as mesmas, não surgiram outras novas. Mercado e luz... aumentou bastante.”. (Entrevistado(a) 24 – Nordeste).

“Agora depois da pandemia, tudo aumentou, mas eu não sei te dizer se foi a pandemia, inflação, ou se foi nosso padrão de vida que aumentou. Eu sei que, hoje, a gente basicamente paga as contas e acaba o dinheiro.”. (Entrevistado(a) 25 – Centro-Oeste).

“A gente tem reparado é mais na compra do mês, ficamos bem assustados porque o carrinho vem vazio, tá tudo muito caro e por isso a gente acaba abrindo mão de algumas coisas e dando uma segurada. Eletrodomésticos e utensílios de casa também. Coisas de construção civil tá muito caro também. Energia também subiu, agora recentemente teve um ajuste. Aqui em casa só somos dois e quase não ficamos

em casa e mesmo assim a conta de luz vem na faixa de 600, 700 reais, realmente muito caro.”. (Entrevistado(a) 26 – Norte).

“O que eu notei que subiu um pouco foi o valor das coisas no mercado, a energia subiu também. Isso deu uma diferença.”. (Entrevistado(a) 3 – Centro-Oeste).

Esses registros sugerem real influência da macroeconomia brasileira na microeconomia onde as famílias estão inseridas, uma vez que, diante de uma economia recessiva e inflacionada na pandemia, com altas principalmente em produtos de consumo básico (IBGE, 2020a; 2021b; LEITE, 2020), as famílias tiveram aumento em suas despesas e, em alguns casos, simultânea queda na renda, como citado por alguns entrevistados, o que provocou desequilíbrio financeiro em seus lares, atestando o que anteviam Pires (2007), Jorge e Ferreira (2011) e Sui, Sun e Geyfman (2020). A única região do Brasil que não teve entrevistados alegando aumento nas despesas foi a região Sul, sendo que dois entrevistados (Entrevistados(as) 15 e 20) realmente afirmaram não terem percebido alteração nas despesas e um (Entrevistado(a) 16) explicou que, por não ser o líder da casa, não saberia responder ao certo se houve alteração ou não, mas que, em suas despesas pessoais, não sentiu este aumento.

Ainda sobre a conjuntura econômica do país no período da pandemia, houve ainda quem descrevesse percepções negativas a este respeito, comparando com o período de antes da pandemia, que na visão de alguns entrevistados, foi um período econômico melhor. Isto vai ao encontro dos dados divulgados pelo IBGE (2019a; 2020a; 2021b), que confirmam que nos anos que antecederam a pandemia, embora o Brasil ainda não estivesse em uma posição econômica exemplar, apresentava uma sutil melhora nos indicadores macroeconômicos, fato que talvez justifique a percepção dos entrevistados de que antes da pandemia “as coisas pareciam ser melhores”, como disseram alguns deles. Parte deles considerou ainda que, a pandemia foi fator decisivo para o fracasso financeiro dos brasileiros, que antes viviam aparentemente bem:

“Na esfera nacional, eu acho que o Brasil estava num caminho excelente. Eu percebo que o brasileiro, a sociedade estava muito animada, com vontade de crescer, entendeu? Acabar com aquela conversinha de país subdesenvolvido e que não é uma nação potente... mas agora o brasileiro continua com isso na cabeça. [...]. Então assim, se estivéssemos num cenário com melhores condições já estaríamos numa fase mais crescente da nossa economia. A pandemia deu uma estagnada, uma queda em muita coisa [...]”. (Entrevistado(a) 7 – Nordeste).

“Acho que se não tivesse a pandemia, o brasileiro tendia a ir mais pro sucesso financeiro. Porque tudo aconteceu depois da pandemia, aumentou o preço das coisas, as pessoas ficaram desempregadas, algumas até conseguiram uma renda a mais, mas mesmo assim acho que ainda não superou o custo das coisas que a gente tá passando. Então, acho que talvez sem a pandemia, teria sido melhor.”. (Entrevistado(a) 14 – Sudeste).

“Se não tivesse crise nenhuma, talvez seria tendência mais pro sucesso, acredito eu. Me parecia que antes as pessoas estavam tentando realmente ir mais pro lado do empreendedorismo, mas com o tempo isso parou de ser a vontade de muita gente. Então, eu acho que se não houvesse crise, o Brasil estaria bem, porque somos um povo criativo, né? O povo tem ideias pra fazer novos negócios. E quando não tem crise, a gente arrisca mais, né? A crise tira nossa vontade de arriscar.”. (Entrevistado(a) 15 – Sul).

“Eu conheço muitas pessoas que a pandemia contribuiu pro sucesso, mas ao mesmo tempo eu conheço muitas que contribuiu pro fracasso, porque a empresa diminuiu muito a entrada, às vezes a pessoa perdeu o emprego por causa da pandemia e começou a se endividar, pegar empréstimo até com agiota e aí foi só se enrolando, né? Eu conheço os dois lados, mas eu acho que a pandemia mais prejudicou pessoas do que ajudou.”. (Entrevistado(a) 18 – Centro-Oeste).

Outra parte dos entrevistados, porém, apesar de concordar com as consequências negativas que a pandemia trouxe para as finanças domésticas das famílias, defendeu que independentemente de ter havido uma pandemia ou não, o povo brasileiro tem realmente uma inerente tendência a comportamentos de consumo excessivos e que o fracasso financeiro dos brasileiros se deve também em grande parte por isso, e não apenas devido a fatores externos ao próprio indivíduo, ou a fatores de nível macro. Além disso, muitos relatos de entrevistados evidenciaram a percepção de carência de educação financeira na vida acadêmica dos brasileiros, o que, na visão deles, também contribuiu para o insucesso financeiro:

“Olha, eu acho que se a pandemia não tivesse acontecido, o brasileiro ainda ia mais pro fracasso financeiro. A gente tem muito problema de educação financeira. Você conversa com as pessoas e é uma parcela muito mínima da população que tem alguma noção de educação financeira. A gente tá muito distante.”. (Entrevistado(a) 22 – Nordeste).

“Pro fracasso, com certeza. O brasileiro é bem endividado, né? Tem muitas pessoas que tem bons empregos, tem uma profissão e ganham muito bem, mas estão sempre atolados porque fazem muita conta além do que ganham. Eu acho que esse é um hábito bem brasileiro. É um hábito da não educação, né? A gente não tem educação financeira. Eu mesma queria ter tido educação financeira quando era mais nova e não tive, quebrei muito a cabeça.”. (Entrevistado(a) 18 – Centro-Oeste).

“Pro fracasso. O brasileiro não quer saber de finanças não. Ele quer torrar tudo com churrasco e cerveja, rolê. Eu acho que o brasileiro é da churrascada e o “amanhã a gente vê”, por causa da nossa cultura mesmo do Brasil, muitas datas festivas e também entra a questão familiar e social. Acredito que seja isso.”. (Entrevistado(a) 8 – Norte).

“Brasileiro não tem muito planejamento não, é a minoria. É bem um “deixa a vida me levar” mesmo, cultural do brasileiro. Não vê que os outros países estão bem melhor do que o Brasil? Eles crescem, eles se desenvolvem. O brasileiro não sai daquilo, não sai da mesmice.”. (Entrevistado(a) 13 – Sudeste).

“Acho que o brasileiro, em comparação com outros povos, tem muita necessidade de ostentar ainda, né? O europeu mesmo tem muito mais uma questão de guardar dinheiro, enquanto a gente mede o sucesso de uma pessoa pelo tipo de carro que ela dirige e meu carro é um Ford KA 2010 (risos). Eu fico, gente, que terrível! (risos) E

aí você se sente na necessidade de ser inserido nesse universo e acaba que pra ser aceito se comporta do mesmo jeito pra dar uma resposta à sociedade. Se vive de aparências.”. (Entrevistado 12 – Nordeste).

Esses relatos sobre comportamentos de consumo típicos dos brasileiros e falta de educação financeira, uma vez que emergiram naturalmente durante as entrevistas e não estavam previstos nas categorias de análise pré-estabelecidas, foram classificados na categoria “Outras” e codificados com o código “OU00”. O tema “Comportamentos de Consumo Típicos dos Brasileiros” apareceu 42 vezes durante as entrevistas e o tema “Educação Financeira” foi citado 29 vezes pelos entrevistados. Salienta-se ainda que, embora tenham aparecido espontaneamente nas entrevistas, esses temas são importantes para a análise aqui proposta porque demonstram exatamente a percepção dos entrevistados acerca dos hábitos dos brasileiros, incluindo eles próprios e seus próprios comportamentos de consumo.

Assim, portanto, por meio dessas percepções, verificou-se que, embora alguns entrevistados tenham tentado conter gastos no período da pandemia e tenham inclusive adotado posturas equilibradas, eles acreditam que, de fato são, na maioria das vezes, tendenciosos ao consumo excessivo, característica esta que é inerente e cultural do brasileiro, que, por um lado, é um povo criativo e resiliente (TANURE, 1992), mas por outro é endividado, improvidente, necessitado da aceitação alheia, que gosta de ostentar (VIEIRA; PESSOA, 2020; CERBASI, 2016) e é focado no tempo presente (CHU; WOOD JR., 2008; JUNQUILHO, 2003), como eles mesmos disseram, confirmando o que presumia a literatura. Os relatos apontam ainda que, estas características tendenciosas aos excessos parecem estar, de alguma forma, ligadas à carência de instrução financeira. Este resultado ratifica a premissa levantada por Paraíso e Fernandes (2019), Carraro e Merola (2018), Campara et al. (2016) e Cerbasi (2016) de que, embora a macroeconomia de um país possa ter influência sobre a microeconomia das famílias e isso as leve a situações de crise financeira quando a economia está em recessão (KRUGMAN; WELLS, 2007; GONÇALVES; GUIMARÃES, 2010; VARIAN, 2015), os hábitos e padrões de consumo típicos dos brasileiros podem da mesma forma arruinar as finanças domésticas de um lar, caso assumam uma vertente excessiva.

Por fim, no que se refere à relação entre o processo cognitivo da Contabilidade Mental e os Comportamentos de Consumo, tendo em vista que a Contabilidade Mental teve maiores indícios de ocorrência quando se falou em comportamentos de consumo equilibrados e, considerando ainda que, para o período que sucedeu a pandemia houve mais registros de comportamentos equilibrados do que excessivos, então, entende-se que o período que registra

mais indícios de Contabilidade Mental nos indivíduos entrevistados é da mesma forma o período da pandemia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os efeitos da Contabilidade Mental sobre os comportamentos de consumo de indivíduos brasileiros nos contextos de antes e durante a pandemia da Covid-19. Nesse sentido, por meio da análise de conteúdo aplicada às transcrições das entrevistas dos 27 brasileiros que participaram da pesquisa, foi possível atingir ao principal objetivo proposto e sugerir que, a Contabilidade Mental parece ser benigna às finanças domésticas, em suas três dimensões, e se manifesta com maior frequência sobre comportamentos de consumo de categoria equilibrada, sobretudo no período que sucedeu a chegada da Covid-19 no Brasil, ou seja, durante a pandemia.

Esse resultado é pautado nos registros encontrados para os objetivos específicos inicialmente traçados, os quais permitiram, primeiramente, descrever o processo cognitivo da Contabilidade Mental e seus vieses, como pode se verificar na Revisão de Literatura.

Além disso, também foram identificados os perfis financeiros apresentados pelos indivíduos entrevistados e as respectivas categorias de comportamentos de consumo em que eles se enquadram, tanto no período de antes da pandemia, como durante. Os resultados mostraram que, de maneira geral, no período que antecedeu a pandemia, 63% do total de entrevistados alegou se identificar com perfis financeiros que se enquadram na categoria de comportamentos de consumo equilibrada e 37% se identificou com perfis de categoria excessiva, sendo os perfis mais recorrentes: Pougador, Consciente, Descuidado, Impulsivo e Reflexivo. Já no período pandêmico, 85% dos entrevistados relatou que se identificava com perfis correspondentes à categoria dos comportamentos de consumo equilibrados e 15% respondeu se identificar com perfis da categoria dos comportamentos excessivos. Para esse período (durante a pandemia), os perfis mais citados foram: Consciente, Pougador, Reflexivo e Estável.

Ainda, de fato, foram identificados indícios de ocorrências do processo cognitivo da Contabilidade Mental e seus vieses nas três dimensões das finanças domésticas, quais sejam, Planejamento, Renda e Cartão de Crédito, sendo que nestas três dimensões ocorreram as etapas de codificação, categorização e avaliação. Ressalta-se ainda que, nas três dimensões, foram encontradas evidências de que o Planejamento abrange a Renda, que por sua vez, abarca o Cartão de Crédito, ou seja, as dimensões do Planejamento, Renda e Cartão de Crédito são codificadas todas juntas, porque estão todas sob abrangência do Planejamento. E, no que concerne à edição hedônica, que ocorre na etapa de codificação, para a dimensão do Planejamento, não houve vestígios para confirmação da ideia de que o planejamento seria editado na forma de ganhos e perdas mistas, já que nenhum dos entrevistados sugeriu

qualquer percepção de sucesso como ganho e fracasso como perda. Na dimensão da Renda, a ideia de que também haveria uma edição na forma de ganhos e perdas mistas se confirmou parcialmente, uma vez que, apenas as despesas foram consideradas pelos entrevistados como perdas e há aparentemente uma tendência de sempre integrar todos os ganhos e perdas. Já na dimensão do Cartão de Crédito, confirmou-se a ideia de que a fatura do cartão seria um aglomerado de várias perdas menores, sendo editada hedonicamente na forma de integração de perdas. Além disso, nas três dimensões, os entrevistados citaram rótulos para suas receitas e despesas, caracterizando a etapa de categorização. Por mais, a etapa de avaliação também ocorreu nas três dimensões, sendo que no Planejamento, os indivíduos planejados tendem à avaliação *ex ante* e os não planejados tendem à avaliação *ex post*; na Renda a maioria tende à avaliação *ex ante*; e no Cartão de Crédito todos tendem à avaliação *ex post*.

No que concerne à categoria de comportamentos de consumo com maior número de indícios de ocorrência da Contabilidade Mental e seus vieses, pontua-se que a categoria dos comportamentos equilibrados foi a que evidenciou mais indícios de ocorrência do processo cognitivo da Contabilidade Mental (com 70% das ocorrências), contrariando a ideia de que os comportamentos excessivos teriam maior relação com a Contabilidade Mental devido ao fato de ambos os fenômenos serem desenvolvidos no campo irracional e inconsciente da mente. O fato de os comportamentos equilibrados terem apresentado maior número de ocorrências talvez se justifique principalmente pelo fato de que, quando existe um planejamento ou um orçamento em execução, isto é, hábitos de natureza equilibrada, os entrevistados se estendem nos detalhes e explicações de como se dá tal execução.

Ainda, notou-se no decorrer deste estudo que, os perfis financeiros, os comportamentos de consumos e, logo, também as decisões financeiras dos indivíduos entrevistados se alteraram com a chegada da pandemia, pois contextos críticos tendem a gerar decisões diferentes das quais um indivíduo tomaria em um contexto considerado normal. Nesse sentido ressalta-se que as mudanças assumidas pelos entrevistados se inclinam a uma postura mais conservadora em relação às finanças domésticas, tendo em vista que houve muito mais relatos sobre comportamentos equilibrados no período da pandemia do que no período que a antecedeu. Isso talvez tenha ocorrido também devido ao aumento do desemprego, da inflação, e conseqüente aumento das despesas em muitos lares brasileiros, sendo que em alguns deles houve simultânea queda na renda familiar. Esses dados apontam para a confirmação da premissa de que a macroeconomia de um país influencia a microeconomia onde as famílias estão inseridas. Por mais, sobre a realidade das famílias brasileiras, os entrevistados pontuaram acreditar que o brasileiro é um indivíduo criativo e

resiliente, mas que tem uma inclinação cultural ao comportamento de consumo excessivo e que isto talvez esteja ligado à falta de educação financeira, fatores que também contribuem para uma eventual ruína financeira das famílias. Por fim, dado todo este contexto, entende-se ainda que, devido ao fato dos entrevistados terem relatado em maior número os comportamentos tidos como equilibrados no período de durante a pandemia e, considerando ainda que, a Contabilidade Mental teve maiores indícios de ocorrência quando se fala justamente em comportamentos de consumo equilibrados, então, o processo cognitivo da Contabilidade Mental também se manifestou em maior número no período que sucedeu a chegada da Covid-19, ou seja, durante a pandemia.

Frente aos resultados obtidos, destaca-se que o estudo enfrentou algumas limitações em sua execução. Uma delas foi o fato de que os dados foram colhidos em um momento em a vacina contra a Covid-19 já havia sido desenvolvida e a maior parte dos brasileiros já tinha sido vacinada. Isso por vezes induziu o entrevistado a pensar que já havia um período de "Pós-pandemia" e, em alguns trechos de entrevistas, muitos entrevistados entendiam o termo "Durante a Pandemia" como o período em que ocorreu o auge dos casos da doença apenas, e não todo o período de pandemia em si. Por causa disso, frequentemente os entrevistados referiam a suas realidades atuais (durante a pandemia) como "Pós-pandemia" e com isso, na hora de codificar os registros na Análise de Conteúdo, alguns comportamentos foram marcados como "Durante a pandemia", quando na verdade se referiam a um período até posterior, quando já não havia um cenário de caos, como houve no auge do enfrentamento à doença.

Outro ponto de limitação observado foi o desenvolvimento do instrumento de pesquisa, pois, por se tratar de questionário e, devido ao fato de esta ser a primeira pesquisa qualitativa acerca do tema Contabilidade Mental, não havia referências prévias de instrumentos de pesquisa validados que conseguissem captar as percepções dos entrevistados acerca do processo cognitivo da Contabilidade Mental e seus vieses, sendo que o questionário aqui proposto foi o primeiro deles. Dessa forma, por mais que tenham sido testadas e validadas várias versões do instrumento, no caso de uma pergunta e outra, alguns entrevistados deram respostas um tanto ambíguas, o que pode ser apenas um desconhecimento de causa dos entrevistados, como pode ser também uma evidência de que o instrumento de pesquisa não estivesse tão fidedigno à função para o qual foi desenvolvido.

Há de se salientar ainda que, se tratando de uma pesquisa qualitativa, não há como generalizar os resultados aqui apresentados, mas este estudo é um início para que em pesquisas futuras, se averigüe em maior escala os indícios aqui demonstrados. Nesse sentido,

se propõe que ainda que, em estudos pósteros, sejam validadas escalas para os comportamentos de consumo aqui descritos, de forma a permitir a mensuração deles e até mesmo a associação com outros instrumentos em pesquisas quantitativas. O mesmo se sugere em relação à Contabilidade Mental e à Pandemia.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, R. H. J.; CUECUECHA, A. Remittances, household expenditure and investment in Guatemala. **World Development**, v. 38, n. 11, p. 1626-1641, 2010.
- ALENCAR JÚNIOR, O. G.; CRESPO, M. F. V.; GONÇALVES, W. M. C. M. **Economia na pandemia** [recurso eletrônico]: crise global e o impacto na economia, na política, na sociedade e no meio ambiente. São Carlos: Diagrama Acadêmico, 2021.
- ALMEIDA, E. H. **As finanças comportamentais e a Contabilidade Mental: desenvolvimento de pesquisa com dois grupos distintos em suas formações acadêmicas**. 136f. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ANTONIONI, P.; FLYNN, S. M. **Economia para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.
- AVANZI, D.; GUISSONI, L. A.; RODRIGUES, J. M.; D'ANDREA, R. Uso de vieses cognitivos em ativações de merchandising e o efeito nas vendas nos supermercados. **RAE**, v. 60, n. 4, p. 262, jul./ago., 2020.
- ÁVILA, M. G.; FIGUEIREDO, R. B. Contabilidade mental e mudanças em preços: um estudo experimental. **Economia & Gestão**, v. 9, n. 21, p. 12-19, 2009.
- BAE, M.; HANNA, S. D.; LINDAMOOD, S. Patterns of Overspending in U.S. Households. **Journal of Financial Counseling and Planning**. v. 4, p. 11-31, 1993.
- BAKER, S. R.; FARROKHANIA, R. A.; MEYER, S.; PAGEL, M.; YANNELIS, C. How does household spending respond to an epidemic? Consumption during the 2020 covid-19 pandemic. **National Bureau of Economic Research**, n. 26949, abr., 2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. Decomposição da inflação de 2019: Estudo Especial, n. 75, 2020. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE075\\_Decomposicao\\_da\\_inflacao\\_de\\_2019.pdf](https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE075_Decomposicao_da_inflacao_de_2019.pdf)>. Acesso em 02 out. 2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. Decomposição da inflação de 2020: Relatório de Inflação, p. 66-70, 2021. 2021a. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202103/ri202103b7p.pdf>>. Acesso em 02 out. 2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. Decomposição da inflação de 2021: Relatório de Inflação, p. 77-80, 2022. 2022a. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202203/ri202203b9p.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. Taxa de Juros Básica – Histórico. 2022. 2022b. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>>. Acesso em 25 jan. 2023.

BARCELOS, I. D. E. S.; PENNA, I. A. A.; SOLIGO, A. G.; COSTA, Z. B.; MARTINS, W. P. Vertical Transmission of SARS-CoV-2: A Systematic Review. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v. 43, n. 03, p. 207-215, mar., 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BARRAFREM, K.; VÄSTFJÄLL, D.; TINGHÖG, G. Financial Homo Ignorans: Measuring vulnerability to behavioral biases in household finance. **PsyArXiv**, jan., 2020.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAY, C. The Housing of Accounting: On the Making of Financial Man. **In: Critical Perspectives on Accounting Conference**, New York, April 24-25, 2008.

BAY, C. Framing Financial Responsibility: The Fabrication of Choice Making Consumers in Everyday Life. **In: 33rd Annual Congress of the European Accounting Association**, Istanbul, May 19-21, 2010.

BAY, C. Makeover accounting: Investigating the meaning-making practices of financial accounts. **Accounting, Organizations and Society**, v. 64, p. 44-54, 2018.

BAY, C.; Svärdesten, F.; Sundström, A. Accounting talk and emotions-a study of the sense making process of accounts. **In: Accounting as Social and Organizational Practice (ASOP)**, Sydney, Australia, February 15-16, 2018. 2018.

BAZERMAN, M. H.; MOORE, D. **Processo decisório**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

BERELSON, B. Content Analysis in Communication Research. The Free Press, 1952. In: American Academy of Political and Social Science. **The Annals**, v. 283, n. 1, p. 197-198, 1952.

BERNOULLI, D. Exposition of a new theory on the measurement of risk. Papers of the Imperial Academy of Sciences in Petersburg, vol. 5, p. 175-195, 1738. In Bernoulli, D. **Econometrica**, v. 22, n. 1, 1954.

BONDT, W. F. M., THALER, R. Does the stock market overreact?. **The Journal of Finance**, v. 40, n. 3, p.793-805, 1985.

BOTH, M. L.; ZORATTO, G.; CALEGARO, V. C.; RAMOS-LIMA, L. F.; NEGRETO, B. L.; HAUCK, S.; FREITAS, L. H. M. Covid-19 pandemic and social distancing: economic, psychological, family, and technological effects. **Trends Psychiatry Psychother**, v. 43 n. 2, abr./jun., 2021.

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 fev. 2020. 2020a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm)>. Acesso em 11 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 abr. 2020. 2020b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm#view](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm#view)>. Acesso em 13 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jul. 2020. 2020c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L14020.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14020.htm)>. Acesso em 13 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel de casos de doença pelo Coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde**. 2021. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em 11 nov. 2021.

BUGALHO, F. M. **Influência da contabilidade mental e da percepção de conhecimento tributário no comportamento de conformidade tributária dos contribuintes brasileiros**. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO – CBIC. **Trabalhadores da Construção: Perfil, expectativas e avaliação dos empresários**. 1a ed. Brasília, 2015. Disponível em: <[https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Trabalhadores\\_Da\\_Construcao\\_2015.pdf](https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Trabalhadores_Da_Construcao_2015.pdf)>. Acesso em 09 nov. 2021.

CAMARGO, B. F.; BRAUN, C. T.; RUBERT, I. V. G.; TRETER, J. Contabilidade Mental e Finanças Comportamentais: Estudo com colaboradores de uma empresa cerealista. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 13, n. 2, p. 65-91, 2015.

CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M.; COSTA, V. M. F.; FRAGA, L. S. O Dilema dos inadimplentes: Antecedentes e consequentes do “Nome Sujo”. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 15, n. 1, p. 71-85, 2016.

CANTO, A. A. S.; TRETER, J.; CAVALLI, K. F. Contabilidade Mental e Finanças Comportamentais: um estudo com colaboradores de uma Instituição de Ensino Superior da cidade de Cruz Alta/RS. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 9, n. 3, mai./ago., 2017.

CARRARO, W. B. W. H.; MEROLA, B. A. Percepções adquiridas numa capacitação em educação financeira para adultos. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 19, p. 414-435, jan./dez., 2018.

CATASÚS, B.; FERRI, P.; VON LASKOWSKI, S. Accounting and the Hope of Action. *European Accounting Review*, v. 25, n. 2, pág. 403-419, 2016.

CERBASI, G. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. 3 ed. São Paulo: Gente, 2004.

CERBASI, G. **Dinheiro: Os segredos de quem tem**. 1 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

CHICAGO BOOTH. **Richard Thaler Biography**. The University of Chicago Booth School of Business. Faculty & Insights. Faculty Directory, 2021. Disponível em: <<https://www.chicagobooth.edu/faculty/directory/t/richard-h-thaler>>. Acesso em 11 out. 2021.

CHRISTAKIS, N. A. **Apollo's Arrow: The profound and enduring impact of Coronavirus on the way we live**. 1 ed. Little, Brown Spark, 2020.

CHU, R. A.; WOOD JR., T. Cultura organizacional brasileira pós-globalização: global ou local? **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 969-961, set./out., 2008.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO – CNC. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic 2020)**. Disponível em: <<https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-julho-de-2021-368991/368991>>. Acesso em 10 nov. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO – CNC. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic 2021)**. Disponível em: <<https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2022/01/3a824154b16ed7dab899bf000b80eeee-4.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO – CNC. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic 2022)**. Disponível em: <<https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2023/01/dc8e5dca80097444ef03e1842cdd6ddf.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2023.

CONSTANTINO, T. S. T. **Contabilidade mental e esquema Ponzi: As finanças comportamentais na vida de investidores brasileiros**. 2020. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://portal.estacio.br/media/4684512/thiago-da-silva-telles-constantino.pdf>>. Acesso em 09 set. 2021.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Planejamento financeiro pessoal**. Associação Brasileira de Planejadores Financeiros. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

<[http://gmw.investidor.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/livro\\_TOP\\_planejamento\\_financeiro\\_pessoal.pdf](http://gmw.investidor.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/livro_TOP_planejamento_financeiro_pessoal.pdf)>. Acesso em 20 out. 2021.

DEW, J.; XIAO, J. J. The Financial Management Behavior Scale: Development and Validation. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 22, n. 1, p. 43-59, 2011.

DUAN, Y.; LIU, L.; WANG, Z. Covid-19 sentiment and the chinese stock market: Evidence from the official news media and Sina Weibo. **Research in International Business and Finance**, v. 58, 2021.

EKER, T. H. **Os segredos da mente milionária**. 1 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 1992.

EVIM MANDACI, P.; CAGLI, E. C. Herding intensity and volatility in cryptocurrency markets during the Covid-19. **Finance Research Letters**, 2021.

FALLEIRO, M. P. S. **Teoria do prospecto e as diferenças de comportamento perante o risco entre gênero, escolaridade e idade**. 2014. 65 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FAN, W.; ZHONG, H.; ZHU, A. Destigmatising the stigma: Understanding the impact of message framing on chinese consumers' guilt and attitude associated with overspending behavior. **J Consumer Behav**, p. 1-14, 2020.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 1 ed. São Paulo: Unesp, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, C. E.; GUIMARÃES, B. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GOOGLE TRENDS. **Pesquisas do ano de 2020**: Veja o que esteve em alta em 2020. Global. Disponível em <<https://trends.google.com.br/trends/yis/2020/GLOBAL/>>. Acesso em 12 nov. 2021.

GOOGLE TRENDS. **Pesquisas do ano de 2021**: Veja o que esteve em alta em 2021. Global. Disponível em: <<https://trends.google.com.br/trends/yis/2020/GLOBAL/>>. Acesso em 12 nov. 2021.

GUBIANI, C. A.; LAVARDA, C. E. F. Perfil da produção bibliográfica sobre Finanças Comportamentais e Teoria do Prospecto. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 163-184, 2012.

ISABELLA, G.; POZZANI, A. I.; CHEN, V. A.; GOMES, M. B. P. Influence of discount price announcements on consumers' behavior. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 6, p. 657-671, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **As famílias no sistema de contas nacionais**: versão para informação e comentários. Diretoria de Pesquisas.

Coordenação de contas nacionais, v. 2. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:  
<[https://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Sistema\\_de\\_Contas\\_Nacionais/Notas\\_Metodologicas\\_2010/07\\_familias\\_20151110.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/07_familias_20151110.pdf)>. Acesso em 09 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Para compreender o INPC: um texto simplificado**. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de índices de preços. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:  
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97035.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**: Indicadores de Volume e Valores Correntes. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de contas nacionais. Rio de Janeiro, 2019. 2019a. Disponível em:  
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72121>>. Acesso em 13 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Rendimento de todas as fontes 2019**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2019. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2019. 2019b. Disponível em:  
<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf)>. Acesso em 13 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**: Indicadores de Volume e Valores Correntes. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de contas nacionais. Rio de Janeiro, 2020. 2020a. Disponível em:  
<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt\\_2020\\_4tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2020_4tri.pdf)>. Acesso em 13 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**: Perfil das despesas no Brasil - indicadores selecionados. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2020. 2020b. Disponível em:  
<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html>>. Acesso em 12 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Rendimento de todas as fontes 2020**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2020. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2020. 2020c. Disponível em:  
<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101880\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101880_informativo.pdf)>. Acesso em 13 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Rendimento de todas as fontes 2021**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2021. 2021a. Disponível em:  
<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101950\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101950_informativo.pdf)>. Acesso em 25 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**: Indicadores de Volume e Valores Correntes. Diretoria de Pesquisas.

Coordenação de contas nacionais. Rio de Janeiro, 2021. 2021b. Disponível em: <[https://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Contas\\_Nacionais\\_Trimestrais/Fasciculo\\_Indicadores\\_IBGE/2021/pib-vol-val\\_202104caderno.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2021/pib-vol-val_202104caderno.pdf)>. Acesso em 25 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Inflação. 2022. 2022a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>. Acesso em 25 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Desemprego. 2022. 2022b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>. Acesso em 25 jan. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Comportamento do Mercado De Trabalho Brasileiro em duas recessões**: Análise do período 2015-2016 e da pandemia de Covid-19. Nota Técnica, n. 2. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. Brasília, 2021. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/210210\\_nt\\_disoc\\_n\\_92.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/210210_nt_disoc_n_92.pdf)>. Acesso em 11 nov. 2021.

JORGE; J. P.; FERREIRA, R. **Manual das Finanças Pessoais**. Lisboa: Arcádia, 2011.

JUNQUILHO, G. S. Condutas gerenciais e suas “raízes”: uma proposta à luz da teoria da estruturação. **Revista de Administração Contemporânea**, São Paulo, v. 7, n. esp., p. 101-120, 2003.

KAHNEMAN, D.; KNETSCH, J. L.; THALER, R. H. Anomalies: The Endowment Effect, Loss Aversion, and Status Quo Bias. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 193-206, 1991.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect theory: an analysis of decision under risk. **Econometrica**, v. 47, n. 2, p. 263-290, 1979.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. The Framing of Decisions and the Psychology of Choice. **Science**, v. 211, n. 4481, p.453-458, 1981.

KHARE, A. Money attitudes, credit card and compulsive buying behaviour: a study on Indian consumers. **Int. J. Business Competition and Growth**, v. 5, n. 1, 2 e 3, p. 49–71, 2016.

KICH, T. G. F., LOPES, L. F. D., ALMEIDA D. M., CORRÊA, J. S., TAVARES, T. O. Análise da relação do nível de educação financeira com os vieses comportamentais para universitários brasileiros. **Revista de Gestão do Unilasalle**, Canoas, v. 7, n. 2, 2018.

KRUGMAN, P.; WELLS, R. **Introdução a economia**. Tradução de Helga Hoffmann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LAUXMANN, M. A.; SANTUCCI, N. E., AUTRAN-GOMEZ, A. M. The SARS-CoV-2 Coronavirus and the Covid-19 Outbreak. **Int. Braz. J Urol.**, v. 46, n. 1, jul., 2020.

LEE, J. M., HANNA, S. D. Savings goals and saving behavior from a perspective of Maslow's hierarchy of needs. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 26, n. 2, p. 129–147, 2015.

LEITE, K. C. A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, UFSCar, Sorocaba, v. 32, 2020.

LI, G., SCHOENI, R. F., DANZIGER, S., CHARLES, K. K. New expenditure data in the PSID: Comparisons with the CE. **Monthly Labor Review**, v. 133, n. 2, p. 29–39, 2010.

LIMA, M. V. Um estudo sobre finanças comportamentais. **RAE-eletrônica**, v. 2, n. 1, jan./jun., 2003.

MACEDO, M. A. S.; SOUZA, M. A. F.; FONTES, P. V. S. Análise da influência da racionalidade limitada sobre o comportamento de compra. **GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 7, n. 3, p. 389-408, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, C. M.L.; SILVA, G. A.S.; MELO, A. R.S.; FREITAS, A. C. Covid-19 pandemic outbreak: the Brazilian reality from the first case to the collapse of health services. **An. Acad. Bras. Ciênc.**, v. 92, n. 4, 2020.

MIOTTO, A. P. S. C.; PARENTE, J. Antecedents and consequences of household financial management in brazilian lower-middle-class. **RAE – Revista de Administração de Empresas da FGV/EAESP**, v. 55, n. 1, jan./fev., 2015.

NASHAWATI, S. **Tourism Experience in Cashless Society. Investigating links between credit card purchase and satisfaction: The case of FIS Cross Country World Cup -Sweden**. 2018. 36 p. Thesis Proposal (Bachelor Level in Tourism Studies) – Dalarna University, Sweden, 2018.

NEWS GOOGLE. **Coronavírus (Covid-19)**. Global. Disponível em: <<https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419&state=1>>. Acesso em 13 nov. 2021.

NEWS GOOGLE. **Coronavírus (Covid-19)**. Global. Disponível em: <<https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419&state=1>>. Acesso em 25 jan. 2023.

NIAZI, K. S.; MALIK, Q. A. Socio-demographics, risk propensity, and investment diversity moderating role of financial literacy. **International Transaction Journal of Engineering, Management, & Applied Sciences & Technologies**, v. 11, n. 1, 2020.

NOBRE, F. C.; CALIL, J. F.; MACHADO, M. J. C.; GIULIANI, A. C. Contabilidade mental: Levantamento e desenvolvimento recente. **Espacios**, v. 37, n. 34, 2016.

NOGUEIRA, B. T. B.; AVELINO, B. C.; COLARES, A. C. V.; REIS, D. E. A. Índice de sentimento do investidor no mercado de ações brasileiro. **RC&C – Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 46-71. fev., 2021.

ODEAN, T. Are Investors Reluctant to Realize Their Losses? **The Journal of Finance**, v.3, n. 5, out., 1998.

OLIVEIRA, E. A.; OLIVEIRA, M. C. L.; MARTELLI, D. B.; COLOSIMO, E. A.; SILVA, L. R.; LANZA, K.; MARTELLI-JÚNIOR, H.; SILVA, A. C. S. Covid-19 pandemic and the answer of science: a year in review. **An. Acad. Bras. Ciênc.**, v. 93, n. 4, 2021.

OLIVEIRA, D. C. **Análise de Conteúdo Temático-Categorial**: uma proposta de sistematização. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, out./dez., 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. **Doença do Coronavírus 2019 (Covid-19)**: Relatório de Situação 51. 2020. Disponível em: < [https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200311-sitrep-51-covid-19.pdf?sfvrsn=1ba62e57\\_10](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200311-sitrep-51-covid-19.pdf?sfvrsn=1ba62e57_10)>. Acesso em 15 nov. 2021.

ORTEGA, V.; RODRÍGUEZ-VARGAS, J. C. Escala de Hábitos y Conductas de Consumo: evidencias sobre dimensionalidade. **International Journal of Clinical and Health Psychology**, v. 4, n. 1, p. 121-136, jan., 2004.

PARAISO, S. C. S., FERNANDES, R. A. S. O crescimento do índice de endividamento das famílias brasileiras. **Cosmos**, v. 6, n. 2, p. 12-26, 2019.

PARK, H. Y. How Consumers Spend and Distribute Money Tainted by Anger. **Journal of Distribution Science**, v. 19, n. 7, p. 51-59, 2021.

PECI, A.; AVELLANEDA, C. N.; SUZUKI, K. Governmental responses to Covid-19 Pandemic. **Rev. Adm. Pública**, v. 55, n. 1, jan./fev., 2021.

PEREIRA, I. V.; SILVA, C. A. T.; TAVARES JUNIOR, E. P. Comportamento decisório dos contadores sob a perspectiva da Teoria Do Prospecto. **Revista Ambiente Contábil**, v. 9, n. 2, p. 222-239, jul., 2017.

PIRES, V. **Finanças Pessoais Fundamentos e Dicas**. Piracicaba: Equilíbrio, 2006.

POMPIAN, M. M. Behavioral Finance and the Coronavirus Bear Market. **The Journal of Wealth Management**, v. 23, n. 2, p. 70-74, jul., 2020.

ROSSATO, V. P.; BESKOW, R. P.; PINTO, N. G. M.. O Endividamento e os seus Consequentes nas Capitais Brasileiras de 2010 a 2017. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 9, n. 1, p. 94-113, jun., 2019

RABELO, C. M.; SILVA, S. A. L. **Influência da idade sobre o Efeito Enquadramento e Contabilidade Mental**. In: VII Congresso Nacional de Administração e Contabilidade – AdCont, 2016. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

RENGEL, R.. **Alinhamento das preferências dos operadores das informações contábeis sob a perspectiva da contabilidade mental**. 174 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, 2020.

ROGERS, P.; SECURATO, J. R.; RIBEIRO, K. C. S. Finanças comportamentais no Brasil: um estudo comparativo. **Revista de Economia e Administração**, v. 6, n. 1, p. 49-68, 2007.

ROSSATO, V. P.; BESKOW, R. P.; PINTO, N. G. M. O Endividamento e os seus consequentes nas capitais brasileiras de 2010 a 2017. **Revista de Administração IMED**, v. 9, n. 1, p. 94-113, 2019.

SANTOS, J. H. F.; BOTELHO, D. Análise comparativa de preços: variáveis influentes na percepção de vantagem de compra. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 2, p. 145-168, 2011.

SANTOS, A. C.; GARCIA, E. L. M.; FAIA, V. S.; SANTOS, A. M. F. Finanças pessoais: Um estudo com acadêmicos sob a abordagem da teoria da Contabilidade Mental. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 90-111, jan./abr., 2019.

SCHAEFER, B. M.; RESENDE, R. C.; EPITÁCIO, S. S. F.; ALEIXO, M. T. Ações governamentais contra o novo Coronavírus: evidências dos estados brasileiros. **Revista de Administração Pública da FGV/EBAPE**, v. 54, n. 5, p. 1429-1445, set./out., 2020.

SHAH, S. F.; ALSHURIDEH, M.; KURDI, B.; SALLOUM, S. A. The Impact of the Behavioral Factors on Investment Decision-Making: A Systemic Review on Financial Institutions. In: Hassanien, A. E.; Slowik, A.; Snášel, V.; El-Deeb H.; Tolba F. M. (Eds.). Proceedings of the International Conference on Advanced Intelligent Systems and Informatics, 2020. **AISI 2020 – Advances in Intelligent Systems and Computing**, v. 1261. p. 100-112, 2021. 2021a.

SHAH, S. F.; ALSHURIDEH, M.T.; AL-DMOUR A.; AL-DMOUR, R. Understanding the Influences of Cognitive Biases on Financial Decision Making During Normal and COVID-19 Pandemic Situation in the United Arab Emirates. In: Alshurideh, M.; Hassanien, A. E.; Masa'deh, R. (Eds). The Effect of Coronavirus Disease (COVID-19) on Business Intelligence. **Studies in Systems, Decision and Control**, v. 334. p. 257-274, 2021. 2021b.

SHEFRIN, H. M., & THALER, R. H. The behavioral life-cycle hypothesis. **Economic Inquiry**, v. 26, n. 4, p. 609-643, 1998.

SILBER, S. D. A fragilidade econômica e financeira na pandemia do Sars-Covid-19. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 107-115, set./dez., 2020.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, R. A. **Dois ensaios em finanças comportamentais: Teoria do prospecto, contabilidade mental e momentum no Brasil**. 138 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SILVA, T. P.; MAGRO, C. B. D.; GORLA, M. C.; NAKAMURA, W. T. Financial education level of high school students and its economic reflections. **RAUSP Management Journal – Revista de Administração da FEAUSP**, v. 52, p. 285-303, 2017.

SIMON, H. A. **Models of man**. Nova York: Wiley, 1957.

SIMON, H. A. Theories of bounded rationality. In: MCGUIRE, C. B.; RADNER, R. (Eds.). **Decision and organization**. New York: American Elsevier, 1972.

SORDI, J. D. **A influência dos pacotes de preços na decisão de consumo: um estudo voltado ao comportamento de compra de ingressos de futebol**. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Negócios) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SUI, L.; SUN, L.; GEYFMAN, V. An assessment of the effects of mental accounting on overspending behavior: An empirical study. **International Journal of Consumer Studies**, p. 1-14, 2020.

SUNSTEITF, C. R. The Rise of Behavioral Economics: Misbehaving, de Richard Thaler. **Rev. econ. inst.**, v. 21, n. 41, p. 5-20, ago., 2019.

TALWAR, S.; TALWAR, M.; TARJANNE, V.; DHIR, A. Why retail investors traded equity during the pandemic? An application of artificial neural networks to examine behavioral biases. **Psychology & Marketing**, v. 38, n. 11, p. 2142- 2143, nov., 2021.

TANURE, B. Singularidade da gestão à brasileira?! In: BARBOSA, L. **O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

THALER, R. Toward a positive theory of consumer choice. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 1, p. 39-60, 1980.

THALER, R. H. Mental Accounting and Consumer Choice. **Marketing Science**, v. 4, n. 3, p. 199-214, 1985.

THALER, R. H. Mental accounting matters. **Journal of Behavioral Decision Making**, v. 12, n. 3, p. 183–206, 1999.

TRONCARELLI, L. T. **As transferências condicionadas de renda do Programa Bolsa Família afetam as práticas de subsistência e o consumo do povo indígena Kisêdjê? O papel do hedonismo e da contabilidade mental**. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

VARIAN, H. R. **Microeconomia: uma abordagem moderna**. 9 ed. São Paulo: GEN Atlas, 2015.

VASILEIOU, E. Behavioral finance and market efficiency in the time of the Covid-19 pandemic: does fear drive the market? **International Review of Applied Economics**, v. 35, n. 2, p. 224-241, 2021.

VIEIRA, G.; PESSOA, C. Educação financeira pelo mundo: como se organizam as estratégias nacionais? **EMP - Educ. Matem. Pesq.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 658-688, 2020.

VIEIRA, K. M.; POTRICH, A. C. G.; BRESSAN, A. A. **Perda de bem-estar financeiro na pandemia Covid-19: a estabilidade empregatícia faz diferença?** In: Encontro da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Administração, 45, 2021, online. Anais eletrônicos. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2021.

VOMMARO, P. O mundo em tempos de pandemia: certezas, dilemas e perspectivas. **Rev. Direito e Práx.**, v. 12, n. 2. P. 1095-1115, 2021.

VON NEUMANN, J.; MORGENSTERN, O. **Theory of games and economic behavior**. 2 ed. Revisada. Princeton University Press, 1947.

WOODS, P. **Successful Writing for Qualitative Researchers**. London and New York: Routledge, 1999.

XIAO, J. J.; ANDERSON, J. G. Hierarchical financial needs reflected by household financial asset shares. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 18, n. 4, p. 333-355, 1997.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANETTA, A. Influência de Aspectos da Racionalidade e da Personalidade Sobre a Ocorrência da Ilusão Contabilidade Mental. **RAD - Revista Administração em Diálogo**, v. 18, n. 3, p. 26-45, set./dez., 2016.

ZHAO, Y.; BACAO, F. How Does the Pandemic Facilitate Mobile Payment? An Investigation on Users' Perspective under the COVID-19 Pandemic. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 3, 2021.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto de Pesquisa: **Efeitos da Contabilidade Mental sobre os Comportamentos de Consumo de indivíduos brasileiros antes e durante a pandemia da Covid-19**

#### CONTATOS PARA INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Pesquisadora Responsável: Thais Eugênio de Moraes  
Endereço: Rua Pedro Américo, 189 – Catete, Rio de Janeiro / RJ, CEP: 22211-200.  
E-mail: [thaiseugmoraes@gmail.com](mailto:thaiseugmoraes@gmail.com) Telefone: (21) 99694-2535

Curso: Mestrado em Ciências Contábeis  
Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Telefone: (21) 3938-5117;  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Carolina Pimentel Duarte da Fonseca ([anafonseca@facc.ufrj.br](mailto:anafonseca@facc.ufrj.br));

Comitê de Ética em Pesquisa: Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH – Campus da UFRJ da Praia Vermelha – Prédio da Decania do CFCH, 3º andar, Sala 30 (CEP/CFCH) da UFRJ.  
E-mail: [cep.cfch@gmail.com](mailto:cep.cfch@gmail.com) Telefone: (21) 3938-5167

**OBS.: O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos (Art. 17, inciso IX da Resolução CNS nº 510/2016).**

#### CONVITE

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: **Efeitos da Contabilidade Mental sobre os Comportamentos de Consumo de indivíduos brasileiros antes e durante a pandemia da Covid-19**. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda por que o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar dessa pesquisa.

#### INSTRUÇÕES E ESCLARECIMENTOS

1) O que é o projeto?

O projeto consiste em uma pesquisa de dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

2) Qual é o objetivo do estudo?

O estudo visa analisar os efeitos da contabilidade mental sobre os comportamentos de consumo de indivíduos brasileiros nos contextos de antes e durante a pandemia da Covid-19.

3) Por que eu fui escolhido(a)?

Os participantes da pesquisa serão brasileiros dos 27 estados do Brasil, sendo uma pessoa de cada estado. Você está sendo convidado(a) para representar voluntariamente o seu estado

nesta pesquisa, mas não se preocupe, pois ninguém além da pesquisadora saberá que você participou, nem terá acesso aos seus dados.

4) Eu tenho que participar?

Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar da pesquisa “**Efeitos da Contabilidade Mental sobre os Comportamentos de Consumo de indivíduos brasileiros antes e durante a pandemia da Covid-19**”, você receberá uma cópia assinada deste documento para guardar com você e deverá assinar um registro de consentimento. Mesmo após sua decisão de participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa, custo ou prejuízo.

5) O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?

Os voluntários que aceitarem participar serão entrevistados sobre o tema em estudo, ou seja, você irá conversar com a pesquisa e responderá algumas perguntas sobre suas finanças domésticas, hábitos financeiros e comportamentos de consumo nos períodos de antes e durante a pandemia. Durante a entrevista o voluntário poderá decidir se deseja ou não se identificar (se deseja informar seu nome verdadeiro ou usar um codinome).

6) O que é exigido de mim nesse estudo?

Apenas relatar sobre sua percepção acerca das suas finanças domésticas, hábitos de consumo e comportamentos de consumo nos períodos de antes e durante a pandemia.

7) Caso eu aceite participar, como e quando seria a entrevista?

Se você aceitar participar da pesquisa, agendaremos a entrevista em uma data e horário que melhor se adeque à sua agenda. A entrevista será feita por chamada de vídeo via *Google Meet* e ela será gravada para posterior transcrição em texto.

8) Posso participar do estudo sem que a chamada de vídeo seja gravada?

Infelizmente não. Todos os participantes que aceitarem participar do estudo deverão autorizar a gravação da chamada de vídeo da entrevista.

9) Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?

O voluntário poderá, durante a pesquisa, se sentir receoso de que o sigilo de seus dados seja quebrado e sua imagem seja exposta. Também poderá sentir desconforto ou algum tipo de constrangimento em relação às questões. Dessa forma, o voluntário poderá parar a qualquer momento durante a entrevista, deixar de responder quaisquer questões com as quais não se sinta confortável, bem como desistir de participar. Os vídeos das entrevistas serão arquivados no computador pessoal da pesquisadora e só ela terá acesso a eles. Nenhuma outra pessoa terá acesso aos vídeos e eles não serão usados para nenhum outro fim além da pesquisa. **Além disso, em conformidade com o Art. 28, inciso IV da Resolução CNS nº 510/2016, informamos que os vídeos, bem como quaisquer materiais utilizados na pesquisa, ficarão sob guarda da pesquisadora pelo prazo de 5 (cinco) anos, e serão armazenados em dispositivo de memória externa, sem conexão com a internet, com intuito de evitar qualquer tipo de vazamento dos dados coletados.**

10) Quais são os possíveis benefícios de participar?

Ao participar da pesquisa você passará a fazer parte do objetivo desse projeto que é analisar os efeitos da contabilidade mental sobre os comportamentos de consumo de indivíduos brasileiros nos contextos de antes e durante a pandemia da Covid-19. Sua participação na pesquisa é essencial para que esta possa alcançar seus objetivos e contribuir para a academia

de Ciências Contábeis, de Finanças Comportamentais e a sociedade em geral. Além disso, ao participar dessa pesquisa você irá refletir sobre seus hábitos financeiros, podendo otimizá-los e melhor organizar suas finanças domésticas.

11) O que acontece quando o estudo termina?

Ao fim da pesquisa, após defesa e aprovação pela banca examinadora, o estudo finalizado será disponibilizado para a Biblioteca da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro para futuras consultas e pesquisas. Além disso, após defesa a pesquisa será transformada em artigo científico e submetida a eventos e periódicos para publicação. Você pode, a qualquer momento, pedir mais informações, tirar dúvidas e/ou solicitar uma cópia dos resultados ao final do estudo contatando a pesquisadora responsável através do e-mail ou telefone acima disponibilizados.

12) E se algo der errado?

Ao decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer justificativa, custo ou prejuízo.

13) Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?

Sim, sua participação será mantida em total sigilo e você não será identificado em momento algum. Nenhuma informação que possibilite sua identificação será divulgada a menos que você queira e autorize previamente.

14) Remunerações financeiras

Nenhum incentivo ou recompensa financeira está previsto pela sua participação nesta pesquisa.

Obrigada por ler estas informações. Se deseja participar deste estudo, assine este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o à pesquisador(a) quando for solicitado. Você deve guardar uma cópia deste documento para seu próprio controle.

Diante do exposto, eu, \_\_\_\_\_ declaro que, na condição de entrevistado(a) voluntário(a), aceitei participar da pesquisa de dissertação de mestrado intitulada **“Efeitos da Contabilidade Mental sobre os Comportamentos de Consumo de indivíduos brasileiros antes e durante a pandemia da Covid-19”**, conduzida pela pesquisadora Thais Eugênio de Moraes, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da Profa. Dra. Ana Carolina Pimentel Duarte da Fonseca.

Pelo presente registro, autorizo ainda a gravação da chamada de vídeo através da qual será conduzida a entrevista, que inclui minha imagem e áudio, e declaro que fui orientado(a) quanto aos procedimentos éticos, bem como quanto aos objetivos e relevância do estudo, e que posso deixar de participar a qualquer momento sem qualquer prejuízo, custo ou coação e que meus dados serão mantidos sob total segurança e sigilo.

Por fim, confirmo que li e entendi as instruções e esclarecimentos acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas e sanar minhas dúvidas.

---

Assinatura do participante

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura da pesquisadora responsável

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS: Este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido possui duas vias, uma para o usuário e outra para o pesquisador.

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

### PARTE 1 – Introdução à Entrevista

#### Abertura da entrevista

- Apresentações pessoais;
- Apresentação dos objetivos e relevância da pesquisa;
- Orientações sobre a responsabilidade e o sigilo das informações;
- Orientações sobre os procedimentos da entrevista;
- Solicitação para gravação da entrevista.

#### Caracterização do entrevistado

- Profissão;
- Gênero;
- Idade;
- Nível de Formação Acadêmica;
- Naturalidade (UF);
- Número de pessoas que moram com o entrevistado (incluindo o próprio entrevistado);
- Número de pessoas que moram com o entrevistado que possuem algum tipo de renda (incluindo o próprio entrevistado);
- Faixa de renda líquida mensal (Somatório de todos os rendimentos de todas as pessoas que moram com o entrevistado).

### PARTE 2 – Questões relacionadas aos objetivos da pesquisa

#### Bloco A – Questões relacionadas ao Comportamento de Consumo na Dimensão do Planejamento

1. **O que vem à sua mente quando você pensa na palavra planejamento financeiro? O que você imagina que seja isso? A pandemia teve/tem alguma influência sobre essa tua forma de pensar?**

Identificar o comportamento de consumo no que se refere à dimensão do planejamento e identificar indícios da ocorrência das etapas de codificação, categorização e avaliação, e analisar a influencia da crise gerada pela pandemia.

2. **Quando você pensa em um planejamento financeiro de sucesso ou de fracasso, o que vem na sua mente?**

Identificar indícios da ocorrência da etapa de codificação (Edição Hedônica na forma de ganhos ou perdas mistas).

3. **Antes da pandemia, você e sua família costumavam seguir algum tipo de planejamento financeiro? E atualmente? (Se sim, como isso acontecia/acontece? Você registrava/registra suas receitas e despesas de alguma forma? Com que frequência você fazia/faz isso? Poderia citar alguns benefícios de se fazer um planejamento financeiro? Se não, por que não? Houve alguma mudança devido à pandemia?).**

Propósito da Pergunta: Identificar o comportamento de consumo no que se refere à dimensão do planejamento e identificar indícios da ocorrência das etapas de

codificação, categorização e avaliação, e analisar a influência da crise gerada pela pandemia.

### **Bloco B – Questões relacionadas ao Comportamento de Consumo na Dimensão da Renda (Orçamento)**

- 4. Além do trabalho, você ou as pessoas da sua família tem alguma outra fonte de renda? Quais? (Aposentadoria, recebimento de aluguel, pensão alimentícia, doação, mesada, outros). E como era antes da pandemia? A pandemia interferiu na renda do seu trabalho de alguma forma? E nas outras fontes de renda?**

Propósito da Pergunta: Identificar o comportamento de consumo no que se refere à dimensão da renda e identificar indícios da ocorrência da etapa de categorização e analisar a influência da pandemia.

- 5. Quando o dinheiro “cai” na conta, você faz o que? Você tem o hábito de separar uma quantia para cada despesa?**

Propósito da pergunta: Identificar indícios da ocorrência da etapa de categorização.

- 6. Você poderia citar algumas das despesas típicas da sua família? Alguma destas despesas se alterou em função da pandemia? (Habitação, transporte, alimentação, saúde, educação, vestuário, higiene, lazer, serviços de terceiros, fumo, despesas de capital, outras). Surgiu alguma nova ou alguma foi cortada? Por quê**

Propósito da Pergunta: Identificar o comportamento de consumo no que se refere à dimensão da renda e identificar indícios da ocorrência da etapa de categorização e analisar a influência da pandemia.

- 7. No final do mês você geralmente nota que vai “faltar dinheiro” para honrar com todas as despesas da família ou geralmente sobra algum dinheiro? (Sim, Não, Por quê? Isso acontece com que frequência? Teria algo a ver com despesas realizadas através de cartão de crédito?). Isso se agravou durante a pandemia?**

Propósito da Pergunta: Identificar o comportamento de consumo no que se refere à dimensão da renda e à dimensão do cartão de crédito, identificar indícios da ocorrência da etapa de avaliação e analisar e a influência da crise gerada pela pandemia.

- 8. Quando você percebe que vai faltar dinheiro ou que vai sobrar algum dinheiro, o que você geralmente faz? Antes da pandemia você fazia a mesma coisa?**

Propósito da Pergunta: Identificar indícios da ocorrência da etapa de avaliação e como ela ocorre (se *ex ante* ou *ex post*) e analisar a influência da pandemia.

- 9. O que vem à sua mente quando você pensa nas receitas e nas despesas mensais da sua família? (Pedir ao entrevistado que traga à mente as receitas e logo em seguida as despesas mensais. Os pensamentos que vêm são na maioria bons (ganhos) ou ruins (perdas)?). x**

Propósito da Pergunta: Identificar indícios da ocorrência da etapa de codificação.

- 10. Como você acha que as pessoas devem lidar com suas receitas e despesas? A pandemia teve/tem alguma influência sobre essa sua forma de pensar ou você já pensava assim antes?**

Propósito da Pergunta: Identificar o comportamento de consumo no que se refere à dimensão do planejamento e identificar indícios da ocorrência das etapas de codificação, categorização e avaliação e analisar a influência da pandemia.

- 11. Você acha que a pandemia, de uma forma geral, contribuiu para o sucesso ou fracasso do planejamento financeiro das pessoas, pensando no modo como as pessoas lidam com as receitas e despesas delas?** *(Introduzir esta pergunta com base na resposta dada à pergunta anterior).*

Propósito da Pergunta: Identificar o comportamento de consumo no que se refere à dimensão da renda e identificar indícios da ocorrência das etapas de codificação, categorização e avaliação e analisar a influência da pandemia.

- 12. E se fosse em um contexto normal, sem pandemia, você acredita que o modo como as pessoas lidam com as receitas e despesas contribui para o sucesso ou fracasso do planejamento financeiro delas? Comente.**

### **Bloco C – Questões relacionadas ao Comportamento de Consumo na Dimensão do Cartão de Crédito**

- 13. Você costuma usar o cartão de crédito para qual tipo de despesa? Antes da pandemia também era assim ou algo mudou?**

Propósito da Pergunta: Identificar o comportamento de consumo no que se refere à dimensão do cartão de crédito e identificar indícios da ocorrência da etapa de codificação e analisar a influência da pandemia.

- 14. O que vem à sua mente quando você pensa na sua fatura de cartão de crédito do mês?** *(Os pensamentos que vêm são na maioria bons (ganhos) ou ruins (perdas)?). A pandemia teve/tem alguma influência sobre essa tua forma de pensar?*

Propósito da Pergunta: Identificar o comportamento de consumo no que se refere à dimensão do cartão de crédito e identificar indícios da ocorrência das etapas de codificação, categorização e avaliação e analisar a influência da pandemia.

- 15. Você costuma pagar a fatura do cartão de crédito na totalidade e dentro do vencimento?** *(Sim, Não, Por que não?). Antes da pandemia também era assim ou algo mudou?*

Propósito da Pergunta: Identificar o comportamento de consumo no que se refere à dimensão do cartão de crédito e analisar a influência da pandemia.

- 16. Você acha que as despesas com o cartão de crédito podem influenciar o orçamento ou o planejamento financeiro da sua família?** *(Sim, Não, Por que?).*

Propósito da Pergunta: Identificar o comportamento de consumo no que se refere à dimensão do cartão de crédito e identificar indícios da ocorrência da etapa de codificação.

### **Bloco D – Questões Gerais**

**17. Diante de tudo que conversamos, você acha que a pandemia influenciou/influencia de alguma forma a maneira como você e sua família lidam com suas finanças? (Sim, Não, Por que?).**

Propósito da Pergunta: Verificar como contextos críticos influenciam dos indivíduos em relação a decisões tomadas em um contexto considerado normal.

### **PARTE 3 – Dinâmica dos Perfis Financeiros**

**Tendo em vista os hábitos financeiros e padrões de consumo que você relatou ao longo dessa conversa, vamos fazer uma dinâmica para identificar seu perfil financeiro de antes e durante a pandemia?**

Propósito da dinâmica: Identificar o perfil financeiro do entrevistado antes e durante a pandemia, segundo sua própria percepção.

### **PARTE 4 – Finalização**

- Verificação de outras questões levantadas pelo entrevistado;
- Agradecimentos e despedida.

**ANEXOS**  
**ANEXO 1 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA**

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA  
 E CIÊNCIAS HUMANAS DA  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
 RIO DE JANEIRO



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** EFEITOS DA CONTABILIDADE MENTAL SOBRE OS COMPORTAMENTOS DE CONSUMO DE INDIVÍDUOS BRASILEIROS ANTES E DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

**Pesquisador:** THAIS EUGENIO DE MORAES

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 57135522.0.0000.5582

**Instituição Proponente:** Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 5.485.125

**Apresentação do Projeto:**

O presente é assim apresentado pela pesquisadora:

"A Contabilidade Mental é o processo cognitivo pelo qual um indivíduo, de forma irracional e inconsciente, codifica, categoriza e avalia os eventos econômicos por ele percebidos, sendo o consumo de uma família ou indivíduo um exemplo de evento econômico que é "contabilizado mentalmente". Assim, sabe-se que há alguma relação entre a Contabilidade Mental e os Comportamentos de Consumo das pessoas, mas não há consenso na literatura sobre como essa relação acontece e nem se ela é boa ou ruim para as finanças domésticas. Tampouco se sabe como um contexto situacional pandêmico pode influenciar tais fenômenos. Partindo destas lacunas, esta pesquisa tem como objetivo analisar os efeitos da Contabilidade Mental sobre os Comportamentos de Consumo de indivíduos brasileiros nos contextos de antes e durante a pandemia da Covid-19.

Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter descritivo explicativo, a ser realizado por meio de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, sob uma perspectiva fenomenológica, utilizando o método de Análise de Conteúdo Categórica Temática, com enumeração de indicadores de acordo com a presença (ou ausência) de fenômenos e contagem de frequência, com categorias de análise pré-definidas.

**Endereço:** Av Pasteur, 250-Prata Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

**Bairro:** URCA

**CEP:** 22.290-240

**UF:** RJ

**Município:** RIO DE JANEIRO

**Telefone:** (21)3938-5167

**E-mail:** cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA  
E CIÊNCIAS HUMANAS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 5.405.125

**Objetivo da Pesquisa:**

De acordo com a pesquisadora, os objetivos são assim apresentados:

**Objetivo Primário:**

Analisar os efeitos da contabilidade mental sobre os comportamentos de consumo de indivíduos brasileiros nos contextos de antes e durante a pandemia da Covid-19.

**Objetivo Secundário:**

- (I) Descrever o processo cognitivo da Contabilidade Mental e os vieses a ele relacionados;
- (II) Identificar os comportamentos de consumo apresentados pelos indivíduos entrevistados e os respectivos perfis financeiros em que eles se enquadram;
- (III) Identificar indícios da ocorrência do processo de Contabilidade Mental e seus vieses sobre as três dimensões dos comportamentos de consumo (Planejamento, Renda e Cartão de Crédito) dos indivíduos entrevistados e como se dá tal ocorrência;
- (IV) Verificar para quais perfis e comportamentos de consumo dos indivíduos entrevistados (Equilibrados ou Excessivos) há mais indícios de ocorrência da Contabilidade Mental e analisar as possíveis causas para a frequência destas ocorrências;
- (V) Comparar as percepções dos indivíduos entrevistados acerca de seus próprios comportamentos de consumo e o fenômeno da Contabilidade Mental nos contextos de antes e durante a pandemia

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

O voluntário poderá, durante a pesquisa, se sentir receoso de que o sigilo de seus dados seja quebrado e sua imagem seja exposta. Também poderá sentir desconforto ou algum tipo de constrangimento em relação às questões. Dessa forma, o voluntário poderá parar a qualquer momento durante a entrevista, deixar de responder quaisquer questões com as quais não se sinta confortável, bem como desistir de participar. Os vídeos das entrevistas serão arquivados no computador pessoal da pesquisadora e só ela terá acesso a eles. Nenhuma outra pessoa terá acesso aos vídeos e eles não serão usados para nenhum outro fim além da pesquisa. Além disso, em conformidade com o Art. 28, Inciso IV da Resolução CNS nº 510/2016, informamos que os vídeos, bem como quaisquer materiais utilizados na pesquisa, ficarão sob guarda da pesquisadora pelo prazo de 5 (cinco) anos, e serão armazenados em dispositivo de memória externa, sem conexão com a Internet, com intuito de evitar qualquer tipo de vazamento dos dados coletados.

Endereço: Av Pasteur, 250-Prata Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30  
 Bairro: URCA CEP: 22.290-340  
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO  
 Telefone: (21)3938-5167 E-mail: cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA  
E CIÊNCIAS HUMANAS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 5.495.125

**Benefícios:**

Os benefícios que a pesquisa trará ao entrevistado(a) ficam por conta da clareza que o processo de entrevista trará a respeito de seus comportamentos de consumo e planejamento financeiro, podendo o(a) entrevistado(a) utilizar as informações prestadas para sua própria organização financeira doméstica e otimização do controle de seu orçamento. Além disso, ao aceitar participar da pesquisa, o entrevistado contribuirá para o atingimento dos objetivos da mesma, apoiando a academia no que diz respeito aos estudos de Ciências Contábeis e Finanças Comportamentais.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Em que pese não ser objeto de análise da Comissão de ética elementos da pesquisas, apenas os referentes aos aspectos éticos, há que se dizer que se trata de pesquisa relevante.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

A pesquisadora atendeu as pendências apontadas no parecer anterior.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto está aprovado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1915634.pdf	23/05/2022 14:50:17		Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODETALHADOv2.pdf	23/05/2022 14:49:11	THAIS EUGENIO DE MORAES	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLEv2.pdf	23/05/2022 14:48:34	THAIS EUGENIO DE MORAES	Acelto
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	18/03/2022 22:03:06	THAIS EUGENIO DE MORAES	Acelto

**Situação do Parecer:**

Aprovado

Endereço: Av Pasteur, 250-Prata Vermelha, prédio CPCH, 3º andar, sala 30  
Bairro: URCA CEP: 22.290-240  
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO  
Telefone: (21)3938-5167 E-mail: cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA  
E CIÊNCIAS HUMANAS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 5.425.125

**Necessita Apreciação da CONEP:**

**Não**

RIO DE JANEIRO, 23 de Junho de 2022

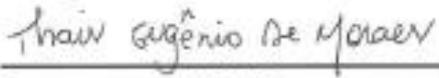
---

Assinado por:  
**ERIMALDO MATIAS NICACIO**  
(Coordenador(a))

Endereço: Av Pasteur, 250-Prata Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30  
Bairro: URCA CEP: 22.290-240  
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO  
Telefone: (21)3038-5167 E-mail: cep.cfch@gmail.com



## FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: EFEITOS DA CONTABILIDADE MENTAL SOBRE OS COMPORTAMENTOS DE CONSUMO DE INDIVÍDUOS BRASILEIROS ANTES E DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 0			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
<b>PESQUISADOR RESPONSÁVEL</b>			
5. Nome: THAIS EUGENIO DE MORAES			
6. CPF: 413.964.668-35		7. Endereço (Rua, n.º): PEDRO AMERICO CATETE APARTAMENTO 303 RIO DE JANEIRO RIO DE JANEIRO 22211200	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: 21996942535	10. Outro Telefone:
		11. Email: thaiseugmoraes@gmail.com	
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumpro os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: 18, 03, 2022		 Assinatura	
<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>			
12. Nome: Universidade Federal Do Rio de Janeiro		13. CNPJ: 33.663.603/0010-07	14. Unidade/Orgão: Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
15. Telefone: (21) 3938-5121		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumpro os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: ANTONIO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA		CPF: 47738278868	
Cargo/Função: DIRETOR		 <p>Documento assinado digitalmente            Antonio Jose Barbosa de Oliveira            Data: 18/03/2022 19:26:59-0304            Verifique em: https://verificacao.br.br</p>	
Data: 18 / 03 / 2022		Assinatura	
<b>PATROCINADOR PRINCIPAL</b>			
Não se aplica.			